



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Marcelle Medeiros Teixeira

Na pandemia, nem tudo que reluz é ouro: discutindo *fake news* e o fenômeno da pós-verdade em tempos de necropolítica no Brasil

Duque de Caxias

2022

Marcelle Medeiros Teixeira

Na pandemia, nem tudo que reluz é ouro: discutindo *fake news* e o fenômeno da pós-verdade em tempos de necropolítica no Brasil

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado de Rio de Janeiro. Área de Concentração: Educação.

Orientador: Prof. Dr. Dilton Ribeiro do Couto Junior

Duque de Caxias

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEHC

T266 Teixeira, Marcelle Medeiros

Tese Na pandemia, nem tudo que reluz é ouro: discutindo *fake news* e o fenômeno da pós-verdade em tempos de necropolítica no Brasil / Marcelle Medeiros Teixeira - 2022.
141 f.

Orientador: Dilton Ribeiro do Couto Junior
Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Fake news - Teses. 2. Cibercultura - Teses. I. Couto Junior, Dilton Ribeiro do. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 070.13

Bibliotecária: Lucia Andrade CRB 7 /5272

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Marcelle Medeiros Teixeira

Na pandemia, nem tudo que reluz é ouro: discutindo *fake news* e o fenômeno da pós-verdade em tempos de necropolítica no Brasil

Texto de dissertação apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 22 de março de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Dilton Ribeiro do Couto Junior (Orientador)
Faculdade de Educação - UERJ

Prof.^a Dra. Luciana Velloso da Silva Seixas
Faculdade de Educação - UERJ

Prof.^a Dra. Tania Lucía Maddalena
Faculdade de Educação - UERJ

Prof. Dr. Leandro Teofilo de Brito
Escola de Educação Física e Desportos - UFRJ

Prof.^a Dra. Edméa Oliveira dos Santos
Instituto de Educação - UFRRJ

Duque de Caxias

2022

DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa às mais de 600 mil vidas interrompidas no Brasil em meio às políticas de morte do Governo Federal em tempos de pandemia de COVID-19.

AGRADECIMENTOS

A escrita da dissertação só foi possível por meio da colaboração e do apoio de muitas pessoas, no entanto, ressalto que não poderia haver outro primeiro agradecimento. Sem você, nada disso existiria. Ao meu orientador, Dilton Couto Jr., obrigada por ter sido um grande parceiro em meio ao caos vivido em tempos de pandemia. Sua paciência comigo ao longo de toda a pesquisa me fez entender como essa experiência, apesar de intensa, pode (e deve) ser vivida com leveza. Você se colocou disponível a todo momento, em todos os dias, de forma incansável. Construímos juntos uma relação que eu nunca imaginaria que pudesse ser tão profunda. É um privilégio ser sua orientanda e espero um dia poder retribuir todo o seu cuidado comigo.

À minha mãe, Eliane Medeiros, e ao meu pai, Américo Teixeira, por nunca negarem esforços em prol dos meus estudos. Se hoje estou na pós-graduação de uma universidade pública e de qualidade, foi graças a todo empenho que dedicaram ao longo da minha vida. Assim como minha irmã, Michelle Medeiros, vocês foram fundamentais em mais esta etapa. Obrigada por ouvirem os meus desabafos, medos e anseios, assim como por entenderem meus momentos de ausência. Tudo o que faço é para que seja motivo de orgulho. Vocês são tudo para mim.

Ao Cassiano Fontes, por ter sido um parceiro muito importante em meio a essa aventura. Obrigada por me apoiar e por me puxar para cima nos momentos em que eu duvidei de mim. Você me inspira a ser uma pessoa melhor e a lutar por aquilo que eu acredito. Obrigada por todas as conversas, conselhos e desabafos. Seu suporte emocional foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao professor Leandro Brito e às professoras Edméa Santos, Luciana Velloso e Tania Maddalena, obrigada por aceitarem fazer parte da banca de qualificação e de defesa. É verdadeiramente uma honra. Estejam certas/os de que é um desafio enorme ter a minha pesquisa lida e avaliada por vocês, que são pesquisadoras/es que eu admiro e em quem me inspiro muito. Cada nome foi pensado com carinho por mim e pelo Dilton, reconhecendo o quão potente é esse encontro. Não poderia deixar de mencionar a importância da banca de qualificação, que trouxe valiosas contribuições as quais incorporei no texto de dissertação. Obrigada por fazerem parte dessa trajetória, por se colocarem disponíveis e por todo apoio e incentivo recebido.

Ao Grupo de Pesquisa do qual faço parte e que tem servido como um verdadeiro espaço de orientação coletiva – Reginaldo Soares, Ruann Ruani e Paula Rios –, por todos os nossos encontros. Obrigada pela leitura atenta dos meus textos e por todas as colaborações e sugestões.

Por mais densas que fossem as nossas discussões, vocês sempre contribuíram para que as horas passassem sem que eu sentisse. Muito do meu desenvolvimento como pesquisadora devo a vocês.

A todas/os as/os professoras/es que passaram pela minha vida e que deixaram marcas profundas. A vocês, todo o meu respeito por levarem tão a sério a Educação, mesmo em um cenário de completo desmonte. Quero agradecer especialmente a Eduardo Bianchi, Renata Feital e Michele Cruz, da Universidade Veiga de Almeida (UVA). Vocês cruzaram o meu caminho na graduação, me orientaram e fizeram com que eu tivesse a melhor experiência possível. Além disso, me incentivaram a seguir o caminho da pesquisa e seguem vibrando a cada conquista minha.

A todas/os as/os minhas/meus amigas/os que são peças fundamentais na minha vida. Sinto o cuidado e amor de cada um de vocês. Obrigada por sempre fazerem com que a minha energia esteja lá no alto, entregando o melhor que vocês merecem. Agradeço também por me ouvirem e por estarem presentes em cada momento meu, mesmo em meio a rotinas tão corridas. Vocês são parte da minha família e a saudade aumenta a cada dia.

Não posso deixar de agradecer também à Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), pelo apoio financeiro concedido que permitiu minha dedicação exclusiva ao mestrado no PPGECC/FEBF/UERJ.

Escrevemos em meio ao turbilhão de notícias que se acumulam em movimentos diários de desespero, desesperança, indignação e medo. Muito medo. Medo de sermos contaminados, medo de perdermos a quem amamos para a onda de contaminação, medo de não sabermos o que fazer quando precisarmos, efetivamente, fazer alguma coisa. Medo do amanhã, medo de não termos um amanhã. Medo de não darmos conta das demandas do trabalho. Medo de perdermos a conta da equação que liga a nossa existência ao trabalho que realizamos ou precisamos realizar. Medo. Preocupação. Insônia.

(NOLASCO-SILVA; LO BIANCO; DELGADO, 2020, p. 348)

RESUMO

TEIXEIRA, Marcelle Medeiros. *Na pandemia, nem tudo que reluz é ouro: discutindo fake news e o fenômeno da pós-verdade em tempos de necropolítica no Brasil*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2022.

A pesquisa investigou as *fake news* e o fenômeno da pós-verdade no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil. Para isso, adotei o método cartográfico para amparar, teórica e metodologicamente, o trabalho de campo nas redes sociais Twitter e Instagram. Em 2020 e 2021 analisei *memes* e comentários produzidos e disseminados por internautas, reconhecendo que são um convite para olhar criticamente as repercussões sociais de um tempo marcado por intensas disputas políticas. Os principais conceitos que ancoraram as análises são *fake news*, pós-verdade, necropolítica e cibercultura. Pesquisar *memes* e comentários que expõem *fake news* brasileiras significa apostar na importância da rede para potencializar a produção e o compartilhamento de imagens-dizeres contra algumas decisões governamentais. Nesse contexto, investiguei alguns episódios brasileiros que trouxeram à tona temas como a banalização do novo coronavírus, possíveis tratamentos para a cura da doença, uso de *bots* na disseminação de *fake news*, movimentos antivacina *online*, com praticamente todos apresentando como pano de fundo a insatisfação na rede diante da forma pela qual o Governo Federal vem lidando com a pandemia no país e reiterando o fenômeno da pós-verdade. Diante da complexidade desse cenário pandêmico no país, a pesquisa reconheceu a necessidade de pensar em uma educação em/na rede com o objetivo de ampliar o debate sobre os perigos da desinformação na era da COVID-19. Teci reflexões que apresentam pistas para a construção dessa educação, incluindo a importância da checagem das informações compartilhadas na rede, além do uso estratégico de *memes* e *hashtags* em práticas ciberativistas que escancaram episódios políticos brasileiros que alimentam o negacionismo do tempo presente.

Palavras-chave: Cibercultura. *Fake news*. Pós-verdade. Necropolítica. Educação.

ABSTRACT

TEIXEIRA, Marcelle Medeiros. *In a pandemic, all that glitters is not gold: discussing fake news and the post-truth phenomenon in times of necropolitics in Brazil*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2022.

This present study investigates fake news and the post-truth phenomenon during the COVID-19 pandemic in Brazil. In order to support the research fieldwork on Twitter and Instagram both theoretically and methodologically, I adopted the cartographic method and analyzed, in 2020 and 2021, memes and comments created and shared by Internet users, recognizing that they were an invitation to take a critical look at the social repercussions of a time marked by intense political disputes. The main concepts that anchored the analyses are fake news, post-truth, necropolitics, and cyberculture. Researching memes and comments that expose Brazilian fake news means relying on the importance of the web to catalyze the creation and sharing of images and texts against government decisions. In this context, I investigated some Brazilian episodes that brought up themes such as the trivialization of the new coronavirus, possible treatments for the cure of the disease, the use of bots in the dissemination of fake news and online anti-vaccine movements, all of them having as a background the dissatisfaction with the way the Federal Government has been dealing with the pandemic in the country, and also reiterating the phenomenon of post-truth. Facing the complexity of this pandemic scenario in the country, the research recognized the need to think about education in/on the net in order to broaden the debate about the dangers of misinformation in the COVID-19 era. I reflected on considerations that present clues for the construction of this education, including the importance of checking information shared online, as well as the strategic use of memes and hashtags in cyberactivist practices that highlight Brazilian political episodes that feed the current denialism.

Keywords: Cyberculture. Fake news. Post-truth. Necropolitics. Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Internauta desabafa sobre a pandemia	21
Figura 2	Tweet denuncia a suposta rede de pedofilia	23
Figura 3	<i>Meme</i> compartilhado após a morte de Mad Mike Hughes	27
Figura 4	Levantamento das categorias empíricas	30
Figura 5	Principais características de cada fase da cibercultura	32
Figura 6	O presidente e seu exército de corpos	42
Figura 7	Cartografia <i>online</i>	46
Figura 8	Coronavírus pergunta: “Eu sou uma piada ‘pra’ vocês?”	58
Figura 9	A produção de <i>memes</i> em tempos de pandemia	60
Figura 10	Bol SOL nro iluminando o mundo dos Teletubbies	64
Figura 11	Robô do filme Exterminador do Futuro também #FechadoComBolsolnaro	65
Figura 12	Exército de robôs pró-Bolsonaro	66
Figura 13	Sobre as dificuldades de colocar a máscara durante pronunciamento ao vivo	68
Figura 14	#Coronabozo, o vírus brasileiro em plena pandemia de COVID-19	69
Figura 15	Bolsonaro: o vírus do Ipiranga.....	69
Figura 16	Redefinição da Linha do Equador	73
Figura 17	Preparativos para o inverno brasileiro no Norte e Nordeste em tempos de pandemia	73
Figura 18	Inverno do Hemisfério Norte no Amazonas	74
Figura 19	Internauta concordando com as proposições de Pazuello	75
Figura 20	Profissional da saúde demonstra apoio ao ministro Pazuello	76
Figura 21	Descrédibilização da COVID-19 e das/os profissionais de saúde	78
Figura 22	Internauta ironiza a escolha de Pazuello por Bolsonaro	78
Figura 23	Homem-Aranha preocupado com o discurso do presidente	80
Figura 24	Cartaz convocando a população para as ruas em tempos de pandemia no Brasil	82
Figura 25	<i>Meme</i> fazendo crítica às manifestações nas ruas	82
Figura 26	Luís Bolsonaro XIV em tempos de pandemia	83
Figura 27	(Hidroxi)cloroquina, o remédio “salvador” da pátria	85

Figura 28	Bundanosofá, eficácia cientificamente comprovada em tempos de COVID-19	86
Figura 29	Qual jacaré você quer ser depois da vacina?	89
Figura 30	Descrição do grupo do Facebook “Vacinas: o lado obscuro das vacinas”	90
Figura 31	Internauta desacredita da vacina contra a COVID-19	91
Figura 32	Contradições nos discursos	93
Figura 33	Quando a morte parece melhor que a imunização	94
Figura 34	Pistas para uma educação em/na rede contra as <i>fake news</i>	96
Figura 35	Bolsonaro e sua comitiva comendo pizza na calçada de Nova Iorque	98
Figura 36	Prefeito de Nova Iorque divulga <i>link</i> de vacinação para Bolsonaro	99
Figura 37	Bolsonaro e sua comitiva sendo comparados a um rato	100
Figura 38	Manifestantes pró-Bolsonaro em São Paulo	102
Figura 39	Não somos cobaias, somos Bolsonaro	103
Figura 40	Manifestantes contra Bolsonaro no Rio de Janeiro	104
Figura 41	Sempre foi por propina	105
Figura 42	Etiquetas da Agência Lupa	108
Figura 43	Assuntos mais comentados no Twitter	113
Figura 44	Use máscara como a Rainha Elizabeth II	115
Figura 45	Aprendendo com o Darth Vader	116
Figura 46	Bob Esponja e Lula Molusco em: uso correto da máscara	117

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	13
1.1	A pandemia como ponto de partida do estudo: formação e (re)arranjos	13
1.2	“Não dá mais”: do tema ao problema	19
1.3	Imergindo na rede e delimitando o foco investigativo	22
2	PRINCIPAIS CONCEITOS QUE BALIZAM A PESQUISA	31
2.1	Cibercultura: produzindo e compartilhando em/na rede	31
2.2	<i>Fake news</i> e o fenômeno da pós-verdade: nem tudo que reluz é ouro	38
2.3	Necropolítica: a banalização da morte em tempos de COVID-19	40
3	A CARTOGRAFIA <i>ONLINE</i> COMO MÉTODO INVESTIGATIVO NAS REDES SOCIAIS	45
3.1	Cartografar para intervir, para afetar(-me)	45
3.2	Por uma cartografia aberta e não engessada: negociações e disputas na produção acadêmica	49
3.3	Ética na pesquisa, autoria (com)partilhada e alteridade	54
3.4	Por entre <i>memes</i>, postagens na rede e <i>hashtags</i>	58
4	DEU RUIM NA <i>HASHTAG</i> E O INVERNO DO HEMISFÉRIO NORTE NO BRASIL: PÓS-VERDADE EM DEBATE	63
4.1	#FechadoComBolsolnaro: sobre (im)popularidade em tempos de pandemia	63
4.2	“Não vejo a hora de nevar”: cartografando o fenômeno da pós-verdade na rede	70
5	NEGACIONISMOS CIENTÍFICOS EM MEIO À PANDEMIA DE COVID-19: GRIPEZINHA, CLOROQUINA E OS MOVIMENTOS ANTIVACINA <i>ONLINE</i>	80
5.1	Por entre a gripezinha, a cloroquina e a guilhotina: o que dizem os <i>memes</i> que colocam em xeque as <i>fake news</i> brasileiras?	80
5.2	“Vou morrer, mas não tomo isso!”: os movimentos antivacina <i>online</i> no Facebook	87
6	APOSTANDO EM UMA EDUCAÇÃO EM/NA REDE NO COMBATE ÀS <i>FAKE NEWS</i>: ALGUMAS PISTAS	96

6.1	Das redes para as ruas e das ruas para as redes: o movimento ciberativista como estratégia de resistência à desinformação.....	97
6.2	A emergência do exercício da checagem no combate à desinformação.....	105
6.3	Por entre <i>hashtags</i> e <i>memes</i>: outras pistas para uma educação em/na rede.....	113
6.4	Pela defesa de uma educação (<i>inútil</i>) em/na rede	118
	EM DEFESA DA PESQUISA E DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: PALAVRAS FINAIS	122
	REFERÊNCIAS.....	127

1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

1.1 A pandemia como ponto de partida do estudo: formação e (re)arranjos

A escrita de si é um desafio, tendo em vista as tantas nuances e possíveis histórias a contar. O que destaco aqui é apenas um fragmento de quem sou e do caminho que percorri com esta pesquisa. Desde criança, me vi inserida na educação escolar em seus múltiplos espaços, dentro e fora de sala de aula. Essa inserção se deve à minha família, que são as pessoas mais próximas de mim e que tenho como referência pessoal e profissional; não poderia deixar de mencionar aqui mãe e irmã, ambas com formação em Pedagogia e que vêm atuando há muitos anos em instituições de ensino. Recordo-me de participar ativamente de discussões envolvendo projetos, metodologias de ensino, dúvidas, acertos e erros, o que me despertou o interesse pelos processos formativos e me fez reconhecer ainda mais o importante papel do/a professor/a na vida de crianças e jovens.

Com o passar dos anos, me vi cada vez mais envolvida nas aulas e com as/os professoras/es. Para minha surpresa, fui chamada para lecionar a disciplina de Inglês em duas turmas do Ensino Fundamental II em um espaço que fez parte da minha trajetória escolar. Escolhi vivenciar aquela experiência durante um ano, entendendo na pele as dores e as delícias de estar “do outro lado”. Apesar de ter tido uma experiência bastante positiva, não optei pelo Magistério na graduação, mas pelo curso de Comunicação Social, que me permitiu continuar trabalhando diretamente com outras pessoas, trocando experiências e aprendendo-ensinando com profissionais da área. Na época eu já me considerava uma pessoa bastante engajada nas redes sociais digitais e percebi ali um campo que me chamava bastante atenção pelo seu dinamismo. Além disso, conheci múltiplas possibilidades de atuação profissional que não se restringiam às agências de publicidade e que me possibilitariam trabalhar em diferentes atividades.

Iniciei minha trajetória acadêmica em 2015, quando ingressei no curso de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda na Universidade Veiga de Almeida (UVA). Apesar de maior ênfase nas questões práticas da área e formação direcionada para o mercado de trabalho, comecei a questionar, por meio de algumas disciplinas, a necessidade do senso de responsabilidade social que nós, como futuras/os profissionais da área, precisávamos ter. Aliado a isso, quando apresentei trabalho no XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste (Intercom), em 2018, cuja temática central era “Desigualdades, gêneros e comunicação”, reconheci a importância e a necessidade da divulgação científica, além de ter

tido a oportunidade de tecer novas redes e de fortalecer minha formação a partir do contato com outras/os estudantes e professoras/es pesquisadoras/es.

Minha trajetória acadêmica foi fundamental para me fazer pensar na pesquisa como possibilidade de questionar o contexto do qual faço parte. Ressalto que minha forma de pensar a pesquisa, desde aquela época, esteve alinhada à abordagem pós-estrutural, entendendo que a maior preocupação não estava/está na busca por respostas concretas, mas em “descrever e problematizar processos por meio dos quais significados e saberes específicos são produzidos” (MEYER, 2014, p. 53). Nesse sentido, penso que a pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais tem o compromisso ético pelo questionamento das verdades absolutas, apostando na problematização permanente como princípio balizador do caminhar investigativo.

Pouco tempo depois, em parceria com meu amigo Thiago Lima e o professor orientador Eduardo Bianchi, dei início ao projeto de iniciação científica (PIC) intitulado “Observatório de Mídia como Dispositivo de Crítica”. Nele, buscamos analisar algumas campanhas publicitárias e questionar a forma como as mulheres são representadas na mídia, sob uma ótica machista e sexista. Após essa experiência, iniciei meu trabalho de conclusão de curso (TCC), “A performatividade da mulher na indústria da beleza sob a ótica do consumo: um estudo de caso das marcas Avon e O Boticário” (TEIXEIRA, 2021), orientado pelas professoras Michele Cruz e Renata Feital. Nessa pesquisa investiguei a construção sócio-histórica dos padrões estéticos considerados ideais e como essa construção, aliada à indústria da beleza, reflete negativamente na constituição da subjetividade feminina.

Após a conclusão do curso de Publicidade e Propaganda na UVA, me inscrevi na seleção de mestrado de 2020 no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGECC/FEBF/UERJ). O nome do Programa me chamou a atenção porque avistei a oportunidade de desenvolver uma pesquisa no campo da Educação em articulação com a Comunicação. Naquele momento percebi que o PPGECC alinhava-se aos meus interesses pessoais e à minha trajetória profissional. Sou uma internauta bastante ativa e constantemente deparo-me com diversas postagens que me despertam o interesse de debatê-las com outras/os internautas que fazem parte da minha rede. Nos últimos anos, minha presença na rede vem sendo, acima de tudo, política. Sigo e acompanho, para além de pessoas que admiro, o jornalismo independente, políticos cujas percepções/lutas se aproximam das minhas e perfis de alguns movimentos sociais, como o feminismo.

Assim que fui aprovada na seleção do mestrado e ingressei como estudante no PPGECC/FEBF/UERJ, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a pandemia de

COVID-19¹ devido à ampla disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2) pelo mundo. Esse acontecimento inesperado levou-me a questionar o tempo em que o novo coronavírus estaria circulando, seus impactos dentro e fora da universidade e, conseqüentemente, nas pesquisas. Assim que notícias sobre a doença começaram a ser divulgadas na televisão, em jornais e nas redes sociais, não pude ignorar a quantidade de *fake news* que estavam circulando na minha própria rede sobre a origem do vírus, formas de proteção e diversas teorias conspiratórias, como ele ter sido desenvolvido em laboratório para exterminar parte da população e fazer com que o comunismo chinês fosse o novo regime político mundial.

Desde que ingressei no PPGCEC, venho aprendendo com os estudos pós-críticos no Grupo de Pesquisa, com Paraíso (2014, p. 33) me ensinando sobre aceitar trabalhar com o que “sentimos, vemos, tocamos, manuseamos e escutamos em nosso fazer investigativo”. Ressalto que o atravessamento da pandemia redesenhou meus interesses iniciais de investigação, o que considerei uma oportunidade importante para a elaboração de um foco investigativo mais alinhado com o tempo presente e que pudesse ser potente na constituição de novas entradas de problematização. Ainda com Paraíso (2014, p. 43), entendo que percorrer um caminho “por demais conhecido dificulta que saíamos do seu traçado prévio. Isso dificulta a prática do interrogar, dificulta o movimento de ida e volta ou a prática de entrar e sair, tão importantes para a ação de ressignificar, que é fundamental nas pesquisas pós-críticas”. Percebo então a importância de ter me colocado aberta aos fenômenos que estavam surgindo e se intensificando nas redes sociais digitais em tempos de pandemia, permitindo-me ressignificar minhas inquietações iniciais da proposta de estudo do mestrado.

Considero importante destacar também algumas experiências formativas que foram fundamentais para me trazer novas inquietações, assim como a oportunidade de realizar a disciplina Estágio Docente ao lado do meu orientador, Dilton Couto, em duas disciplinas ofertadas no curso de Pedagogia da UERJ em 2021: Tecnologias e Educação (obrigatória) e Educação e Cibercultura (eletiva). Estive presente nos encontros síncronos, buscando trocar/aprender com as/os estudantes e com o Dilton sobre tantas questões importantes e atuais envolvendo os desafios e possibilidades de uso das tecnologias digitais em rede em tempos de pandemia, além de questões mais específicas envolvendo conceitos, práticas e fenômenos da cibercultura em articulação com o campo educacional. Participar ativamente desses encontros,

¹ Diante das diferentes formas de escrita, optei por utilizar o termo “COVID-19” em caixa-alta, conforme a própria OMS o faz. Disponível em: <<https://is.gd/tnYNgz>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

levantar questões e alimentar o debate fizeram com que eu pudesse ampliar meu olhar sobre o campo da Educação, no qual sigo mergulhada e por ele afetada.

Destaco também o privilégio que tenho tido de realizar escritas colaborativas, entendendo a importância de me colocar aberta para aprender com a/o outra/o, de construir conhecimento de forma coletiva. Nessa trajetória, publiquei em 2021 um artigo com Dilton Couto e Tania Maddalena, intitulado “O que dizem os *memes* da educação na pandemia? Dilemas e possibilidades formativas”. O mesmo foi publicado na Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica e se propôs a discutir as imagens-dizeres expressos nos *memes* produzidos em tempos de pandemia, considerando as suas implicações para os processos formativos cotidianos no contexto da cibercultura.

Além do artigo, tive a oportunidade de escrever um capítulo com Dilton Couto, Tania Maddalena e Reginaldo Soares para o livro “Metodologias de pesquisa *online*: investigando em/na rede com o outro”. O livro está sendo organizado pelas professoras Adriana Hoffmann Fernandes (UNIRIO), Dagmar de Mello e Silva Canella (UFF), Helenice Cassino Ferreira (UERJ), Maria Luiza Oswald (UERJ) e pelo professor Dilton Couto (UERJ) e tem previsão de publicação para o primeiro semestre de 2022 pela Editora Ayvu. O capítulo, intitulado “Por que pesquisa *online* não é pesquisa remota emergencial? Particularidades e potencialidades investigativas na cibercultura”, busca discutir algumas inquietações de pesquisa em tempos de pandemia e, ao mesmo tempo, refletir sobre as particularidades e potencialidades do digital em rede, especialmente para as investigações que adotam o ciberespaço como lócus de encontro com outros sujeitos.

Apresentei os achados preliminares da pesquisa de mestrado no VIII Seminário Nacional e IV Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional (Gepaxis), organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. No Seminário, o trabalho “PANDEMIA DE *FAKE NEWS* NA ERA COVID-19: QUANDO O PROGRAMADO NÃO SAI COMO PROGRAMADO” foi apresentado no Eixo Temático de Estado, Política e Gestão Educacional, onde tive também espaço para conhecer o que outras/os pesquisadoras/es da área vêm investigando. Além dessa apresentação, participei do 2º Encontro Virtual da ABCiber (Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura). Nele, apresentei o trabalho “INVERNO DO HEMISFÉRIO NORTE EM PLENO HEMISFÉRIO SUL? A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL E O FENÔMENO DA PÓS-VERDADE” no Grupo Temático (GT) de Comunicação Digital e Tecnologias. Foi um momento bastante construtivo, principalmente por ser um evento que reúne pesquisadoras/es de todo Brasil que dialogam com o campo de estudos em cibercultura.

A intenção com essas primeiras páginas da dissertação foi narrar meu ponto de partida do estudo, buscando discutir a forma como me entendi pesquisadora. São recortes que me constituem. Daqui em diante, busco colocar em xeque as tantas inquietações que tive entre os anos de 2020 e 2021 diante da pandemia de COVID-19 e do meu ingresso na pós-graduação. A dissertação encontra-se estruturada em seis capítulos, nos quais procuro investigar as *fake news* e o fenômeno da pós-verdade em tempos de pandemia, considerando elementos fundamentais como a necropolítica e o uso dos *memes* como forma de questionamento/resistência.

No primeiro capítulo, “APRESENTAÇÃO DA PESQUISA”, busco reforçar a minha implicação com a temática das *fake news* antes mesmo de fazer parte do programa de pós-graduação, principalmente a partir das campanhas políticas de Donald Trump, em 2016, nos Estados Unidos da América (EUA) e de Jair Bolsonaro, em 2018, no Brasil. Além disso, reforço que venho percebendo o quanto a desinformação vem sendo potencializada nas redes, dificultando as práticas e orientações dos cuidados necessários em tempos de pandemia. Apresento ainda a relevância e o objetivo da pesquisa, assim como minhas inquietações quanto à urgência de registrar e problematizar as ações necropolíticas exercidas pelo Governo.

No segundo capítulo, “PRINCIPAIS CONCEITOS QUE BALIZAM A PESQUISA”, evidencio os conceitos-chave que me ajudaram a analisar interpretativamente o material empírico produzido e compartilhado pelos sujeitos nas redes sociais Twitter e Facebook. Não seria possível construir essa pesquisa sem me debruçar nas leituras e reflexões tecidas por outras/os pesquisadoras/es que são referências nas temáticas analisadas. Essas leituras, assim como minha participação ativa nas redes sociais digitais, me ajudaram a desenvolver a pesquisa e a refletir sobre os conceitos de cibercultura, *fake news*, fenômeno da pós-verdade e a necropolítica.

No terceiro capítulo, “A CARTOGRAFIA ONLINE COMO MÉTODO INVESTIGATIVO NAS REDES SOCIAIS”, discuto a opção pelo método cartográfico para conduzir a pesquisa de mestrado. Para isso, discuto as especificidades da cartografia, assim como a imprevisibilidade, a atenção e os desvios. Considerando minha entrada em campo no Facebook e Twitter, espaços que se (re)configuram a todo tempo, apresento a importância dos *memes*, comentários e *hashtags* como fenômenos comunicacionais da internet que são explorados nas análises. Além disso, reflito também sobre a ética na pesquisa, autoria e o exercício da alteridade. Na última seção, discuto trechos de alguns pareceres que recebi em resposta aos manuscritos submetidos a periódicos científicos. Ao receber críticas especificamente sobre a cartografia *online* como metodologia de pesquisa, esses pareceres me auxiliaram a (re)pensar sobre o entendimento que tenho sobre a pesquisa na rede, me alertando

para a necessidade do não engessamento de minha prática investigativa no ciberespaço. Dessa forma, busquei refletir sobre como operei com o método cartográfico *online*, apresentando especificidades que, não raramente, distanciaram-se da forma como as/os próprias/os pareceristas entendem a pesquisa em educação na cibercultura.

No quarto capítulo, “DEU RUIM NA *HASHTAG* E O INVERNO DO HEMISFÉRIO NORTE NO BRASIL: PÓS-VERDADE EM DEBATE”, dou início às análises com base em dois episódios. O primeiro aconteceu em abril de 2020, quando a *hashtag* #fechadocombolsolnaro foi amplamente disseminada no Twitter, mesmo com erro de digitação e na pior crise do mandato de Bolsonaro até aquele momento. O segundo aconteceu em junho de 2020, quando o até então Ministro da Saúde Eduardo Pazuello tentou justificar o alto número de óbitos nas regiões Norte e Nordeste do Brasil com base em inverdades, ao invés de pensar em formas de combater a disseminação do vírus.

No quinto capítulo, “NEGACIONISMOS CIENTÍFICOS EM MEIO À PANDEMIA DE COVID-19: GRIPEZINHA, CLOROQUINA E OS MOVIMENTOS ANTIVACINA *ONLINE*”, dou continuidade às análises, destacando o impulsionamento dos negacionismos, que colocam em xeque a própria produção acadêmica do campo da Saúde. Algumas questões foram tensionadas, assim como a minimização da doença, a banalização da morte e a indicação de medicamentos que já haviam tido sua ineficácia contra o novo coronavírus comprovada por meio de estudos científicos. Outro movimento investigado foi o movimento antivacina *online*, percebendo o perigo existente nesses discursos em meio ao colapso mundial no setor da saúde, quando o número de óbitos diários continuava em uma curva crescente.

No sexto capítulo, “SOBRE A IMPORTÂNCIA DE UMA EDUCAÇÃO EM/NA REDE NO COMBATE ÀS *FAKE NEWS*”, teço algumas contribuições no enfrentamento à disseminação das *fake news*. Não posso negar que a educação tem um papel importante para questionar determinadas verdades, colocando em prática um pensamento que reconhece que nem tudo que reluz é ouro. Para isso, aposto no exercício da checagem, na construção de uma educação em rede/para a rede e no uso de *hashtags* e *memes* como forma de resistência. Considerando minha presença política, destaco a potência do ciberativismo e os seus desdobramentos em manifestações nas ruas, nas quais estive presente, a favor e contra o atual Governo. A partir das provocações realizadas por Ribeiro e Skliar (2020), aponto para a necessidade de uma educação inútil, que esteja sintonizada com as dinâmicas do nosso tempo, privilegiando o cuidado com a/o outra/o, a atenção, o afeto, a aprendizagem colaborativa.

Por fim, realizo algumas considerações finais, partindo do pressuposto de que são provisórias. Narrei um pouco sobre como foi a experiência de pesquisar os fenômenos enquanto

os vivenciava, trazendo as minhas dores e apontando alguns desafios. Foi também um espaço de discussão aberta sobre o que aprendi em relação às *fake news* e o fenômeno da pós-verdade depois de dois anos mergulhada na pesquisa de campo.

1.2 “*Não dá mais*”: do tema ao problema

Essa pesquisa foi possibilitada graças ao digital em rede, que me permitiu acessar informações que serviram de inspiração e que fazem parte da minha escrita. Desse modo, considero importante pensar em como as redes sociais digitais revolucionaram a forma como os sujeitos se comunicam, potencializando a interação entre internautas geograficamente dispersas/os que estão transformando a maneira como as informações são produzidas e compartilhadas (LEMOS, 2010). A todo momento, a quantidade de conteúdos produzidos aumenta exponencialmente; isso pode ser verificado a cada vez que se atualiza a página de uma rede social e uma postagem diferente aparece na tela. Além disso, surge a possibilidade de não somente ler essa mensagem, mas curtir, reagir (Facebook), comentar, compartilhar no seu perfil pessoal, enviar para alguém, dentre tantas outras possibilidades comunicacionais engendradas pelas experiências ciberculturais. Um dos efeitos desse fenômeno, no entanto, é percebido pela disseminação de *fake news* por meio do “equivoco dos internautas no repasse de informações inverídicas, sem maiores cuidados em averiguar as fontes relativas a essas matérias” (MESQUITA; SANTANA; SILVA; SANTOS, 2020, p. 414).

O perigo desse fenômeno recai sobre a ideia de que toda informação falsa possui potencial de prejudicar pessoas, ainda mais se for criteriosamente elaborada com objetivo de manipulação dos fatos no cenário político (FRIAS FILHO, 2018). Essa manipulação política é um fator ainda mais preocupante quando acontece em meio a uma pandemia. O uso das *fake news* nesse momento foi investigado por Tavares, Magalhães e Brito (2020), que verificaram, por meio de pesquisa realizada no Twitter em junho de 2020, que a quantidade de interações com as notícias falsas em alguns casos supera a quantidade de interações realizadas nas notícias verdadeiras. Partindo do pressuposto do funcionamento da rede, de que os materiais que recebem mais engajamentos via curtidas, comentários e compartilhamentos normalmente são aqueles que acabam sendo disparados pelo algoritmo/plataforma para um maior número de pessoas, preocupa-me o alcance das *fake news* em tempos de pandemia. Considerando o fato de que qualquer internauta é um/a emissor/a de informação para a rede (LEMOS; LÉVY, 2010), a pesquisa de mestrado me trouxe a oportunidade de analisar o que foi compartilhado na rede durante a pandemia.

Munir-se de fatos e de informações comprometidas com a verdade em um período marcado por *fake news* que reiteram o fenômeno da pós-verdade nunca foi uma tarefa simples; com a chegada do novo coronavírus, o desafio parece ainda maior. Na busca pela desaceleração da COVID-19, o uso das redes sociais deveria ter sido acionado de forma estratégica, com base na sua potência para o compartilhamento de informações alinhadas às orientações médicas e sanitárias. Contudo, como evidenciam Couto, Couto e Cruz (2020, p. 202), “quando se constata a evidência de uma pandemia observam-se reações extremas de negação e minimização do mal ou do medo que produz visões catastróficas e apocalípticas”. Desde que iniciei o trabalho de campo, em março de 2020, observei o quanto as redes alimentaram um cenário de desinformação que colocaram em xeque cuidados que seriam importantes em tempos de pandemia, como o isolamento físico², os cuidados de higiene dentro e fora de casa, a conscientização de que não existe tratamento precoce contra a COVID-19 e de que a vacina pode imunizar a população contra o novo coronavírus.

A relevância da pesquisa se faz presente quando, mesmo após ultrapassado 600 mil óbitos pela COVID-19 no Brasil, a política que mata parece não ter fim. Diante do cenário de quarentena, busquei tensionar como foi problemática a presença de pensamentos e tomadas de decisões marcados pelo conservadorismo político do governo Bolsonaro. Percebo na pesquisa uma possibilidade de resistir, de escancarar e denunciar fragmentos de um cenário de barbárie tão complexo. O registro se fez necessário não somente pela problematização, mas para que fossem historicizados episódios de negligência social e de banalização da doença. Assim como aponta Santaella (2021a, p. 31), “se é real que os fatos desencadeiam seus efeitos, quando se trata do mundo humano, fatos precisam ser registrados, caso contrário é como se deixassem de existir”. Não posso ignorar, nesse sentido, o fato de que o maior representante político do Brasil “minimiza a gravidade da pandemia, debocha dos doentes e mortos, ironiza familiares que choram seus mortos, faz, apoia e ressalta discursos autoritários, agride profissionais de saúde, jornalistas e instituições” (COUTO; COUTO; CRUZ, 2020, p. 211). Além disso, desrespeitou orientações da OMS, caminhou nas ruas sem máscara, provocou aglomerações, abraçou, tocou e beijou suas/seus apoiadoras/es.

O que observei em meu percurso investigativo foi uma tentativa de justificar suas ações necropolíticas com base na liberdade de expressão, uma das características do regime

² Embora a OMS recomende o chamado isolamento social, concordo com Henrique (2020) na opção pelo uso da expressão isolamento físico. Entendo que, embora estejamos vivendo tempos de pandemia, ainda assim permanecemos constantemente em contato com outros sujeitos, seja por telefone, seja por redes sociais *online*, seja simplesmente quando precisamos sair de casa e interagir com outras pessoas na rua.

democrático, considerada um direito humano universal previsto no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). Intelectual, científica, artística, religiosa, filosófica ou de comunicação, a liberdade de expressão é condição fundamental para o pleno exercício da cidadania; por isso precisamos assegurar essa prática em prol da construção de uma sociedade com maiores margens de liberdade. No entanto, em meio a uma pandemia de *fake news* de cunho político, argumento que a liberdade de expressão defendida pelo presidente nada mais é do que a produção de um discurso descompromissado com a verdade e, conseqüentemente, um discurso que provoca graves riscos à população e à própria democracia brasileira.

Destaco o *tweet* abaixo porque, em poucas linhas, essa postagem traduz e justifica a necessidade de investigar os fenômenos sociais engendrados pela cibercultura em tempos de pandemia, como as *fake news*, a pós-verdade e a necropolítica. Faço minhas as palavras da internauta, entendendo que “não dá mais”. É desgastante ter que desmentir *fake news* todos os dias e lidar com tantas mortes que, por vezes, poderiam ter sido evitadas caso a campanha de imunização tivesse se iniciado mais cedo no Brasil. Reforço que não foi por falta de tentativas dos laboratórios, como no caso da Pfizer, que registrou mais de 100 *e-mails* não respondidos em 2020 pela gestão do presidente brasileiro para a compra de vacinas³. Isso demonstra omissão dos representantes na busca pela desaceleração do contágio da doença e, conseqüentemente, do número de óbitos.

Figura 1 – Internauta desabafa sobre a pandemia

A gente tá cansado. A gente tá exausto de ver todo mundo morrer de uma doença que já tem vacina. De desmentir fake news, de ter que brigar pela ciência. Cansado mesmo. A gente vive mais de 3 mil velórios por dia, vidas que poderiam ter sido poupadas. Não dá mais.

22:40 · 04/05/2021 · [Twitter for Android](#)

Fonte: Captura de tela realizada no Twitter em maio de 2021.

³ Mais de 100 e-mails da Pfizer foram ignorados pelo Governo Federal. Disponível em: <<https://is.gd/IVOU9I>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

A microbiologista e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) Natalia Pasternak afirma⁴ que o negacionismo científico em políticas públicas é uma mentira orquestrada que guia pessoas a comportamentos irracionais e que mata. Ela ressaltou que o Brasil esteve pelo menos seis meses atrasado em relação ao restante do mundo porque, mesmo após tantos estudos que refutaram a ideia de tratamento precoce por meio da hidroxicloroquina ou da cloroquina, a defesa desses medicamentos ainda perdura e dificulta a aceitabilidade da vacina pela população. Se faz urgente, portanto, problematizar a negligência e o descaso por parte das autoridades que insistem em divulgar notícias falsas mesmo quando a ciência já comprovou o contrário. Busquei, então, caminhar com a pesquisa a partir das provocações de Meyer (2014, p. 59), deixando de lado a preocupação com as relações de causa, efeito e origem, privilegiando perguntas como: “como?”, “em que contextos?”, “em quais condições as coisas se tornam isto que elas são neste momento”. São perguntas que me ajudaram a pensar esse contexto e em estratégias possíveis para enfrentá-lo.

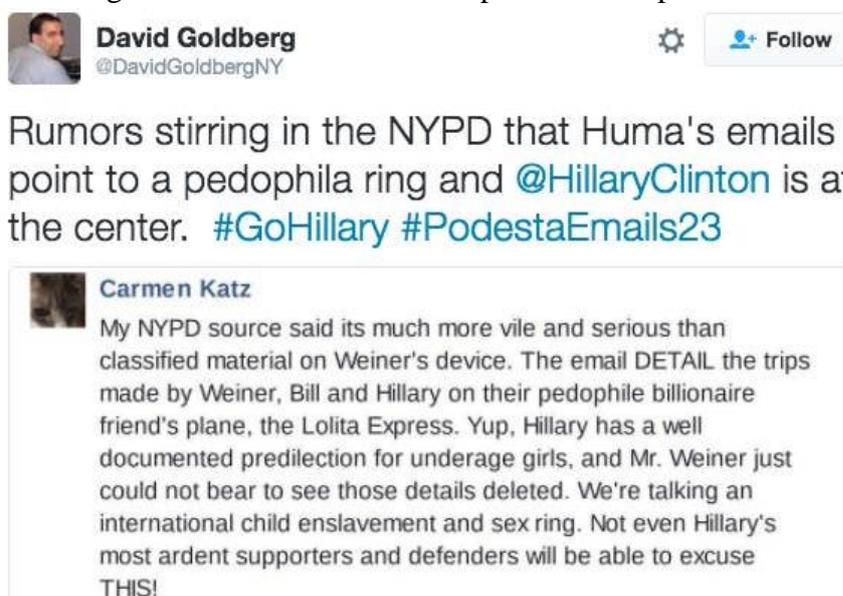
1.3 Imergindo na rede e delimitando o foco investigativo

Entendendo que “não dá mais”, busquei aprofundar um pouco nessa perspectiva, trazendo alguns elementos e episódios importantes que me ajudaram a pensar na força com que as *fake news* e o fenômeno da pós-verdade atravessaram e continuam atravessando nossa vida cotidiana. Um desses episódios trata-se justamente da eleição de Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA), a qual acompanhei com bastante preocupação, entendendo os perigos que ele demonstrava como político conservador que já havia sido questionado por suas declarações e ações misóginas, racistas e preconceituosas. Em 2016, quando foi eleito, não por acaso o *Dicionário Oxford* elegeu “pós-verdade” como a palavra do ano (MESQUITA, 2018). Os efeitos puderam ser percebidos principalmente porque a “epidemia de notícias falsas fez com que os eleitores e a opinião pública tomassem decisões equivocadas, baseadas na emoção e em crenças pessoais, ao invés de em fatos objetivos” (BUCCI, 2018, p. 47). A campanha eleitoral de Trump buscou se conectar com as pessoas por meio de discursos que as envolviam emocionalmente, seja por meio de afeto e apoio, seja como forma de repúdio às/aos demais candidatas/os.

⁴ Epidemiologista Natalia Pasternak fala sobre a pandemia brasileira. Disponível em: <<https://is.gd/G2TQkc>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

Destaco o episódio que ficou conhecido internacionalmente como “*pizza gate*”. Em 2016, a maior adversária de Trump nas eleições norte-americanas foi Hillary Clinton, candidata pelo Partido Democrata. Hillary possui vasta experiência no âmbito político, exercendo diferentes cargos ao longo de sua carreira, como secretária de Estado, senadora e primeira-dama. Durante sua pré-candidatura, uma conta no Twitter disseminou a informação de que a polícia de Nova York teria descoberto uma rede de pedofilia e tráfico sexual de menores nos Estados Unidos, que eram mantidos em sigilo por membros do Partido Democrata. A alegação era que esses crimes aconteciam no porão da pizzaria Comet Ping Pong, localizada no bairro de Chevy Chase, em Washington. As suspeitas se iniciaram a partir do vazamento de *e-mails* particulares de John Podesta, chefe da campanha de Hillary Clinton.

Figura 2 – *Tweet* denuncia a suposta rede de pedofilia⁵



Fonte: How The Bizarre Conspiracy Theory Behind "Pizzagate" Was Spread. Buzz Feed News, [2016].
Disponível em: <<https://is.gd/LUfWi5>>. Acesso em: 8 fev. 2022

A análise dos *e-mails* fez com que teorias conspiratórias fossem produzidas, principalmente a partir da repetição das palavras “*cheese*” e “*pizza*” (queijo e pizza), como se essas fossem supostamente um codinome para “*child pornography*” (pornografia infantil, em

⁵ Tradução do *tweet* de David Goldberg: Rumores em andamento no Departamento de Polícia de Nova Iorque que os *e-mails* de Huma apontam para um círculo de pedofilia no qual a Hillary Clinton está no centro #VamosHillary #PodestaEmails23. Tradução do *tweet* de Carmen Katz: Meu Departamento de Polícia de Nova Iorque disse que é muito mais perverso e perigoso do que o material confidencial no dispositivo de Weiner. O *e-mail* DETALHA as viagens feitas por Weiner, Bill e Hillary no avião de seu amigo pedófilo bilionário, o Lolita Express. Sim, Hillary tem uma predileção bem documentada por meninas menores de idade, e o Sr. Weiner não suportava ver esses detalhes sendo deletados. Estamos falando de trabalho escravo infantil internacional e rede de pedofilia. Nem mesmo os defensores mais fervorosos de Hillary poderão desculpá-la por ISSO.

português), devido às iniciais C. P. Um dos *e-mails* que foram divulgados trata-se de uma conversa entre John Podesta e James Alefantis, dono da Comet Ping Pong, no qual discutiam sobre a organização de uma ação para arrecadar fundos para a campanha de Hillary em seu estabelecimento. Diante desses elementos, houve uma disseminação em massa do escândalo, que manchou a imagem dos democratas nas eleições, sendo um dos importantes fatores que culminaram na maioria dos votos favoráveis para Donald Trump como presidente dos EUA.

No entanto, considero importante destacar a amplitude e gravidade que foram assumidas por meio dessa *fake news*, quando Edgar Maddison, um jovem que acreditou nesta *fake news*, invadiu a pizzaria Comet Ping Pong armado com um fuzil e realizou disparos⁶ dizendo que queria investigar pessoalmente a rede de pedofilia que ali estava sendo encoberta. *A pizza day* me faz pensar no que Recuero (2013, p. 62) aponta sobre o quanto “a conversação em rede é um espaço frutuoso para a emergência de discussões inflamadas, discursos agressivos e ofensivos e, mesmo, pela propagação da violência”. Violência essa que vem sendo provocada pela onda de desinformação latente não somente no Brasil, como no mundo. Penso, dessa forma, na importância dos estudos e do combate às *fake news*, entendendo que a internet é constituída não somente pela infraestrutura técnica, mas por pessoas de carne e osso, que reagem de formas distintas aos conteúdos que consomem.

Concordo com Santaella (2021a, p. 9) quando diz que “o impacto psíquico e social das *fake news* está longe de ser negligenciável”. Não posso desconsiderar o quanto nossas vidas estão em situação permanente de vulnerabilidade ao olharmos para as teorias da conspiração que são produzidas e disseminadas na rede; tais teorias alimentam a instauração de um cenário de desconfiança e violência, colocando em risco nosso regime democrático. Como aponta D’ancona (2018, p. 20), “de acordo com o *site* PolitiFact, que checa informações e é ganhador do Prêmio Pulitzer, 69% das declarações de Trump são ‘predominantemente falsas’, ‘falsas’ ou ‘mentirosas’”. No entanto, entendo junto com o autor que Trump é mais um sintoma do fenômeno da pós-verdade do que a verdadeira causa.

D’ancona (2018) destaca ainda que, se a crise da verdade pudesse ser responsabilizada por um único político, o problema seria resolvido em um determinado período. Nessa lógica, se nenhum presidente norte-americano pode cumprir mais de dois mandatos de quatro anos (de forma semelhante ao Brasil), então em até oito anos estaríamos livres desse fenômeno, o que não é uma realidade. Outro fator importante nesse contexto é a formação de bolhas, o que

⁶ Edgar Maddison invade pizzaria, no caso #pizzagate. Disponível em: <<https://is.gd/FkTAOq>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

Santaella (2019b) denomina também como “câmaras de eco”, destacando a ideia de que somos expostos quase que exclusivamente a visões unilaterais, ou seja, visões que estão em consonância com aquilo que buscamos consumir, defender e com o que compreendemos como verdade.

O perigo da unilateralidade, como aponta Santaella (2019a, p. 15-16), está relacionado a uma “visão que acaba por gerar crenças fixas, amortecidas por hábitos inflexíveis de pensamento, que dão abrigo à formação de seitas cegas a tudo aquilo que está fora da bolha circundante”. Com isso, os horizontes das/os internautas se tornam cada vez mais estreitos ao receber e disseminar conteúdos alinhados com suas percepções de mundo. Como assinala D’Ancona (2018), para além dos conteúdos, a rede direciona também os sujeitos que concordam com essa percepção de mundo e que vão contribuir para confirmar hipóteses e fortalecer certezas. O estímulo das bolhas encontra-se diretamente relacionado à ideia de confirmar aquilo em que se acredita, no lugar de favorecer o debate sobre a veracidade das informações produzidas e compartilhadas na rede.

Ressalto que, ao trazer esses pontos para o texto, não tenho como objetivo enquadrar as redes sociais digitais como perigo iminente para a sociedade, tendo em vista que elas não exercem suas funções sem a interação entre as/os internautas. Os algoritmos⁷ mapeiam os “rastros” que deixamos na rede e buscam entender as crenças, os desejos e hábitos de consumo, agindo divulgando conteúdos na esperança de que sejam lidos pela/o internauta. Dessa forma, “o usuário determina em alguma medida como ele é encarado e, por conseguinte, abordado pela plataforma” (CASTRO, 2020, p. 149). Kaufman e Santaella (2020) realizam uma provocação sobre esse aspecto, trazendo a ideia de que a grande problemática está na dificuldade que os sujeitos possuem para mudar suas formas de ver e/ou pensar o mundo, o que se reflete diretamente no perfil seletivo e limitado rastreado pelo algoritmo.

Dessa forma, retomo a ideia de que não é tarefa simples erradicar o fenômeno da pós-verdade simplesmente com a queda de Trump, principalmente concordando com Almeida e Santos (2020a, p. 186) quando escrevem que o “o governo da pós-verdade é onipresente”. Dito isso, considero importante destacar outros episódios que, assim como as eleições norte-americanas de 2016, também contribuíram para alertar sobre o importante papel da educação no enfrentamento do fenômeno da pós-verdade. Evidencio então o terraplanismo, que busca defender a ideia de que a Terra possui formato plano, apesar das diversas comprovações

⁷ Os algoritmos são discutidos na seção 2.1, “Cibercultura: produzindo e compartilhando em/na rede”.

científicas que afirmam seu formato esférico. Albuquerque e Quinan (2019, p. 86) refletem sobre o momento atual cuja autoridade das instituições está sendo questionada e, conforme esse fenômeno acontece, conseguimos “entender o contexto no qual as teorias da conspiração saíram da dinâmica particularista que as caracterizava e se tornou um elemento capaz de contestar, com um sucesso crescente, as interpretações que definiam o senso comum até muito pouco tempo”.

Em 2019, no Brasil, uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha⁸ apontou que 7% da população (cerca de 11 milhões de pessoas) acreditava que a superfície da Terra era plana. A teoria tem sido tão forte que, em novembro daquele mesmo ano, ocorreu em São Paulo a primeira convenção sobre terraplanismo no Brasil, reunindo cerca de 400 pessoas. A “FlatCon” buscou discutir e divulgar ainda mais os seus conceitos, reforçando que os estudos realizados por astrônomos, pela Administração Nacional do Espaço e da Aeronáutica (NASA) e cientistas de um modo geral, seriam uma espécie de conspiração mundial para enganar as pessoas.

Outro episódio marcante do movimento terraplanista aconteceu no ano seguinte, em 2020, quando um dos seus defensores tentou lançar um foguete próprio, com a intenção de confirmar a teoria. “Mad” Mike Hughes, piloto estadunidense de 64 anos, acabou caindo no deserto da Califórnia pouco após sua decolagem, o que resultou em sua morte⁹. No acidente, ele usava o foguete a vapor que construiu no seu quintal com ajuda de diversos patrocínios e participava das gravações da *Homemade Astronauts*, uma série do *US Science Channel*. Nesse cenário, caminho com as proposições de Almeida e Santos (2020a, p. 186), de que se trata de uma guerra sem precedentes cujos sentimentos são colocados em primeiro plano, afinal, “se fosse da razão, seus idealizadores não arriscariam abrir tão grave precedente em busca de legitimar todo tipo de prática de alienação”. Muitos grupos de sujeitos confeccionam suas teorias conspiratórias, buscando refutar a ciência e comprovar suas visões de mundo, e em algumas circunstâncias arriscam a própria vida, como no caso de Mike.

A morte do piloto estadunidense resultou na produção de *memes* que circulam pela internet e nos servem de alerta para os perigos do negacionismo. Em um desses *memes*, foi criada uma espécie de notícia com a seguinte manchete: “‘Mad’ Mike Hughes dies in rocket crash trying to prove Earth is flat”¹⁰. É possível ver um paraquedas se soltando do foguete pouco

⁸ Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha. Disponível em: < <https://is.gd/h2cVxm> >. Acesso em: 18 out. 2021.

⁹ Mike Hughes morre após lançamento de foguete. Disponível em: < <https://is.gd/zwQ7co> >. Acesso em: 19 out. 2021.

¹⁰ Tradução: ‘Mad’ Mike Hughes morre em acidente de foguete tentando provar que a Terra é plana.

após a decolagem, evidenciando o fracasso da operação. Além disso, o *meme* mostra o registro de uma lápide em um cemitério, com o nome de Mad Mike, contando com a presença da Terra em seu formato esférico, ou seja, uma tentativa de provocação às teorias conspiratórias defendidas por ele.

Figura 3 – *Meme* compartilhado após a morte de Mad Mike Hughes

‘Mad’ Mike Hughes dies in rocket crash trying to prove Earth is flat



Fonte: EVERYBODY gangsta till gravity kicks in. *Meme*. Reddit, [2020]. Disponível em: <<https://is.gd/o3obs6>>. Acesso em: 12 fev. 2022

Albuquerque e Quinan (2019) apontam algumas teorias propostas e defendidas pelos terraplanistas: as imagens do espaço sideral divulgadas pela NASA são criações realizadas no programa de edição de imagem Photoshop; os meteoros são apenas pedras comuns; o homem nunca pisou na Lua. Bezerra (2020) destaca uma das principais formas de comprovar a teoria terraplanista, quando utilizam a vista do oceano filmado de uma praia, enquanto é segurada uma régua ou outro objeto que consiga nivelar o plano, mostrando que se forma uma linha paralela à linha do horizonte. Pela ausência de curvas diante da linha imaginária criada pelo objeto, a teoria é confirmada pelas/os defensoras/es do movimento Terra plana. O autor (2020, p. 24) considera esse experimento como uma “observação lógico-empírica” que parece irrefutável, tendo em vista que a/o praticante passa a participar ativamente do processo, compreendendo os processos para defender seus argumentos. Isso demonstra que, apesar de diversos estudos

documentados sobre o formato esférico da Terra, há uma negação da realidade, que é parte fundamental das teorias da conspiração (ALBUQUERQUE; QUINAN, 2019). Há um desejo pela comprovação que possa partir de relações empíricas produzidas, na maioria das vezes, pelos próprios sujeitos, ainda que facilmente apontadas como falsas pela ciência.

O negacionismo vem se espalhando em suas diferentes formas pelo mundo. Essa força é percebida também no âmbito político, como destacado anteriormente sobre a política de Trump nas eleições norte-americanas em 2016. Diante dessa conjuntura, o fenômeno da pós-verdade se espalha e serve como inspiração política em outros lugares do mundo – como no contexto sociopolítico brasileiro. Em 2018, apenas dois anos depois, assisti à campanha política brasileira com mais preocupação, percebendo a similaridade entre a proposta de Donald Trump e a de Jair Bolsonaro por meio de ideias que se aproximavam da extrema-direita. Além do perfil ideológico, as/os apoiadoras/es de Bolsonaro fizeram uso de uma tática bastante parecida com a que ocorreu nas eleições norte-americanas, principalmente no uso do WhatsApp, Facebook, Twitter e Instagram. Aquele período foi bastante conturbado devido à quantidade de informações (verdadeiras e falsas) que circulavam entre os grupos e redes sociais dos quais ainda faço parte. Naquela época, me vi na busca por *sites* confiáveis e matérias em jornais de relevância, entre outros critérios adotados para me informar sobre o que era falso ou verdadeiro.

Sobre esse aspecto, Bucci (2018) alerta quanto ao potente cruzamento entre redes sociais, *fake news* e políticos populistas conservadores, argumentando que o resultado das eleições não é baseado somente na tecnologia, mas no “fenômeno político, essencialmente político, que se viabiliza pelas tecnologias digitais por meio de gente engajada em organizações hierarquizadas e de classes sociais mais altas” (BUCCI, 2018, p. 27). Entendo que os discursos têm o poder de tornarem-se regimes de verdade, revelando a força dos enunciados na forma como interagimos com o outro (FOUCAULT, 1979). Caminhando nessa direção, as notícias veiculadas nas redes sociais digitais também apresentam o potencial de produzir um “efeito” de verdade ao serem compartilhadas, conduzindo muitas vezes a uma plena convicção por parte daquelas/es que as consomem. Para exemplificar o cenário, cabe destacar o perigo de declarações de Bolsonaro em episódios marcantes como o “*kit gay*”¹¹, “*golden shower*”¹² e

¹¹ Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirma que “*kit gay*” nunca existiu e proíbe “*fake news*” de Bolsonaro. Disponível em: <<https://is.gd/ObR5Ai>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

¹² “O que é *golden shower*”, pergunta Bolsonaro após publicar vídeo polêmico. Disponível em: <<https://is.gd/MbfvrQ>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

“escola ‘sem’ partido”¹³, apenas para citar alguns, que serviram como base para o questionamento de todo um sistema (de vigilância) sobre cotidianos escolares, práticas sexuais, orientação sexual e identidade de gênero, criação das/os filhas/os e religião, entre outros aspectos ou instituições, inflamando a lógica conservadora e preconceituosa. O apelo emocional presente na construção dessas narrativas funcionou como estratégia para propiciar um jogo de saber-poder, uma intencionalidade por trás que requer maiores investigações.

Os acontecimentos mencionados acima evidenciam que o interesse pelo estudo da temática das *fake news* e do fenômeno da pós-verdade surgiu antes mesmo do meu ingresso no mestrado no PPGCEC. Apesar disso, o que já era preocupante se intensificou com a chegada do coronavírus, pouco depois de um ano da posse de Jair Bolsonaro. Como se o uso de mentiras forjadas não fosse suficiente no período eleitoral para envolver suas/seus apoiadoras/es, percebi uma nova onda de desinformação ainda mais grave, considerando a sua capacidade de afetar diretamente a população em meio a um colapso na área de saúde.

Nesta pesquisa, investiguei a produção e a disseminação de *fake news* e o fenômeno da pós-verdade em tempos de pandemia, discutindo os perigos da desinformação no contexto necropolítico brasileiro. Para isso, minha entrada em campo foi amparada por algumas questões de pesquisa; tecer tais questões não significou aprisionar meu olhar para os fenômenos que emergiram durante meu percurso investigativo, pelo contrário, significou observar com maiores detalhes as dinâmicas comunicacionais da rede sem perder de vista meu foco investigativo. As questões de pesquisa do trabalho de mestrado são:

- Quais *fake news* foram produzidas e compartilhadas entre 2020 e 2021 nas redes Facebook e Twitter durante o desenvolvimento da pesquisa de campo?
- Quais sentidos os internautas produziram sobre essas *fake news* compartilhadas?
- Quais *memes*, comentários e *hashtags* foram compartilhados como forma de resistência às *fake news*?
- Como as redes investigadas foram utilizadas pelas/os internautas para questionar as barbaridades (necro)políticas praticadas em tempos de pandemia?
- Como a pesquisa de campo auxiliou na construção de uma proposta de pesquisa cartográfica na rede?

¹³ “Sem” partido, escrito entre aspas, é uma provocação realizada por Frigotto (2017) ao tensionar que tudo possui um partido. Esse movimento, por exemplo, encontra-se vinculado não só politicamente, mas ideologicamente, ao conservadorismo.

- Como o estudo de campo contribuiu para pensar em uma educação em/na rede no enfrentamento às *fake news*?

Essas questões de pesquisa foram fundamentais para a análise do material empírico, uma vez em que me ajudaram a pensar sobre os episódios ocorridos em tempos de pandemia e a importância da investigação. Com base nesta análise, pude realizar o levantamento de quatro categorias que atravessam a pesquisa, conforme apresento a seguir:

Figura 4 – Levantamento das categorias empíricas



Fonte: A autora, 2021.

As quatro categorias me auxiliaram na organização dos achados da pesquisa, permitindo traçar um panorama geral dos desdobramentos das análises realizadas nos capítulos 4, 5 e 6 desta pesquisa.

No próximo capítulo discuto alguns conceitos que me ajudaram a analisar interpretativamente o material empírico da investigação. Busquei refletir sobre esse momento único de nossa história com o olhar sensível e atento, na medida em que pesquisava no contexto da pandemia do novo coronavírus.

2 PRINCIPAIS CONCEITOS QUE BALIZAM A PESQUISA

Pesquisar não é uma tarefa fácil; exige a escolha atenta da questão investigativa, do campo empírico e dos conceitos que balizam o estudo. É um desafio articular conceitos importantes que auxiliaram na tarefa investigativa de analisar questões que emergiram durante a realização do trabalho de campo. Para isso, esta seção do texto apresenta importantes reflexões tecidas por diversas/os autoras/es que me ajudaram a refletir teoricamente sobre a cibercultura, as *fake news*, o fenômeno da pós-verdade e a necropolítica. Sobre a apropriação de diferentes saberes na pesquisa, faço minhas as palavras de Paraíso (2014, p. 35) e reconheço que “usamos tudo aquilo que nos serve, que serve aos nossos estudos, que serve para nos informarmos sobre nosso objeto, para encontrarmos um caminho e as condições para que algo novo seja produzido”. A produção de novas reflexões, articulada a diferentes conceitos em tempos pandêmicos, exige reconhecer o desafio de produzir conhecimento sobre a pandemia enquanto experienciamos (ainda) tempos pandêmicos. Em outras palavras (e usando termos metafóricos), significa dizer que estou “trocando a roda do carro com ele em movimento”.

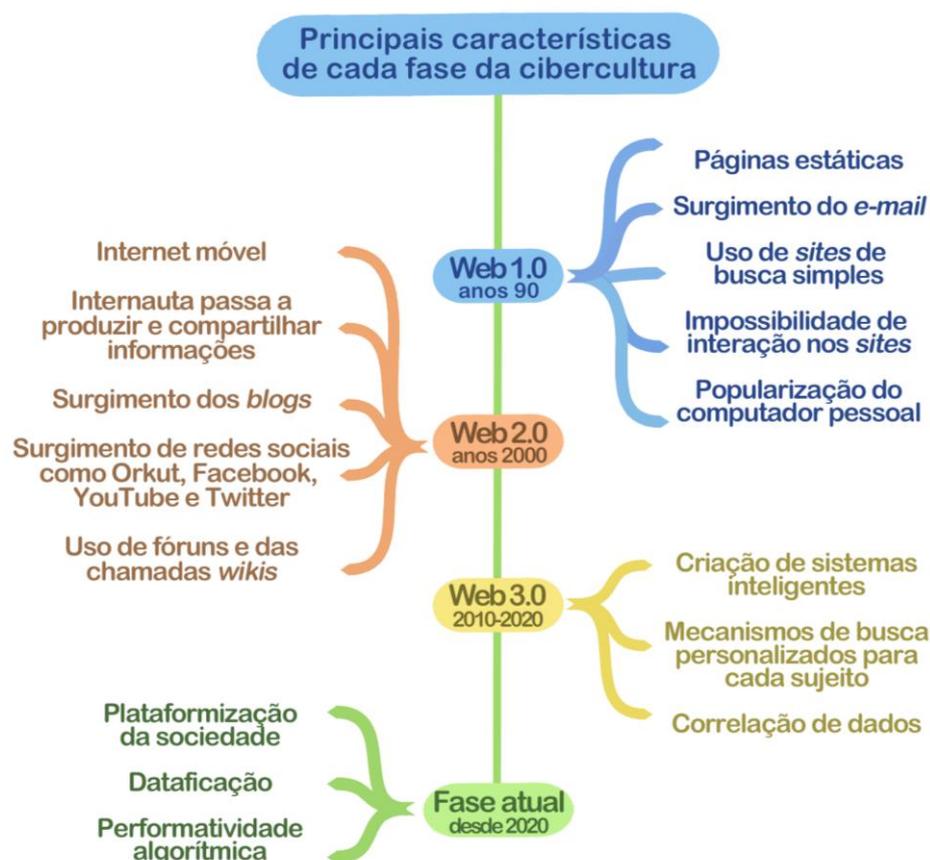
2.1 Cibercultura: produzindo e compartilhando em/na rede

A cibercultura não é a “cultura do ciberespaço”, conforme defendiam os primeiros estudos voltados para investigar a relação entre seres humanos e internet. Diferentemente dessa perspectiva, concordo com Santos (2011, p. 77), que argumenta que a cibercultura é a “cultura contemporânea estruturada pelo uso das tecnologias digitais em rede nas esferas do ciberespaço e das cidades”. Esse olhar me permite entender essas tecnologias não como meras ferramentas, mas como artefatos técnico-culturais que possibilitam a produção e o compartilhamento de diferentes informações entre internautas geograficamente dispersas/os interconectadas/os pelo ciberespaço.

Em nenhum outro momento da história se consumiu, produziu ou compartilhou tanta informação como hoje (COSTA, 2018). No momento em que os sujeitos passam a produzir e distribuir informações de forma mais horizontalizada, “cria-se uma potência política, social e cultural: a potência da reconfiguração e da transformação” (LEMOS, 2010, p. 27). Desse modo, o ciberespaço torna-se um ambiente de pesquisa promissor ao proporcionar maior liberdade de expressão pela infraestrutura técnica da internet (COUTO JUNIOR; AMARO; TEIXEIRA; RUANI, 2020).

Considerarei importante historicizar as fases da cibercultura, realizando um pequeno panorama com as principais características de cada fase. Esse panorama ajuda a elucidar as transformações sociais de cada época, importante para que se conheça melhor o contexto cibercultural contemporâneo, no qual permaneci mergulhada nas redes e pesquisando as *fake news* e o fenômeno da pós-verdade. Não se trata da superação de uma fase pela outra, principalmente considerando que “uma tecnologia ser predominante não aposenta a anterior, pois o mundo digital pode conviver harmoniosamente com o mundo analógico” (KOO, 2011, p. 78). Ou seja, as características das Webs 1.0, 2.0 e 3.0 seguem fazendo parte da vida dos sujeitos, assim como o uso do *e-mail*, que, apesar de ter surgido na Web 1.0, continua sendo importante em muitos contextos (SANTAELLA, 2010). As divisões são uma tentativa de organizar os principais elementos e transformações tecnológicas percebidas ao longo dos anos. Dessa forma, a imagem abaixo sistematiza as principais características que constituem essas fases, que serão aprofundadas ao longo desta seção.

Figura 5 – Principais características de cada fase da cibercultura



Fonte: A autora, 2022.

O primeiro ensaio do surgimento da internet ocorreu na década de 1960, durante o período da Guerra Fria (1945-1991), nos Estados Unidos da América (EUA). A intenção era descentralizar informações importantes, por meio da transmissão de dados entre computadores, de modo que, caso houvesse um bombardeiro que destruísse os equipamentos, a preocupação seria menor porque os registros não estariam armazenados em um único servidor (LINS, 2013). Nesse sentido, foi criada a *Advanced Research Projects Agency Network*¹⁴ (ARPAnet), pertencente ao Departamento de Defesa norte-americano, que manipulava grandes volumes de informações por debaixo da terra, com acesso limitado a militares e pesquisadoras/es. Com isso, houve a interligação entre as bases estratégicas e a otimização da troca de informações de cunho sigiloso, assim como planos de combate, identificação de ameaças e novas tecnologias armamentistas. A partir da década de 1980, o uso da ARPAnet tornou-se mais popular no meio acadêmico e científico, inicialmente nos EUA, e com o passar do tempo foi se expandido em outros países da Europa. Somente no final dessa década se deu início à liberação do uso comercial nos EUA.

Em 1990, o britânico Tim Berners-Lee desenvolveu o que ficou conhecido como WWW (*World Wide Web*), e a partir dessa década a internet causou uma transformação na sociedade contemporânea, pelo início de sua popularização no mundo. Esse período, conhecido como a Web 1.0 (década de 1990), foi marcado pelo surgimento do *e-mail* e alguns *sites*, principalmente os de busca simples. Os *sites* tinham como característica o fato de serem estáticos, ou seja, não era possível interagir com os conteúdos publicados por eles. Santaella (2010) ressalta algumas palavras que ajudam a sintetizar a Web 1.0, como disponibilizar, buscar, acesso e leitura. Koo (2011) aponta ainda algumas características principais: 1) a popularização do computador pessoal; 2) a mudança do acesso às redes, que deixou de ser exclusivo do governo e foi ampliado às pessoas físicas; 3) o comércio eletrônico passou a ganhar destaque e; 4) iniciou-se a migração do analógico para o digital.

Na Web 2.0 (anos 2000), a/o internauta passa a produzir e compartilhar conteúdo na internet, principalmente por meio da utilização de *blogs* e redes sociais. Foi um período marcado pelo surgimento de redes como o Orkut (2004), Facebook (2004), YouTube (2005) e Twitter (2006), sendo as três últimas consolidadas até os dias atuais, presentes na vida de boa parte das/os brasileiras/os. Destaco também o surgimento dos fóruns, local onde as pessoas fazem perguntas e obtêm respostas das/os demais internautas, e as chamadas *wikis*, *sites* que

¹⁴ Tradução: Rede da Agência para Projetos de Pesquisa Avançada.

permitem que sujeitos escrevam de forma colaborativa, como é o caso da Wikipedia (2001). Santaella (2010, p. 268), sobre a Web 2.0, destaca que “as palavras de ordem são expor-se, trocar, colaborar em atividades de interação que encontram suas bases em princípios de confiança e de compartilhamento”. Nesse momento deu-se início a uma vasta produção de conteúdos (imagens, vídeos e textos) que permitam uma dinâmica comunicacional mais complexa e diversificada entre as/os internautas.

Para pensar a Web 2.0, considero importante trazer para a reflexão o que Lemos (2010) denomina como os três princípios que constituem a cibercultura: 1) a liberação da palavra ou liberação do polo de emissão; 2) a conexão e conversação mundial e; 3) a reconfiguração social, cultural e política. Destaco que esses princípios não foram pensados pelo autor para refletir especificamente sobre a Web 2.0, mas os considero como elementos bastante característicos para entender o cenário sociotécnico que estava se desenhando. Com as mídias de massa (rádio, jornal e televisão, para citar alguns exemplos) os sujeitos consomem os conteúdos sem a possibilidade de intervir sobre eles, editando-os. Com a liberação do polo de emissão, percebe-se que houve uma transformação global quando os sujeitos deixam de ser meros receptoras/es e passam a “*consumir, produzir e distribuir informação* sob qualquer formato em tempo real e para qualquer lugar do mundo sem ter de movimentar grandes volumes financeiros ou ter de pedir concessão a quem quer que seja” (LEMOS, 2010, p. 25, grifos do autor). Este processo realiza uma descentralização da informação, fazendo com que outras mediações sejam possíveis.

De acordo com a pesquisa TIC Domicílios 2020¹⁵, desenvolvida pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), oito em cada dez brasileiras/os já utilizam a internet. Esse quadro pode ser traduzido pelas/os usuárias/os de internet, correspondentes a 81% da população com 10 anos ou mais. Quanto à conexão, o mesmo estudo destaca que a internet está presente em 83% dos domicílios brasileiros. Percebo, portanto, uma potência do trabalho de campo focalizado nas redes digitais, que vêm se constituindo como espaços de encontro com o outro bastante utilizados por internautas de todo o mundo.

Diante desse cenário, considero importante destacar também o que Lemos (2010, p. 25) denomina de conexão e conversão mundial, tendo em vista que a “liberação da emissão e a circulação da palavra em redes abertas e mundiais criam uma interconexão planetária”. Dessa

¹⁵ Pesquisa TIC Domicílios 2020. Disponível em: <<https://is.gd/84POpl>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

forma, torna-se indissociável pensar sobre a reconfiguração social, cultural e política não somente em uma esfera local, mas global. Ou seja, a partir do momento em que os sujeitos tiveram a oportunidade de produzir os seus próprios conteúdos graças ao digital em rede, há a conexão que permite amplo compartilhamento de informações e múltiplas possibilidades comunicacionais e interativas com outros sujeitos geograficamente dispersos. Sob essa lógica, há uma reconfiguração da forma de ver e entender um mundo, trazendo novas questões e potencialidades. Com o avanço das tecnologias digitais móveis, destaco outros dois importantes conceitos: ubiquidade e mobilidade.

Embora pareçam conceitos sinônimos, não há como pensar a ubiquidade sem pensar a mobilidade. A mobilidade é anterior ao conceito de ubiquidade, e isso fica evidente quando pensamos que o livro impresso é uma mídia móvel que surgiu muito antes do dispositivo digital conectado à internet. A mobilidade em tempos de cibercultura tem novos contornos com as transformações tecnológicas, rompendo com a necessidade da/o internauta estar fixa/o a um *desktop* para estar conectada/o à rede (SANTAELLA, 2013). A “entrada” na rede era um acontecimento que exigia essa fixidez principalmente devido ao tamanho da máquina e do uso da internet através de uma conexão discada (*dial-up*), baseada no uso de linhas telefônicas para fornecer acesso à rede. Segundo Santos (2015, p. 136), “chamado por muitos de ‘espaço virtual’, sendo a noção de virtual, muitas vezes, entendida no senso comum como oposição ao real e seu mundo físico”. Ou seja, era comum a leitura desse uso como o acesso ao mundo “virtual”, como se fosse um universo paralelo, e a retomada ao mundo “real” quando havia a desconexão.

No entanto, com a chegada dos *tablets*, *smartphones*, *notebooks* e outros dispositivos móveis, a mobilidade se torna dupla: mobilidade informacional e a mobilidade física da/o internauta (SANTAELLA, 2013). Surge a possibilidade de a/o internauta romper com o tempo e o espaço, estando em movimento pela cidade enquanto navega pelas diferentes redes. Dessa forma, “ambas as mobilidades entrelaçaram-se, interconectaram-se e tornaram-se mais agudas pelas ações de uma sobre a outra” (SANTAELLA, 2013, p. 277). É a partir dessa relação da mobilidade associada ao uso de um dispositivo móvel conectado à rede que surge o conceito de ubiquidade. É diante desse cenário, em especial, que se pode perceber a indissociabilidade do *online* e *offline* como uma das características da cibercultura, ou seja, quando não se identifica mais uma divisão entre esses dois momentos. A ubiquidade refere-se, portanto, à capacidade da/o internauta de estar presente simultaneamente em vários lugares, na medida em que se comunica na mobilidade com outras pessoas geograficamente dispersas (SILVA; ALVES, 2018).

Na Web 3.0 (2010-2020), a criação de sistemas inteligentes possui a capacidade de analisar os conteúdos disponíveis na internet e priorizar respostas que estejam alinhadas às buscas realizadas pelas/os internautas. Os mecanismos de busca compreendem os interesses e necessidades de cada sujeito, buscando atendê-lo, personalizando os conteúdos com base em sua relevância. Santaella (2012, p. 37) afirma que “o motor de busca irá estreitar a pesquisa até o ponto de oferecer ao usuário o que ele realmente quer”. Esse poder está relacionado principalmente à ampliação do significado dos dados, que conseguem atuar em contextos distintos, tendo em vista que os computadores estão mais bem programados. Corrêa e Bertocchi (2012) apontam que as máquinas serão responsáveis não somente por processar uma base de informações e dados, mas também por produzirem conhecimento, ainda que artificial, por meio da correlação de dados que podem gerar novas proposições para a humanidade.

Esse período também pode ser denominado como a Web semântica, tendo em vista que “as páginas na Web são acessadas após uma interpretação, portanto, são acessadas a partir do seu significado e não apenas palavras literais” (KOO, 2011, p. 75). A Web passa a aprender com base nos registros gerados pelas/os usuárias/os, com o objetivo de atribuir significados aos conteúdos que circulam na internet. Quando realizávamos uma pesquisa em um *site* de busca, o mesmo criava associações com base em palavras-chaves, que poderiam ou não ter conexão com o que estávamos desejando pesquisar. Com a Web semântica, houve uma revolução na forma como as informações são lidas, fazendo com que não somente as pessoas sejam capazes de entender e produzir dados, mas as máquinas também.

A Web 3.0 foi fundamental para o momento atual da cibercultura. Caminho com as proposições de Lemos (2021b) e entendo que a cultura digital contemporânea (a partir de 2020) vem se constituindo a partir do seguinte tripé: plataformação da sociedade, processos de dataficação e performatividade algorítmica das plataformas. De acordo com o autor,

a conversão de qualquer forma de expressão em dados operacionalizáveis (dataficação); o estímulo à produção, captura e fornecimento desses dados (data e capta) para megaestruturas de hardware e software (plataformação); e o agenciamento algorítmico projetar cenários de ação e de indução atual e futuro (LEMOS, 2021b, p. 195).

A partir dessas reflexões, considero importante aprofundar a discussão trazendo também para o diálogo as contribuições de Santaella (2021b) e Silveira (2017). Para pensar os processos de dataficação, aciono as reflexões de Santaella, entendendo que “refere-se à transformação da ação social em dados *online* quantificados, permitindo assim monitoramento algorítmico dos dados em tempo real e análise preditiva” (2021b, p. 30). A dataficação possibilita, portanto, que

todas as interações sociais realizadas em/na rede sejam convertidas em dados digitais, de forma quantitativa, por meio da transformação em códigos. As ações deixam de ser somente digitalizadas e passam a ter métodos de monitoramento e projeção, que viabilizam a construção de cenários tanto do momento atual como do futuro, inclusive para a criação de novos serviços e produtos (LEMOS, 2021b).

Quanto à plataformação, Lemos (2021a) realiza um convite para olharmos para a tela do nosso celular e observar o quanto estamos dependentes de aplicativos, questionando se seria possível ficar um dia sem fazer uso de qualquer plataforma. Coadunado com a percepção de Lemos de que não seria possível e faço minhas as palavras do autor sobre a ideia de que as plataformas são projetadas como “uma infraestrutura inevitável para todos os setores sociais e uma solução inovadora para um problema cotidiano que possa ser resolvido pelo fluxo de dados” (LEMOS, 2021a, p. 37). Ou seja, são tecnologias pensadas para atender às demandas da população, nos mais diversos setores da sociedade, com a praticidade de ter seu uso na palma da mão e em tempo real. Essas tecnologias são materializadas nas plataformas e nos aplicativos¹⁶ e conseguem se ramificar nos setores de locomoção (*Waze, Google Maps*), transporte (*Uber, 99*), alimentação (*Uber Eats, Ifood, Rappi*), relacionamento (*Tinder, Grindr, Happn*), entretenimento (*Netflix, YouTube, Amazon Prime Video*), comunicação (*Zoom, Meets, Teams*), entre outros. Com esse atravessamento, autores como Lemos (2021a) e Segata e Rifiotis (2021) vêm denominando a dataficação como “dataficação da vida”, provocação que compreende como o mundo, em suas mais diferentes esferas, está sendo traduzido em dados digitais.

Como consequência da dataficação, temos a performatividade algorítmica ou gestão algorítmica. Esses são escritos em linguagem matemática, invisíveis e complexos. Dessa forma, sua definição torna-se um desafio e, por isso, trago algumas das principais intencionalidades por trás de sua produção, assim como a antecipação das escolhas das/os internautas, a definição dos conteúdos que irão ou não fazer parte das operações e o grau de relevância por maior ou menor interesse, personalizado de acordo com cada sujeito (SILVEIRA, 2017). Para além dessas intencionalidades, percebo o movimento como uma das características dos algoritmos, entendendo que esses não são categorias estáticas, mas sim uma produção que acontece, que se

¹⁶ Diante da ramificação e da inserção das plataformas e dos aplicativos na sociedade, não posso deixar de considerar o que vem sendo discutido sobre a “uberização do trabalho”. O termo surge como uma forma de crítica ao modelo de trabalho no qual um serviço é vendido para alguém ou para alguma empresa, sem o intermédio de um empregador. Trata-se de uma prestação de serviços cuja ausência de obrigações e direitos trabalhistas gera preocupação. Disponível em: <<https://is.gd/kGnMvH>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

materializa na prática. Ou seja, “em seu emaranhamento com a prática dos usuários, os algoritmos os alteram e são também alterados por sua dinâmica” (SILVEIRA, 2017, p. 273).

Como aponta Lemos (2021a), a base da cultura digital hoje trata-se da cultura dos algoritmos. Eles agem, principalmente, com base nas reações das/os usuárias/os e no que o autor denomina de “recência”, ou seja, no histórico das últimas decisões tomadas em rede. Considerando sua atuação, os algoritmos podem ser compreendidos como “instruções que determinam como os programas de computador devem funcionar na leitura, processamento, armazenamento e análise de dados [...] [que] vão operar como uma curadoria sobre o que podemos ver e escolher” (LEMOS, 2021a, p. 43). Cabe frisar que não existe neutralidade nessa operação, uma vez em que os algoritmos são responsáveis por ditar os conteúdos que serão visíveis (ou não) para cada sujeito. Como consequência, há uma indução de desejos e opiniões, que conduzem a forma como os sujeitos leem o mundo. Essa condução não é feita de forma desagradável, como se fosse uma imposição, pelo contrário, ela acontece por meio da sedução, de forma com que os sujeitos possam ser atraídos para determinadas ações nas plataformas, provocadas a partir da leitura pelos algoritmos dos padrões de comportamento da/o internauta.

Com a internet em sua fase atual, os sujeitos conseguem também ser produtores de informação, emitindo em/na rede em parceria com outras pessoas (SANTOS, 2011; LEMOS, 2010). Conforme argumentado anteriormente, não estou sugerindo que essas mídias de massa tenham perdido espaço para as dinâmicas ciberculturais ou que elas serão superadas; na verdade, são artefatos culturais que vêm se reconfigurando no novo cenário social cada vez mais mediado pelo digital em rede (SANTAELLA, 2008). A possibilidade de que qualquer pessoa com acesso à internet possa emitir informação para a rede (LEMOS, 2010) faz com que as tecnologias digitais conectadas à internet sejam aliadas importantes na pesquisa, “pois ampliam e potencializam a nossa capacidade de memória, armazenamento, processamento de informações e conhecimentos e, sobretudo, de comunicação” (SANTOS, 2011, p. 77). Um acontecimento social repercute de forma dinâmica nas redes sociais porque a infraestrutura da internet potencializa a produção e o compartilhamento de informações. Afinal, Facebook, Twitter, Instagram e WhatsApp são redes sociais alimentadas a todo instante por pessoas que também buscam se manter atualizadas sobre os mais diversos assuntos, a todo momento.

2.2 Fake news e o fenômeno da pós-verdade: nem tudo que reluz é ouro

Na presente seção, busco refletir sobre as *fake news* e o fenômeno da pós-verdade, que se apresentaram como conceitos centrais da minha pesquisa. Pensando na constituição das

mentiras, reflito com base em Santaella (2021a, p. 35) sobre ela não ser “algo que arrancamos do solo como uma planta ou algo que cai de paraquedas do céu. A mentira tem um agente. O substantivo deriva do verbo mentir que existe um sujeito dessa ação”. Sob essa perspectiva, argumento que a internet não inventou as notícias falsas, mas se tornou um dos principais palcos para sua disseminação (D’ANCONA, 2018). As notícias falsas sempre estiveram presentes na vida dos sujeitos ao longo de toda a história; a novidade são as redes sociais digitais (COSTA, 2018).

Com a pandemia, a presença das/os internautas passa a ser cada vez mais ativa, considerando principalmente o aumento do número de pessoas em atividades de *home office*, a substituição dos encontros físicos com amigos/os e familiares por videochamadas e muitas escolas, cursos e universidades sem atividades presenciais. Como consequência, o aumento da circulação de conteúdos na rede é preocupante, principalmente aqueles produzidos e compartilhados por pessoas descompromissadas com a verdade. Isso desencadeou e continua desencadeando um panorama social preocupante, com parcela considerável da população mergulhada na desinformação e na desconfiança, duas características que favorecem a produção e a disseminação de *fake news* (SANTAELLAa, 2019).

A capacidade de propagação das notícias falsas torna-se exponencial (GENESINI, 2018), principalmente quando consideramos que o ciberespaço interconecta pessoas de todos os lugares do mundo em uma mesma rede de acesso e transmissão (SANTAELLA, 2002). O dinamismo em rede propiciado pelo uso de aparatos tecnológicos como *laptops*, *tablets* e *smartphones* potencializa a propagação de notícias falsas. Diante desse cenário, é sempre bom (re)lembrar a afirmação de Lemos e Lévy (2010, p. 95): “um livro não é ‘bom’ porque ele é publicado, uma notícia não é ‘verdadeira’ porque ela é anunciada na televisão”. Nessa linha de pensamento, o mesmo vale para a internet: uma notícia não é verdadeira ou de qualidade apenas por estar publicizada na rede e ser comentada positivamente por um número considerável de pessoas. Dessa forma, não é a falta de informação que gera preocupação – pelo contrário. Preocupa-me a qualidade duvidosa de informações que são intensamente produzidas e compartilhadas nas diversas redes sociais e o que leva determinados grupos a acreditar em conjuntos de ideias tidas como verdades inquestionáveis.

Considerando esse aspecto, embora muitas informações verídicas sejam compartilhadas, acreditar em tudo que lemos na internet é desconsiderar que existem grupos de pessoas que, intencionalmente, forjam mentiras e as compartilham amplamente na rede (RECUERO; GRUZD, 2019). Como enfatiza Santaella (2021a, p. 35), “quem mente, tem consciência de que mente. Há uma intencionalidade na mentira. Se assim não fosse, a mentira

seria sinônimo de erro ou engano, de ilusão ou fantasia ou até mesmo de cinismo. E não é”. Essa intencionalidade por trás da produção e da disseminação de *fake news* no Brasil e no mundo gera preocupação, tendo em vista que também existe o interesse político de levar a população à desinformação, conforme discuto mais adiante neste trabalho de pesquisa.

É preciso, então, romper com essa espécie de ingenuidade, entendendo que as *fake news* não podem ser consideradas como simplesmente “uma informação pela metade ou mal apurada, mas uma informação falsa intencionalmente divulgada, para atingir interesses de indivíduos ou grupos” (RECUERO; GRUZD, 2019, p. 32). Saliento que essa não é uma tarefa fácil, principalmente considerando aspectos como a multiplicidade de opiniões/versões e a instantaneidade da rede (MESQUITA; SANTANA; SILVA; SANTOS, 2020). Esses dois últimos pontos dificultam a identificação das notícias entre verdadeiras ou falsas, porque o exercício da checagem¹⁷ demanda tempo e, mesmo que realizado por empresas e mão de obra especializada, seria um exercício hercúleo checar a veracidade do grande número de postagens disseminadas diariamente pelas/os internautas nas redes sociais (COSTA, 2018).

Um dos elementos essenciais para definir uma *fake news* é a apropriação da narrativa jornalística e dos componentes da notícia (RECUERO; GRUZD, 2019). Isso torna o processo de identificação ainda mais difícil, devido à semelhança presente entre a escrita jornalística realizada por instituições ancoradas no compromisso com a verdade e aquela inspirada no jornalismo realizada por sujeitos que visam enganar internautas por meio da distorção de conteúdo. Essa disseminação de notícias falsas na internet ocorre dentro da lógica da pós-verdade, ou seja, pelo envolvimento das emoções e crenças pessoais na forma como as pessoas lidam com as informações (BUCCI, 2018). Desse modo, o que interessa/importante não é o comprometimento com a verdade, mas o impacto que ela é capaz de gerar na população (D’ANCONA, 2018).

2.3 Necropolítica: a banalização da morte em tempos de COVID-19

No contexto das *fake news* e do fenômeno da pós-verdade, considerei importante investigar a pandemia de COVID-19 no Brasil em articulação com o conceito de necropolítica (MBEMBE, 2018). Ao longo da pesquisa de mestrado, assisti com temor ao avanço da doença em todo o mundo, trazendo como consequência drástica o colapso dos sistemas de saúde em

¹⁷ A checagem de informações será aprofundada na seção 6.2.

países como o Brasil. Isso e o aumento de óbitos acarretaram a necessidade de que não raramente contêineres refrigerados fossem colocados nas premissas de alguns hospitais para organizar os corpos dos falecidos. Ademais, foi registrada a escavação de valas coletivas abertas em Manaus para enterrar os mortos que não paravam de chegar aos cemitérios. Alguns enterros precisaram também ser realizados no período da noite, como no cemitério de Vila Formosa, em São Paulo, porque os períodos matutinos e vespertinos foram insuficientes para que todas as famílias das vítimas da COVID-19 se despedissem de seus entes queridos. Em 2020 e 2021, cidades como Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Rio Branco e Manaus tiveram falta de leitos nas unidades de terapia intensiva (UTIs) e de respiradores, provocando fila de espera para a internação de pessoas infectadas pelo novo coronavírus.

Esses episódios me remeteram à noção de precariedade em Butler (2015), principalmente quando refletimos sobre a violência de Estado. A autora, em sua crítica, denuncia ações do Estado que são capazes de produzir, explorar e distribuir condições precárias, sobretudo a sujeitos em condição de vulnerabilidade para fins de lucro e interesses individuais. Tais ações constituem um tipo de violência que escancara o ataque à condição compartilhada da vida humana, pois justamente o Estado que deveria dar suporte a populações em risco de assédio e violência é o que retira direitos e precariza a vida destas pessoas.

Considerando que a insuficiência respiratória é um dos principais sintomas da doença (GARRIDO; GARRIDO, 2020), é uma verdadeira barbárie quando contêineres refrigerados chegam primeiro aos hospitais em vez de leitos equipados com respiradores. Como apontam Carvalho, Pocahy e Santos (2017), para que sujeitos privilegiados consigam ter acesso ao Estado, outros, por outro lado, pagam por isso até mesmo com a própria vida. Com isso, parto do pressuposto de que a política pode ser considerada uma forma de guerra quando busca atingir um poder soberano que coloca em prática o direito de matar (MBEMBE, 2018). Afinal, “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p. 5). Isso me colocou a refletir sobre a gravidade de nossa política contemporânea em tempos de pandemia, trazendo como alerta a necessidade de questionar uma política que faz com que algumas vidas não sejam dignas de luto (BUTLER, 2015).

Mesmo cruzando fronteiras, o novo coronavírus escancara as desigualdades sociais, evidenciando que as pessoas mais suscetíveis à contaminação são aquelas que integram grupos que incluem moradoras/es das favelas, populações de rua e trabalhadoras/es informais (SANTOS, 2020). Isso mostra que “os grupos historicamente excluídos estão mais vulneráveis na pandemia. O acesso aos direitos fundamentais, como à saúde e à educação, está sob ameaça

em função dos cortes de investimento no setor público” (MADDALENA; COUTO JUNIOR; TEIXEIRA, 2020, p. 1.530). Não acredito que o vírus seja democrático, entendendo com Nolasco-Silva, Bianco e Delgado (2020, p. 350, grifos dos autores) que “o que acontece depois da contaminação segue à risca o *modus operandi* das desigualdades sociais”. Ou seja, precisamos romper com a ingenuidade de acreditar que o novo vírus atinge todo mundo da mesma forma; afinal, a pandemia não é cega, tem alvos específicos (SANTOS, 2020).

Existem vidas, portanto, que se encontram permanentemente ameaçadas devido à falta de apoio social, enquadrando-se “em condições invisíveis em que parte das minorias [sociais] recorrentemente se encontra. As vidas precárias colocam-se no cotidiano de uma sociedade extremamente violenta e de estruturas macroeconômicas que definem nossa própria (des)humanidade” (COUTO JUNIOR; BRITO; POCAHY; AMARO, 2019, p. 1.212). Em meio ao avanço do número de óbitos no Brasil, o presidente da República questiona: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?” (Figura 6). Esse *meme* reflete a postura de um presidente que praticou uma política da morte ao não fornecer uma rede de apoio digna à população.

Figura 6 – O presidente e seu exército de corpos



Fonte: *Meme* capturado do Facebook no mês de maio de 2020¹⁸.

Na busca nem sempre bem-sucedida pelas máscaras de proteção e por álcool em gel, conforme as recomendações da OMS, aquelas/es que estão em situação de maior vulnerabilidade social recorrem aos auxílios emergenciais (COUTO; COUTO; CRUZ, 2020). No Brasil, as pessoas que fazem parte do grupo de trabalhadoras/es informais, microempendedoras/es individuais (MEI), autônomas/os e desempregadas/os aglomeraram-

¹⁸ No capítulo 3, voltado para discutir o método da cartografia *online* e os procedimentos metodológicos da pesquisa, detalho o desenvolvimento do trabalho de campo, incluindo o processo de captura dos *memes* em diferentes redes sociais.

se na fila das casas lotéricas ou agências da Caixa Econômica Federal para sacar o auxílio do Governo Federal, no valor de R\$ 600,00.

Para sacar o auxílio, foi preciso realizar um cadastro no *site* do governo ou via aplicativo do celular. Considerando que o Brasil enfrenta graves problemas quanto à democratização do acesso a internet (NOLASCO-SILVA, 2018), concordo que as políticas da morte não são políticas que “deixam” morrer; pelo contrário, constituem-se em ações que provocam a morte com o uso de ações planejadas e sistemáticas (BENTO, 2018). Discutindo a situação de vulnerabilidade da população carcerária, Bento (2018, e185305) exemplifica algumas dessas ações praticadas pelas políticas da morte, denominadas pela autora como necrobiopoder: “comida estragada, não atendimento médico, superlotação das celas, pessoas presas sem acusação formal e sem sentença são algumas dessas técnicas. Não se trata de uma crise da população carcerária ou uma falta de orçamento”. Em tempos de pandemia, uma dessas ações do “fazer morrer” incluiu a preocupação em como organizar os corpos das vítimas da COVID-19 por meio dos contêineres refrigerados, no lugar de focalizar esforços que assegurassem maiores redes de apoio e proteção à população.

Ao discutir as políticas do “fazer morrer” no contexto brasileiro (e que pode ser pensado para além dele), Bento (2018, e185305) ressalta que “o rosto, o corpo, a pele, a língua, atributos ditos humanos, não bastam para assegurar o direito à vida”. Quando há um conjunto de técnicas criteriosamente planejadas com a intenção de “matar o mais rápido possível” (BENTO, 2018, e185305), o que resta de nossa humanidade para que possamos usufruir o direito à vida? Afinal, o novo coronavírus requer “hospedeiras/os para permanecer vivo e continuar circulando pelas diferentes regiões do planeta. No entanto, ele também ensina que nem todas as pessoas têm o luxo de permanecer em quarentena. Nesse caso, quem vence a batalha contra a morte é ele” (MADDALENA; COUTO JUNIOR; TEIXEIRA, 2020, p. 1.531). E ele tem vencido incontáveis batalhas desde que aportou em solo brasileiro.

Com esses discursos e ações que matam, destaco que Carrara (2020) traduz de forma precisa a ideia de que estamos hoje, no Brasil, experienciando “uma pandemia em meio a um pandemônio” (p. 1). Sob esse contexto necropolítico, não poderia deixar de mencionar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) iniciada em abril de 2021 e encerrada em novembro do mesmo ano, cujo objetivo foi apurar se houve falhas por parte do Governo Federal na forma como conduziu o enfrentamento da pandemia. Mais conhecida como CPI da COVID, esse instrumento apurou determinadas situações que ocorreram no país – como a falta de oxigênio nos primeiros meses de 2021 para tratar pacientes internados com COVID-19 no estado do Amazonas. Nessa comissão, uma das denúncias mais graves ocorreu por parte de Roberto Dias,

ex-diretor do Ministério da Saúde, sobre o Governo ter solicitado a propina de US\$ 1 por dose da vacina AstraZeneca¹⁹ para que fosse utilizada nas/os brasileiras/os.

Essas ações refletem os dizeres de um presidente que, em plena pandemia, governa o país sob a lógica de mercado: a) “a economia não pode parar”²⁰, em março de 2020; b) “vida e economia andam de braços dados”²¹, em janeiro de 2021; c) “COVID-19 preocupa, mas não comprometerá a economia no futuro”²², em maio de 2021); d) “nossa economia não pode e não vai parar”²³, em setembro de 2021. Esses são apenas alguns episódios brasileiros que tiveram grande repercussão e que conseguem elucidar como a pandemia de COVID-19 foi encarada pelas/os representantes políticos brasileiros. Investiguei com preocupação a disseminação do novo coronavírus Brasil afora enquanto assisti com preocupação às falas e ações do presidente da República, que auxiliou na reiteração de discursos negacionistas e na instauração de um cenário propício para a produção e disseminação do vírus da COVID-19 e das *fake news*. Reforço que o descontentamento frente às políticas vem sendo observado por parte da população, refletido em atos como os “panelaços”²⁴, acompanhado de gritos que pedem a saída do presidente do poder, além de manifestações nas ruas que destacam por meio de cartazes que Bolsonaro é mais perigoso que o próprio vírus.

¹⁹ Denúncia de propina de US\$1 por dose da vacina AstraZeneca. Disponível em: <<https://is.gd/iBaxOy>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

²⁰ A economia não pode parar. Disponível em: <<https://is.gd/eF32Af>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

²¹ Vida e economia andam de braços dados. Disponível em: <<https://is.gd/93OWF8>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

²² COVID-19 preocupa, mas não comprometerá a economia no futuro. Disponível em: <<https://is.gd/kx19nb>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

²³ Nossa economia não pode e não vai parar. Disponível em: <<https://is.gd/wpaY9D>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

²⁴ Os panelaços são uma forma de protesto em que panelas, frigideiras e outros utensílios de cozinha são utilizados para gerar ruído e chamar a atenção. Esse tipo de protesto acontece no interior das residências e é realizado, principalmente, como forma de conscientização sobre o cenário nacional.

3 A CARTOGRAFIA *ONLINE* COMO MÉTODO INVESTIGATIVO NAS REDES SOCIAIS

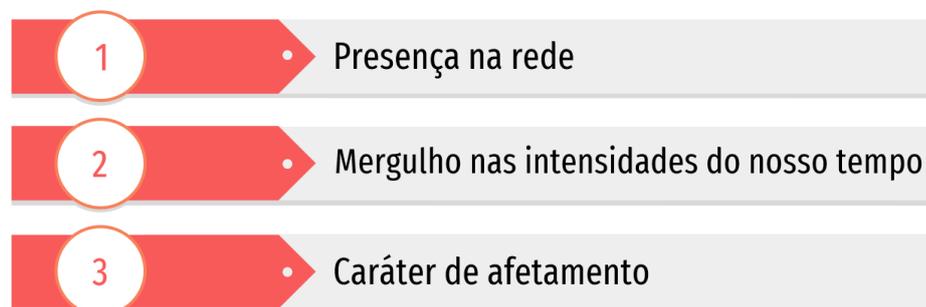
3.1 Cartografar para intervir, para afetar(-me)...

Conduzir uma pesquisa que se encontra situada no contexto cibercultural não é uma tarefa simples. Para que uma pesquisa seja realizada, concordo com o entendimento de Costa (2001) sobre tratar-se de um exercício que exige rigor, método, reflexão e ousadia. Durante meu percurso investigativo, o mergulho nas dinâmicas comunicacionais ciberculturais trouxeram como desafio olhar de forma atenta e cuidadosa a produção e o compartilhamento de informações disseminadas nas diferentes redes sociais. Adotar a cartografia *online* significou (des/re)fazer caminhos, saindo de uma perspectiva que percebe a metodologia como uma camisa de forças, abrindo espaço para trilhar e construir um mapa aberto atento aos acontecimentos da vida social. Me coloquei, então, como cartógrafa, aberta a acompanhar os processos que me afetaram e me despertaram a atenção (POZZANA; KASTRUP, 2015). Dito isso, a cartografia “aproxima a forma de se fazer pesquisa ao modo como a vida se dá” (SILVA; PARAÍSO, 2019, p. 4). Com a cartografia, entendendo que a pesquisa se dá no encontro com o inesperado, por meio, principalmente, de decisões, práticas e ações políticas contemporâneas brasileiras imprevisíveis.

Como aponta Kastrup (2019), não há determinismo, muito menos garantias; mas sim um gosto curioso pela problematização, a partir de uma atenção aberta e concentrada. Habito, como defende a autora, a pesquisa. Me lancei num “corpo a corpo” com o campo (p. 102). Nesse corpo a corpo, devoro os elementos possíveis para a construção e (re)composição de meu percurso cartográfico (ROLNIK, 2011). A partir dessas reflexões iniciais, apresento a seguir as principais premissas teórico-metodológicas que caracterizam a forma como operei com a cartografia *online*.

Figura 7 – Cartografia *online*
A cartografia *online* como opção teórico-metodológica

Carvalho; Pocahy, 2020 / Kastrup, 2015 / Rolnik, 2011



Fonte: A autora, 2021.

Além de acompanhar processos e refletir sobre o cenário cotidiano, percebo a cartografia *online* como uma forma de intervir no mundo, como “um gesto político, epistemológico, reflexivo e crítico, gesto esse que exige dx²⁵ pesquisadorx tomadas de posição e análises aprofundadas da complexidade do seu tempo” (CARVALHO; POCAHY, 2020, p. 53). Na cartografia *online* interagimos e mergulhamos em meio a dinâmicas comunicacionais mediadas pelo digital em rede que se constituem no ciberespaço, que (inter)conecta “potencialmente qualquer ser humano no globo numa mesma rede gigantesca de transmissão e acesso” (SANTAELLA, 2002, p. 52). Nessas dinâmicas, podemos conhecer e estabelecer o diálogo com um conjunto de saberes, não restritos aos saberes científicos, como os *memes*, *bots*, *hashtags* e comentários de internautas. Nesse sentido, concordo com Pozzana e Kastrup (2014) sobre o mundo ser a formação da/o cartógrafa/o, portanto, acompanhei as dinâmicas do nosso tempo reconhecendo a complexidade de seus desdobramentos e tensionamentos.

Segui em direção oposta àquela que busca um caminho único de partida com o objetivo de chegar a um ponto de chegada (KASTRUP, 2015). Para isso, apostei no método da cartografia *online* vislumbrando uma forma de pesquisar ancorada pela maneira como sou afetada pelos acontecimentos cotidianos. O/a pesquisador/a que se apropria do método cartográfico explora o terreno de forma assistemática, “com movimentos mais ou menos aleatórios de passe e repasse, sem grande preocupação com possíveis redundâncias. Tudo caminha até que a atenção, numa atitude de ativa receptividade, é tocada por algo” (KASTRUP,

²⁵ O uso do “x” por Carvalho e Pocahy (2020) trata-se de uma escolha política que visa romper com os binarismos de gênero, alertando para a ideia de que a organização social amparada unicamente pelo masculino/feminino é insuficiente.

2015, p. 42). Em tempos de pandemia, fui tocada pela intensa proliferação de *fake news* que tornou ainda mais complexo analisar o contexto brasileiro.

Diferente de um mapa com representação estática, entendo a cartografia como “um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem” (ROLNIK, 2011, p. 23). Para isso, mergulhei nas intensidades do tempo atual, não somente afetando os sujeitos, mas sendo afetada na mesma medida (ROLNIK, 2011). Esse caráter da afetação se fez presente quando me coloquei aberta aos efeitos inesperados e às constantes modificações que cruzaram o caminhar da pesquisa e incidiram diretamente sobre os interesses investigativos. Com Carvalho e Pocahy (2020, p. 64), entendo que a cartografia é uma arte, a “arte de produzir conhecimento no fluxo do pesquisar”. Fui afetada constantemente pela relação que estabeleci com o outro e com o mundo, incluindo o que fiz/vi/ouvi na rede, pela forma como outras/os internautas posicionaram-se ética e politicamente e quais sentidos produziram sobre o que decidiram postar/compartilhar/curtir.

A/O cartógrafa/o apresenta como intenção desenhar um território que traz “as marcas dos encontros que formam um relevo de várias origens, sintonias e estilos, misturando-se para compor uma paisagem em metamorfose constante” (RAMOS; PEDRINI; RODRIGUES, 2019, p. 145). As redes sociais digitais podem ser lidas como a materialização dessa metamorfose pelo fato de que internautas estão imersas/os nas práticas sociais proporcionadas pelas dinâmicas comunicacionais *online*, resignificando suas experiências em um processo de afetação que é mediado pela produção e pelo compartilhamento de postagens de todos os tipos. Arquivos de imagens, vídeos e sons, apenas para citar alguns exemplos, compõem parte do cenário da rede, cuja atualização constante é uma característica da internet, que precisa ser “alimentada” pelas vozes/palavras dos outros para manter vivas as conversações em/na rede.

Como pesquisadora que cartografou os cotidianos das redes, de forma alguma acreditei na existência de uma postura “neutra”, inclusive porque a própria escolha de nossos temas e questões de pesquisa são políticas. Dito de outra forma: com a cartografia “estamos sempre implicados com aqueles e com aquilo que estudamos e não somos inocentes de nossos atos com as pesquisas” (RAMOS; PEDRINI; RODRIGUES, 2019, p. 148). Interessou-me, portanto, problematizar o conteúdo das informações produzidas e disseminadas na rede, voltando os olhares para a complexidade de uma conjuntura social constituída de relações de poder em permanente disputa. Além disso, reconheci que discutir e analisar *fake news* é um desafio porque envolve o cuidado de averiguar não somente o conteúdo compartilhado na rede, mas também seu contexto de produção (GENESINI, 2018).

Nesse exercício, diferentes dilemas surgem no caminhar, como a necessidade de filtrar os conteúdos a que temos acesso. O que de fato me inquieta? O que me mobiliza a investigar? Quais contribuições a pesquisa pode proporcionar ao campo? Fazemos escolhas o tempo todo durante o percurso investigativo, e na pesquisa *online* não seria diferente. Enquanto me lanço sobre determinado tema que vem ganhando destaque na rede, outros ficam de fora; a intenção não é dar “conta de tudo”, mas de construir um percurso investigativo que me permita tecer novas entradas de problematização para pensar o tempo presente. Caminhando sob essa perspectiva, coaduno com a ideia de que

Achados e resultados de pesquisa são parciais e provisórios. Não tenha a pretensão de contar a verdade total e definitiva. A cartografia total de uma ideia ou problema vem se mostrando impossível. Parece que não existe a possibilidade de mapear todas as alternativas de configuração de um campo. As constantes reformulações de teorias consagradas estão a indicar que isto se verifica mesmo nas áreas de pesquisa em que o controle experimental é mais rígido e metucioso. Assim, como a contingência parece ser nosso limite, abdicar à pretensão de totalidade também significa admitir e aceitar a provisoriedade do conhecimento (COSTA, 2001, p. 5).

Estive mergulhada e participando de experiências no ciberespaço duante dois anos, acompanhando muitas criações na/em rede. Um dos exercícios praticados como cartógrafa foi mergulhar nas intensidades do nosso tempo, nas intesidades dos acontecimentos, com rigor e atenção para conhecer e aprender com outras/os internautas. Cartógrafo para intervir no mundo, percorrendo um processo que me convida a buscar outras formas de ver-habitar o mundo (POCAHY; SILVA; DOURADO, 2020). Diante disso, coloquei-me atenta às diferentes informações produzidas e compartilhadas nas redes sociais Facebook e Twitter durante o período da pandemia, exercitando um olhar sensível durante meu mergulho em campo.

A escolha por essas duas redes é justificada por minha inserção assídua nelas; além disso, reconheço a influência e a presença de um número expressivo de internautas (inter)conectadas/os em todo o mundo. Em termos numéricos, no primeiro trimestre de 2020 o Facebook alcançou a marca de 3 bilhões²⁶ de internautas ativos por mês. Destaco também a força que o Twitter apresenta para a discussão no âmbito político, inflamada principalmente desde as eleições norte-americanas de 2016 pelo hoje ex-presidente dos EUA Donald Trump. Essas redes se configuraram, portanto, como importantes campos investigativos da pesquisa e que revelaram quão expressiva é a repercussão dos acontecimentos políticos nesses espaços.

²⁶ Facebook alcança 3 bilhões de internautas por mês. Disponível em: <<https://is.gd/deuuUL>>. Acesso em: 3 jun. 2021.

Como aponta Lemos (2010, p. 27), “o ciberespaço é um ambiente complexo, e a cultura política cresce nesse caldo efervescente, gerando novos processos e produtos”. Nesse espaço, viabiliza-se uma abertura para que os sujeitos pensem de forma mais plural, aberta e comunicativa. Não há, portanto, como desconsiderar o fenômeno da produção de *memes*, comentários, postagens e *hashtags*, que constituem a cibercultura em sua fase atual e abrem possibilidades de pesquisa na rede. Nesse ambiente complexo, trouxe o desafio de olhar atentamente para as dinâmicas comunicacionais que emergiram e que me auxiliaram na elaboração de novas entradas de problematização voltadas para explorar as *fake news* e o fenômeno da pós-verdade.

Junto com Ramos, Pedrini e Rodrigues (2020), entendi que a minha formação como cartógrafa acontece enquanto caminho com a pesquisa, por meio de práticas. Essas práticas são cotidianas e acontecem, por vezes, de forma despreziosa. Como pesquisadora, não me “desconecto” da pesquisa simplesmente salvando o arquivo da dissertação e desligando o *notebook*. Entendo que estou sempre implicada com o que estudo (RAMOS; PEDRINI; RODRIGUES, 2020), o que faz com que os meus olhares estejam encharcados do desejo de fazer e pensar a pesquisa.

3.2 Por uma cartografia aberta e não engessada: negociações e disputas na produção acadêmica

As/Os pesquisadoras/es do campo das Ciências Humanas e Sociais (CHS) não pesquisam da mesma forma, tampouco a partir dos mesmos procedimentos metodológicos. As análises são baseadas em referenciais teóricos distintos, que muitas vezes convergem e em outros momentos desalinham-se. A multiplicidade de formas com as quais é possível pesquisar no campo das CHS confere como característica a riqueza das análises, cujos olhares plurais fornecem um panorama detalhado que revela os vários ângulos com os quais são estudados os acontecimentos sociais.

Com base nesses aspectos, considerei importante trazer para o texto da dissertação algumas reflexões a partir das avaliações que recebi de pareceristas ao submeter manuscritos (recortes da dissertação em andamento) a periódicos²⁷ indexados pela CAPES e com pontuação na área de educação. Destaco que a produção de textos e a submissão de artigos foram parte da

²⁷ Por questões éticas de pesquisa, os nomes dos periódicos não serão expostos no presente trabalho.

minha experiência formativa ao longo do mestrado, com cada texto finalizado constituindo como uma importante forma de divulgar os achados preliminares da pesquisa.

Recebi críticas e apontamentos voltados principalmente sobre como construí meu percurso cartográfico no ciberespaço, dando-me a oportunidade de (re)pensar meu próprio mergulho em campo e de entender que toda metodologia apresenta potencialidades e limites. A maior parte das críticas levantadas pelas/os pareceristas foram direcionadas à metodologia e aos procedimentos da pesquisa, embora todos os textos tivessem uma seção dedicada especialmente à discussão teórico-metodológica da cartografia *online*. Não busco, com isso, desqualificar o trabalho realizado pelas/os pareceristas, fundamental para a produção de conhecimento no campo científico. No entanto, frente aos trechos apresentados nessa seção, as avaliações recebidas me ajudaram a pensar a forma como tracei meu percurso cartográfico nas redes e a forma como minha metodologia é avaliada por outras/os pesquisadores na condição de pareceristas.

A partir da leitura dos pareceres recebidos, considerei que meu trabalho foi avaliado sob os mesmos critérios adotados em uma pesquisa face a face, aspecto que pode ser problemático, considerando as especificidades e potencialidades do digital em rede na pesquisa em educação na cibercultura. Entendo que pesquisar no campo da Educação incluir investigar para além dos contextos escolares, o que significa também olhar para os processos comunicacionais mediados pelo ciberespaço. No entanto, a partir do *feedback* das/os pareceristas, senti que a forma como operei com a cartografia no ciberespaço gerou certo estranhamento, conforme discuto a seguir.

O afetamento, característica bastante privilegiada na forma como operei com a cartografia *online*, foi considerado “*insuficiente para comprovar a cientificidade dos critérios para seleção do material analisado*”. Isso me faz pensar em como muitas/os pesquisadoras/es percebem a pesquisa envolvendo seres humanos ainda de forma muito engessada, com pouca abertura para um percurso investigativo mais inventivo; cabe destacar que inventividade não significa abrir mão do rigor científico, mas criar novas estratégias metodológicas para atender às demandas e aos desafios do campo. Caminho sob as proposições de Silva e Paraíso (2019, p. 5), entendendo a necessidade de “ocupar a posição de um corpo permeável para pesquisar e ser afetado. Escutar e ser escutado/a, em um movimento povoado por expectativas, alegrias, medos, angústias e estranhamentos. Afinal, ir a campo é fazer parte do mapa”. Dito isso, não sou um ser externo àquilo que investigo, tampouco uma pesquisadora neutra no processo de pesquisa, pelo contrário: minhas inquietações e aquilo que me afeta refletem diretamente nas discussões que trago para o texto, evidenciando minha postura implicada em campo.

Ainda sobre o afetamento, destaco outro trecho de parecer recebido:

frases como: “A escrita do texto não ocorre sem dor e sem angústia”; “A cartografia *online* é nossa aposta...”; “...utilizamos recurso da lupa...”; entre outros, têm conotação subjetiva e por mais que fiquemos indignados com a situação, como pesquisadores devemos ser objetivos e isentos de impressões pessoais.

A ideia de que “*devemos ser objetivos e isentos de impressões pessoais*” se distancia do modo como operei com a cartografia *online*. De acordo com Kastrup e Passos (2013, p. 277), a “composição no plano das forças e dos afetos busca apontar que não há jamais indiferença na escolha do tema e dos sujeitos da pesquisa. Cartografamos com afetos, abrindo nossa atenção e nossa sensibilidade a diversos e imprevisíveis atravessamentos”. Conforme já apontado em outros momentos da escrita deste texto, não há como me “desconectar” do investigado, assumindo um local de completa objetividade/neutralidade/distanciamento dos acontecimentos. Sobre a objetividade, Costa (2001, p. 6) defende que “O mundo não é de um único jeito. Desconfie de todos os discursos que se pretendem representativos da ‘realidade objetiva’”. Nesse sentido, destaco que são realizadas escolhas, assim como a escolha do tema e das questões de pesquisa, que surgem por meio das inquietações do que observo no mundo. Portanto, a neutralidade nas Ciências Humanas e Sociais seria uma espécie de equívoco teórico e, além disso, uma impossibilidade na prática (KRAMER, 2002).

A minha escolha pela investigação das *fake news* e do fenômeno da pós-verdade é política; são questões que me atravessam. Esse atravessamento, diferente de meras “*impressões pessoais*”, conforme apontado pela/o parecerista, evidencia meu mergulho em campo em tempos de pandemia; não foi um simples mergulho sem foco/objetivo, mas amparado teoricamente pela contribuição de autoras/es que me ajudam a pensar/ver o mundo. Além disso, meu mergulho na rede também foi narrado por uma escrita que buscou discutir e romper com o caráter de previsibilidade e com a perspectiva de que existem caminhos seguros a serem seguidos. Afinal, a cartografia se faz em um caminho que é construído enquanto se percorre, “isso porque é sempre possível traçá-lo de um outro modo, pegar uma outra rota, forjar um outro caminho” (SILVA; KASTRUP, 2019, p. 7).

Outro ponto que merece destaque é a ideia de “*comprovar a cientificidade*”. Meu interesse foi pela problematização das questões levantadas pelos sujeitos nas redes, não pela comprovação. A expressão *comprovar* é desalinhada com minha perspectiva teórico-metodológica, uma vez que a cartografia se trata de “um método de investigação que não busca *desvelar* o que já estaria dado como natureza ou realidade preexistente” (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 264, grifo meu). A ideia de *comprovar a cientificidade* caminha em uma direção contrária à qual venho entendendo a pesquisa. Se eu parto do pressuposto de que minha pesquisa

é única e retrata o que experienciei em campo, *o que* eu precisaria comprovar? Ademais, *como* seria possível comprovar a cientificidade do meu trabalho investigativo?

Uma outra pergunta que me foi lançada por pareceristas diz respeito à quantificação das postagens que compuseram o material empírico: “*Qual foi a totalidade de dados coletados?*”. Não desconsidero a importância dos estudos que valorizam números e gráficos para o desenvolvimento do trabalho; no entanto, pesquisei sob outra perspectiva, acompanhando postagens sem a pretensão de quantificá-las, mas voltando-me para refletir sobre o tema das *fake news* e do fenômeno da pós-verdade no Brasil. Conforme apontam Kastrup e Passos (2013, p. 273), “os processos de pesquisa são muitas vezes realizados de maneira vertical, em uma perspectiva de terceira pessoa, na qual quem investiga coleta dados acerca dos pesquisados para, em seguida, construir um discurso ‘sobre’”. Também reconheço que “os objetos não se encontram no mundo à espera de alguém que venha estudá-los. Para um objeto ser pesquisado é preciso que uma mente inquiridora, munida de um aparato teórico fecundo, problematize algo de forma a constituí-lo em objeto de investigação” (COSTA, 2001, p. 4). Em vista disso, longe de coletar dados, acompanhei a produção das informações produzidas e compartilhadas nas redes, me afetando e afetando a/o outra/o na medida em que eu mesma produzia e compartilhava saberes pelas redes por onde caminhava.

Quando penso a cartografia *online*, penso também sobre a dinamicidade do tempo atual. É sobre me colocar atenta, como cartógrafa, aos diferentes elementos que cruzaram com o meu caminhar de pesquisa. Não foi uma experiência fácil, entendendo que esses episódios atravessam não somente a pesquisa, mas a mim como cidadã. Nesse processo, destaco outro trecho de um parecer que recebi:

como a dinâmica da pandemia e seus comportamentos derivados são ainda inéditos para todos, julgo precipitado avaliar uma experiência [...] num processo ainda em construção. Entendo que a ciência tem pressa, mas é necessário também tempo para a devida decantação de informação.

Ao cartografar, entendo que a pesquisa é da ordem do acontecimento. Defendo a importância do registro e da problematização dos episódios ocorridos em tempos de pandemia, entendendo, junto com Pocahy, Carvalho e Dourado (2020), que cartografar é percorrer o mundo e ser afetada/o por ele. Desse modo, destaco algumas provocações: como desconsiderar o perigo das *fake news* e do fenômeno da pós-verdade em tempos de COVID-19? Como ignorar as políticas de morte que foram e continuam sendo praticadas pelo governo brasileiro? Como investigar sem considerar o contexto em que a pesquisa está inserida? Penso que não seja possível e, por isso mesmo, respeitosamente discordo da/o parecerista e concordo que, pela

ciência ter pressa, minha cartografia foi constituída enquanto eu mesma experienciava o caos instaurado pela pandemia. Conforme apontam Kastrup e Passos (2013, p. 264), a “pesquisa de campo geralmente coloca o cartógrafo diante de um território que ele não conhece e em relação ao qual pretende fazer avançar”. Como cartógrafa das redes, o campo se apresentou para mim como um espaço imprevisível e complexo a ser explorado para ser melhor compreendido. No entanto, pesquisar no “olho do furacão” culminou na necessidade de que eu me lançasse “no desafio de tecer reflexões com cuidado redobrado” (MADDALENA; COUTO JUNIOR; TEIXEIRA, 2020, p. 1523).

Esse cuidado é parte constituinte do meu exercício como pesquisadora, se mostrando presente ao longo de todo processo de pesquisa (do campo à escrita – e vice-versa). A seguinte justificativa foi usada por um/a parecerista, que recomendou que a pesquisa buscasse aprovação no Comitê de Ética: “o pesquisador está coletando dados de página fechada, sem identificação como pesquisador. Penso que é necessário discutir essa estratégia, bem como sua aprovação por Comitê de Ética em pesquisa”. Primeiramente, acompanhar a produção e a disseminação de *fake news* e participar das experiências ciberculturais com os sujeitos não faz do meu trabalho de campo um mero trabalho de coleta. Tampouco considero que os sujeitos sejam meros objetos produtores de dados a serem pesquisados. Me alinho com Amaral, Rossini e Santos (2021, p. 340) e entendo que “não buscamos descobrir verdades, como se elas estivessem à nossa espera”.

Não posso desconsiderar que a comunidade científica, de certo modo, tem tido o desejo pela criação de normativas voltadas às “áreas disciplinares da ciência, no entanto, parece-me que pouco se tem problematizado as concepções de ética que se pretendem universalizáveis nesses protocolos ou mesmo sobre as consequências de se conceituar *a priori* o que seja um procedimento ético” (PEREIRA, 2015, p. 52-53, grifos da autora). Dessa forma, me interessa tensionar a lógica de que toda pesquisa precisa necessariamente passar pelo Comitê de Ética para ser validada diante da comunidade científica.

Com a reiteração de que “*toda pesquisa precisa passar pelo Comitê de Ética*”, pode-se cair na armadilha de criar uma cultura na ciência que dite a forma como construir e adotar os procedimentos metodológicos, deixando em segundo plano o questionamento que, a meu ver, é o mais importante e que diz respeito à forma como nossa relação ética é construída na relação com os sujeitos durante o trabalho de campo. No Brasil, há a indicação para que todas as pesquisas que envolvam seres humanos sejam revisadas eticamente pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), diretamente relacionada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). Essa comissão se define como: “a composição multi e transdisciplinar reúne representantes de

diferentes áreas do conhecimento para cumprir sua principal atribuição, que é a avaliação dos aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos no Brasil”. No entanto, muito vem sendo discutido sobre esse sistema não conseguir atender às especificidades das pesquisas realizadas no âmbito das CHS. Para além desse ponto, me preocupa a suposição de que as/os pesquisadoras/es que obtiverem aprovação do comitê estão, em totalidade, agindo de acordo com preceitos éticos. Essa lógica pode se mostrar preocupante, tendo em vista que uma assinatura não consegue assegurar o agir ético com a pesquisa e com os sujeitos.

Quando penso na pesquisa *online*, esse cenário se torna ainda mais preocupante, considerando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ao analisar um determinado grupo do Facebook ou a disseminação massiva de *memes*, por exemplo, torna-se impraticável a assinatura prévia de todos os sujeitos para que a pesquisa possa ser realizada. São pessoas as quais, na maioria das vezes, as/os pesquisadoras/es não conhecem, não conseguem afirmar com precisão se são perfis verdadeiros, não estão dispostas/os a responderem um/a desconhecido/a, podem ter sido desativados ou substituídos por outros perfis, caracterizando uma série de variantes que precisam ser avaliadas. Sem a assinatura/autorização dos sujeitos, não se pode fazer pesquisa? Deve-se desconsiderar as potencialidades dos estudos para o campo da Educação? Aquelas/es que dão continuidade à pesquisa sem o TCLE não estão agindo de forma ética? E as pesquisas que são aprovadas, como garantir, na prática, que a ética em relação aos sujeitos será exercida? Entendo que existe um compromisso fixado entre as/os pesquisadoras/es e o Comitê de Ética quando são aprovados, no entanto, uma assinatura realizada na etapa inicial do projeto não consegue garantir que todas as etapas serão seguidas à risca e com comprometimento.

As reflexões tecidas acima me mostram o quanto ainda precisamos discutir a ética na pesquisa em Educação, sobretudo a ética na pesquisa *online*. Busquei, a seguir, realizar alguns apontamentos sobre a ética na pesquisa *online*.

3.3 Ética na pesquisa, autoria (com)partilhada e alteridade

A partir do meu aprendizado com a cartografia *online* e o trabalho de campo desenvolvido no Facebook e no Twitter, foi preciso uma maior reflexão sobre os Termos de Serviço e as Políticas de Privacidade dos dados disponibilizados por essas plataformas. Primeiramente, o aceite/concordância com os Termos de Serviço é um critério obrigatório para que a plataforma autorize a criação de um perfil pessoal. Especificamente em relação ao Twitter,

a Política de Privacidade²⁸ destaca: “Pense com cuidado. O que você *tweeta* se torna público imediatamente em todo o mundo no Twitter, e pode aparecer em outras mídias, como *sites*, jornais e televisão”. Em outras palavras, a partir do momento em que se publica determinado conteúdo, devido ao caráter público imediato da plataforma, internautas de todo o mundo podem ter acesso e se apropriar da informação compartilhada na rede. Sobre isso, a Política de Privacidade indica ainda: “Queremos capacitá-lo para tomar as melhores decisões sobre as informações que você compartilha conosco”. Isso mostra a preocupação da plataforma, principalmente ao considerar que o Twitter também tem sido utilizado como uma espécie de diário ou desabafo frente à realidade vivida. Entendo que essa ideia de capacitar o outro está diretamente relacionada com a responsabilização em relação às informações produzidas e compartilhadas, principalmente quando eles destacam que “Você é responsável por seus *tweets* e por outras informações que você fornecer por meio de nossos serviços e deve pensar cuidadosamente sobre o que tornar público”.

No Facebook, a discussão é similar. Nos Termos de Serviço²⁹, é dito: “Quando as pessoas se responsabilizam pelas próprias opiniões e ações, nossa comunidade se torna mais segura e responsável”. Isso me remete à ideia de que cada sujeito esteja ciente daquilo que compartilha em sua rede para que a plataforma evite quaisquer problemas. Ainda sobre isso, na seção “Limites de Responsabilidade”, a plataforma indica: “não controlamos nem orientamos o que as pessoas e terceiros fazem ou dizem e não somos responsáveis pela conduta deles (seja *online* ou *off-line*) ou por qualquer conteúdo que compartilham (inclusive conteúdo ofensivo, inadequado, obsceno, ilegal ou questionável)”. Com isso, observo que o controle sobre o que é publicado acaba sendo um pouco maior nos casos em que há a denúncia ou quando o conteúdo fere alguma diretriz específica da plataforma. Todo o restante acaba ficando sob responsabilidade das/os usuárias/os, que devem se comprometer em avaliar quais conteúdos produzir e compartilhar sem que haja prejuízo pessoal ou de terceiras/os. Dessa forma, questiono-me sobre a responsabilidade social de uma rede que, nos Termos de Serviço, busca eximir-se de qualquer responsabilidade pelo teor das informações produzidas e compartilhadas entre suas/seus usuárias/os.

Sobre a Política de Dados, o Facebook explicita³⁰:

²⁸ Política de Privacidade do Twitter. Disponível em: <<https://is.gd/escNyz>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

²⁹ Termos de Serviço do Facebook. Disponível em: <<https://is.gd/NYdr5w>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

³⁰ Política de Dados do Facebook. Disponível em: <<https://is.gd/ztEnzY>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

Você deve ponderar com quem escolhe compartilhar, porque as pessoas que podem visualizar suas atividades em nossos Produtos podem decidir compartilhá-las com terceiros dentro e fora de nossos Produtos, inclusive com pessoas e empresas fora do público com o qual você compartilhou. Por exemplo, quando você compartilha uma publicação ou envia uma mensagem para amigos ou contas específicas, eles podem baixar, fazer uma captura de tela ou compartilhar novamente tal conteúdo com terceiros dentro ou fora de nossos Produtos.

Diante desse breve panorama, embora os sujeitos que integram as redes Twitter e Facebook tenham concordado e aceitado as proposições de cada plataforma, entendo que esses termos de uso são insuficientes para respaldar eticamente as informações que foram capturadas e analisadas nesta pesquisa. Existem grupos de internautas que enxergam a internet como “terra de ninguém”, ou seja, uma espécie de “terra sem lei”, fazendo com que muitas/os ajam sem o compromisso ético com o que produzem e postam na rede. Grande parte dessa impressão está relacionada ao sentimento de impunidade para quem pratica os crimes, tendo em vista a facilidade de assumir outra identidade na rede por meio de nomes, sobrenomes e fotos falsas ou de outras pessoas. No entanto, destaco que, com o avanço da tecnologia, como aponta Lima (2020, p. 26), foi permitida a criação de delegacias especializadas em crimes cibernéticos, que buscam “investigar de forma mais acentuada, com conhecimentos mais voltados ao cenário específico informático, alcançando assim maior resultado em detectar o dano causado à vítima, visando maior proteção e menor margem de erro na conclusão”. No entanto, devido à grande impunidade, estar atrás de uma tela consegue transmitir uma falsa ideia de segurança às/aos internautas, facilitando a utilização da rede como forma de propagar *fake news* em meio à pandemia de COVID-19. Dessa forma, muitas/os internautas se sentem à vontade para compartilhar suas visões de mundo, defender suas hipóteses e contestar outras ideias de verdade.

Mesmo estando cientes de que suas publicações, comentários e produções estariam sendo compartilhadas publicamente, cabe refletir sobre os usos das informações postadas pelas/os internautas. Para isso, trago para a reflexão as proposições de Segata (2017, p. 328): “o que é público não é um todo oposto ao que é privado. Há camadas e mais camadas do que é público, que só se definem em dimensões situacionais e posicionadas que precisam ser negociadas na pesquisa”. Assim sendo, meu compromisso ético como pesquisadora reconhece que é preciso problematizar aquilo que é tido como público no Facebook e no Twitter e o quanto também sou responsável pela forma como realizo as análises interpretativas do material produzido e compartilhado pelos sujeitos na rede.

Segata (2017) destaca ainda que o que é público não pode ser definido apenas por meio de termos de uso de uma plataforma ou por um dispositivo de lei. Com isso, entendo que não posso simplesmente me assegurar juridicamente na concordância desses termos normativos

para justificar meu caminhar de pesquisa e me sentir livre para expor os sujeitos. A partir das proposições de Costa (2001, p. 6), entendo que “ciência e ética são indissociáveis. Lembre sempre de que não se pode fazer qualquer coisa em nome da ciência”. Por essa razão, optei por retirar toda e qualquer identificação que pudesse localizar as/os internautas, assim como as fotos dos perfis e os nomes das/os usuárias/os. Dessa forma, me interessou conhecer/investigar alguns dos fenômenos comunicacionais digitais que emergiram em tempos de pandemia e que alimentaram a pós-verdade.

Ainda sobre a identificação das/os internautas, destaco que a autoria (com)partilhada é uma característica comum na rede, não sendo possível afirmar com propriedade quem foi o/a autor/a de determinados conteúdos que circulam, como é o caso dos *memes* (NOLASCO-SILVA; SOARES; BIANCO, 2019). Embora autorais, os *memes* fazem parte de uma rede de agenciamentos que rompem com a perspectiva tradicional de autoria, uma vez que são arquivos que circulam de forma dinâmica pela infraestrutura do ciberespaço, sendo constantemente (re)editados pelas/os internautas com a intenção de potencializar/atualizar/ressignificar a ideia original, adaptando-a a novos contextos socioculturais. Como apontam Almeida e Santos (2020a, p. 180), essa autoria surge “da interação ente indivíduos singulares, que em perspectiva de conectividade em rede, trocam entre si e com o mundo através de experiências significativas”. É na interação entre os sujeitos na rede que percebo a potência para que outras versões de um *meme* sejam criadas, principalmente ao adicionar novos elementos, modificar as frases, trazer outros *memes* para a produção, comparar com cenas de filmes, adicionar um bordão, entre outras modificações possíveis.

Além disso, argumento que a criação do *meme* não visa atribuir autoria ao/à idealizador/a da imagem e dos dizeres, mas evidencia a relação colaborativa que vem sendo estabelecida entre as pessoas a partir do uso das tecnologias digitais. Com a internet, é possível ver o mundo com múltiplos olhares, (re)criando formas de ocupar o espaço da rede na medida em que participamos das experiências sociais com outras/os usuárias/os (JOBIM E SOUZA, 2002).

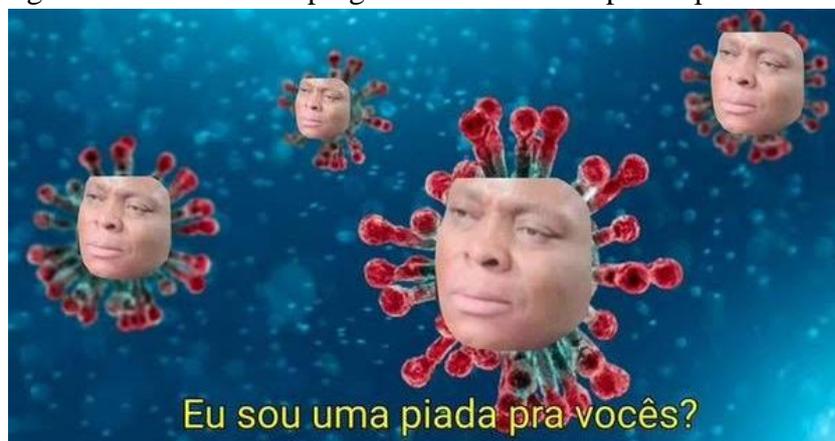
Diante desse cenário, interessou-me conhecer as dinâmicas comunicacionais *online* que envolveram o movimento do que se produziu/compartilhou na rede e quais sentidos as pessoas produziram com as informações disponíveis. Esse interesse foi acompanhado sob um olhar de alteridade, mediante uma perspectiva em que “cada um de nós se encontra na fronteira do mundo que vê” (JOBIM E SOUZA; SALGADO, 2008, p. 83). Trazendo essa reflexão para a pesquisa, entendi que cada sujeito pertence a um contexto histórico-social-cultural diferente do meu, com percepções de mundo que se aproximaram ou se distanciaram das minhas. Ademais,

reconheço a importância do estabelecimento de uma relação de alteridade entre pesquisador/a e sujeitos, aspecto que faz com que o outro “possa se tornar uma presença viva, com a qual construímos nossos territórios de existência” (ROLNIK, 2011, p. 12). Isso me faz pensar que, mesmo quando não me identifiquei/reconheci nos *memes*, comentários ou *hashtags*³¹ que investiguei, foi fundamental romper com qualquer ideia de julgamento em relação ao outro. Com Rolnik (2011), percebi que trabalhar sob um olhar de alteridade foi um convite para a formulação de perguntas na busca por pistas que forneceram respostas sobre a constituição de territórios que se reinventam e se modificam a cada dia.

3.4 Por entre *memes*, *postagens* na rede e *hashtags*

O que foi produzido e compartilhado na rede em tempos de COVID-19? O que as *postagens* narraram sobre os cotidianos durante o isolamento físico? No contexto de uma pandemia de *fake news*, considerei importante questionar os acontecimentos, me apropriando de uma perspectiva teórico-metodológica que auxilie a analisar *memes* que narram a complexidade da política brasileira. Por estar imersa nas experiências sociais engendradas pelas redes sociais digitais, inquietou-me cartografar a disseminação de *memes* de internautas para discutir as *fake news* e o fenômeno da pós-verdade em tempos de pandemia no Brasil. Investigar essas práticas em/na rede significou me lançar no desafio de conhecer as desinformações disseminadas na internet nesta época, marcada por uma crise sanitária instaurada pelo novo coronavírus.

Figura 8 – Coronavírus pergunta: “eu sou uma piada ‘pra’ vocês?”



Fonte: *Meme* capturado no Twitter no mês de junho de 2021.

³¹ Na seção 3.4 (seção seguinte), realizo uma discussão mais aprofundada sobre *memes*, comentários e *hashtags*.

Com Santos, Colacique e Carvalho (2019), entendo o quanto as imagens digitais são centrais nos processos comunicacionais digitais. Ademais, reconheço a dinamicidade desses processos na produção e no compartilhamento de ideias na/em rede, o que faz da internet um espaço fecundo para a pesquisa em Educação interessada em conhecer os diferentes fenômenos sociais ciberculturais (COUTO JUNIOR; AMARO; TEIXEIRA; RUANI, 2020), como é o caso da comunicação mediada por *memes*. Dito isso, percebi o compartilhamento dessa linguagem como um convite para que eu olhasse criticamente para as repercussões sociais de um tempo marcado por intensas disputas políticas. Nesse sentido, os *memes* aqui selecionados/analizados apresentam críticas sociais importantes produzidas a partir de um viés, muitas vezes, cômico.

Os *memes* caracterizam-se como uma linguagem envolvendo imagens e dizeres que expressam ideias responsáveis pelo deslocamento de “significados que são difundidos de um indivíduo a outro através de dinâmicas replicadas, mixadas e compiladas e recompiladas que adaptam novas perspectivas ao seu contexto original” (ALMEIDA; SANTOS, 2020a, p. 178). Como apontam Almeida, Santos e Santos (2019), a confecção dos *memes* normalmente acontece a partir do uso de imagens, filmes, propagandas e desenhos com a intenção de recriar determinados acontecimentos. Diferentemente do que uma parte da sociedade defende sobre serem conteúdos sem importância ou apenas mera banalidade, percebo a sua criação e sua disseminação como uma possibilidade de (re)leitura da vida cotidiana (NOLASCO-SILVA; SOARES; BIANCO, 2019).

Como defendem Chagas, Freire, Rios e Magalhães (2017, p. 182), essa lógica da banalidade “deve-se em parte à ausência de estudos que se debruçam sobre o universo polissêmico dos *memes*, a partir dos usos e das apropriações dessas produções em contextos reconhecidamente políticos”. Percebo, portanto, como é importante olhar para o fenômeno dos *memes* com outro olhar, ainda mais quando pensamos na potência de uma linguagem que vem sendo central nas dinâmicas comunicacionais de internautas de todo mundo. A força da linguagem memética é reconhecida no projeto “Museu dos Memes”³², vinculado à Universidade Federal Fluminense (UFF), sob coordenação-geral de Viktor Chagas. Conforme apresentado no *site*, trata-se de “um artifício, cujo principal propósito é estimular a reflexão sobre o papel que ocupam os memes na cultura contemporânea. Em suma, o museu é uma ferramenta de comunicação, mas também é ativismo político, é teoria, mas também é práxis”.

³² Museu dos Memes. Disponível em: <<https://is.gd/mcgQc6>>. Acesso em: 2 fev. 2022.

Isso me faz pensar na importância que os *memes* possuem para refletir sobre as dinâmicas do tempo atual.

Embora o mundo inteiro esteja passando pela turbulência do naufrágio (conforme a metáfora criativa do *meme* abaixo) devido à COVID-19, meu trabalho investigativo acompanhou a produção e o compartilhamento de imagens-dizeres que trouxeram muitas reflexões importantes acerca do cenário pandêmico. Conforme o *meme* abaixo, apesar da preocupação com a doença que atinge todo o mundo, os *memes* continuam sendo produzidos e compartilhados, fazendo parte das relações cotidianas. Reconhecendo sua importância, reforço também que, pela sua facilidade de produção e propagação, os *memes* têm ganhado destaque na rede, visto que não exigem muitos recursos tecnológicos e experiência com programação para serem produzidos e compartilhados (SANTOS; COLACIQUE; CARVALHO, 2016).

Figura 9 – A produção de *memes* em tempos de pandemia



Fonte: *Meme* capturado no Twitter no mês de junho de 2021.

Aquelas/es que produzem *memes* em resposta às barbaridades deste tempo têm a oportunidade de resistir aos discursos hegemônicos, buscando modos de colocar em xeque determinadas ações e práticas culturais em prol de uma nova forma de ver/compreender o mundo (COUTO JUNIOR; POCAHY; CARVALHO, 2019). Somando-se a isso, não seria demais supor que eles convidam a pensar utopicamente, na medida em que veiculam “imagenticamente aspectos da realidade, trazem em seu viés cômico elementos para que a imaginação recrie/reinterprete a realidade por ele representada” (SANTOS; COLACIQUE; CARVALHO, 2016, p. 138). Ressalto

a potência dos *memes* na crítica à nossa própria história, uma vez que eles representam o vivo/vivido (NOLASCO-SILVA; SOARES; BIANCO, 2019) e se constituem em importantes estratégias na comunicação *online* para questionar o tempo presente. Eles evidenciam a criatividade das/os internautas pela aspiração de mudanças sociais, fazendo com que seus anseios políticos sejam amplamente divulgados (COUTO JUNIOR; POCAHY; CARVALHO, 2019).

Outro procedimento metodológico adotado na tessitura das reflexões foram as capturas de comentários realizados pelas/os internautas no Facebook em diferentes momentos da pandemia. Como aponta Castells (1996), a tecnologia está para além de uma ciência das máquinas; ela pode ser encarada também uma tecnologia organizativa e social. Dessa forma, ao pensar no ambiente midiático e em suas promessas, destaco que elas “provocam expectativas de um fluxo mais livre de ideias e conteúdos. Inspirados por esses ideais, os consumidores estão lutando pelo direito de participar mais plenamente de sua cultura” (JENKINS, 2009, p. 44). Como consequência, cada vez mais os sujeitos encontram-se engajados nas redes sociais digitais, participando ativamente das discussões, rompendo com a lógica comunicacional um-todos dos meios de comunicação massivos.

Como discutido anteriormente, com a “liberação da palavra”³³ os sujeitos passam a compartilhar a todo momento suas visões de mundo, participando de diferentes experiências sociais em parceria com outras/os internautas (LEMOS, 2010). As postagens *online* oportunizam às/aos internautas manifestar as suas opiniões frente aos mais diversos conteúdos compartilhados na rede, em forma de apoio, dúvida ou repúdio. A escolha dos comentários capturados para a pesquisa deu-se principalmente em razão da recorrência de argumentos muito próximos, escritos por pessoas distintas nos mais diferentes espaços da rede. Com isso, percebi como algumas narrativas demonstravam mais força frente a tantas outras possíveis. Além disso, em meu percurso cartográfico analisei comentários que geraram preocupação, principalmente devido ao perigo de algumas afirmações tendenciosas/falsas/deterministas em relação à pandemia de COVID-19; tais comentários permitiram algumas entradas de problematização, convidando-me a conhecer determinados posicionamentos que divergem da forma como eu percebo/leio o mundo hoje.

Além dos *memes* e dos comentários, ao cartografar nas redes percebi o forte uso das *hashtags*, um fenômeno comunicacional que permite que conteúdos *online* tenham alcance nacional e internacional. Elas funcionam como uma espécie de filtro sobre determinado assunto,

³³ A liberação da palavra encontra-se mais aprofundada na seção 2.1.

trazendo visibilidade quando disseminadas por muitas pessoas. Além disso, viabilizam a possibilidade de destacar, em uma ou poucas palavras, o assunto que está em pauta. É importante perceber esse movimento porque ele conecta aquelas/es que compartilham de perspectivas semelhantes sobre um mesmo assunto, trazendo como possibilidade que pessoas conheçam e intercambiem experiências sobre os diferentes tópicos, aprendendo-ensinando em rede. Além disso, existe um caráter imediato do seu uso, por ser acionado principalmente com base em algum acontecimento recente e alvo de discussões acaloradas, como comumente acontece com as *hashtags* de cunho político.

As *hashtags* conseguem classificar determinados assuntos e facilitar a sua exibição quando é realizada uma busca pela lupa, tanto no Twitter como no Facebook. Ou seja, ao buscar determinada *hashtag*, é possível identificar todas as postagens veiculadas a ela, desde que estejam no modo de compartilhamento público. Elas possuem maior aderência na rede social Twitter, principalmente pelo espaço na plataforma chamado de “*trending topics*” ou “assuntos do momento”, que são constituídos por palavras, expressões, termos e tópicos que se tornam bastante comentados durante um espaço curto de tempo por diferentes usuárias/os, gerando um pico de popularidade. Essa rede social consegue identificar e destacar, portanto, as *hashtags* que tiveram um maior número de menções nos últimos minutos ou horas, trazendo maior visibilidade.

4 DEU RUIM NA *HASHTAG* E O INVERNO DO HEMISFÉRIO NORTE NO BRASIL: PÓS-VERDADE EM DEBATE

4.1 #FechadoComBolsonaro: sobre (im)popularidade em tempos de pandemia

Em meio à pandemia, o presidente Jair Bolsonaro tornou-se alvo de críticas nas redes sociais digitais devido aos seus pronunciamentos e às suas tomadas de decisão em desacordo às orientações da OMS. No dia 24 de abril de 2020, o anúncio da demissão de Sérgio Moro, até então ministro da Justiça e Segurança Pública, intensificou o cenário e configurou a mais grave crise política do mandato presidencial de Bolsonaro até aquele momento. O ex-juiz deixou o cargo alegando que Bolsonaro buscava interferir politicamente na Polícia Federal (PF)³⁴ em benefício próprio e de seus filhos ao decidir demitir Mauricio Valeixo, diretor-geral da instituição.

A partir desse episódio, identifiquei o aumento de *hashtags* compartilhadas a favor de Bolsonaro nas redes, principalmente no Twitter. No dia 27 de abril de 2020, a *hashtag* #FechadoComBolsolnaro viralizou, chegando a ocupar o primeiro lugar no Brasil e o décimo sexto lugar no *ranking* mundial dos *trending topics* ou “assuntos do momento”, aba destinada aos temas mais comentados e compartilhados. No entanto, chama a atenção a grafia errada do sobrenome do presidente, que recebe uma letra “L” a mais. De acordo com o *website* Getdaytrends, por volta das 20h do dia 27 de abril de 2020 havia mais de 78 mil³⁵ *tweets* utilizando a *hashtag* #FechadoComBolsolnaro³⁶.

Em meio a uma crise política no seu mandato presidencial, Jair Bolsonaro virou alvo de *memes* em função do erro de digitação de seu sobrenome na referida *hashtag*. Os *memes* apresentados e analisados a seguir foram capturados entre os meses de fevereiro e maio de 2020 nas redes sociais Twitter e Facebook e revelam a crescente insatisfação das/os brasileiras/os diante de como o Governo Federal lidou e vem lidando com a COVID-19 no país. Dessa forma, propagar uma suposta verdade por meio da disseminação massiva de *tweets* (publicações) com

³⁴ Moro alega que Bolsonaro busca interferir na Polícia Federal. Disponível em: <<https://is.gd/hf9dS3>>. Acesso em: 6 maio 2020.

³⁵ *Hashtag* #FechadoComBolsolnaro ultrapassa 78 mil *tweets*. Disponível em: <<https://is.gd/jkAZK9>>. Acesso em: 6 maio 2020.

³⁶ Há indícios de outras *hashtags* com erro ortográfico que foram produzidas a favor de Bolsonaro, como aponta Lemos (2021a). De acordo com o autor, uma *hashtag* disseminada no dia 15 de junho de 2020 apresenta um pequeno erro na palavra “derruba”, levantando suspeitas sobre o uso de *bots*.

o objetivo de alavancar a popularidade do presidente convida a refletir sobre os perigos do uso indiscriminado das redes para a formação da opinião pública, principalmente em tempos de pandemia. Coloquei-me, então, atenta aos diferentes *memes* produzidos/compartilhados nas diferentes redes sociais da internet, focalizando o olhar sobre aqueles que se dedicaram a expor possíveis *fake news* disseminadas por *bots* em tempos de COVID-19.

Figura 10 – Bol SOL naro iluminando o mundo dos Teletubbies



Fonte: Imagem capturada do Facebook no mês de março de 2020.

A viralização de um material de apoio político cuja grafia é incorreta levantou suspeitas quanto à utilização de *bots*, pois trata-se de um erro grave. De acordo com Michalski e Paula (2019), os *bots*, abreviação de robôs, são programas de computador que foram idealizados para dinamizar, por meio da automação de tarefas, a disseminação tanto de desinformação como de manipulação. Na prática, eles se passam por usuárias/os comuns ao imitarem comportamentos humanos, “interagindo com outros utilizadores da rede em debates, publicando conteúdo artificialmente, utilizando *hashtags* em apoio ou ataque a determinado indivíduo, disseminando conteúdo falso e manipulando os *trending topics*” (MICHALSKI; PAULA, 2019, p. 11). Com Lemos (2021a, p. 44), entendo ainda que “bots disfarçados de humanos buscam agigantar a replicação de mensagens falsas para deturpar a opinião pública com fins de manipulação política”. Sob essa perspectiva, a suspeita foi levantada pelas/os internautas, que passaram a utilizar os *memes* como estratégia para desestabilizar a suposta popularidade do presidente nas redes, denunciando o provável uso dos *bots* com fins políticos.

Essa suspeita caminha ao encontro dos estudos de Silveira (2019, p. 33), que suscita o debate sobre o uso de *bots* nas redes sociais, apontando para a gravidade da reprodução de mensagens em larga escala “com o objetivo de criar a impressão de que muitas pessoas seguem e replicam uma dada liderança política”. Avaliando a crise política governamental, os *bots* de

disseminação de apoio encontraram-se diretamente relacionados à ilusão de que determinada opinião é bem aceita na rede, impulsionando outras/os internautas a se reconhecerem naquele discurso e a propagá-lo (MICHALSKI; PAULA, 2019). Dessa forma, a popularização da *hashtag* atrairia visibilidade positiva ao presidente, demonstrando em números a parcela da sociedade que continua acreditando e confiando no seu trabalho, mesmo após as acusações do ex-ministro.

Figura 11 – Robô do filme *Exterminador do Futuro* também #FechadoComBolsolnaro



Fonte: Imagem capturada do Facebook no mês de maio de 2020.

Não é a primeira vez que uma *hashtag* favorável a Bolsonaro ocupou os primeiros lugares nos *trending topics* do Twitter e levantou suspeitas por parte das/os internautas quanto ao uso de *bots*. Um desses episódios teve início no dia 7 de março de 2020, quando o presidente se declarou³⁷ a favor da manifestação marcada por apoiadoras/es para o dia 15 de março de 2020, momento em que 95 países do mundo somavam mais de cem mil infectadas/os e três mil mortes pelo novo coronavírus³⁸. A *hashtag* #bolsonaroday, disseminada massivamente na véspera da manifestação do dia 15 e em plena pandemia de COVID-19 no Brasil, virou alvo de questionamentos. Com mais de 1 milhão e 200 mil menções nos *tweets*, a *hashtag* liderou os *trending topics* e converteu-se em objeto de estudo que buscou analisar a automatização de perfis no Twitter por meio de inteligência artificial e mais de mil parâmetros selecionados, garantindo alcançar em 80% a precisão dos dados (KALIL; SANTINI, 2020). O resultado da pesquisa apontou que os perfis automatizados foram capazes de gerar, no dia 15 de março de 2020, aproximadamente 55% do tráfego da rede social com a *hashtag* #bolsonaroday (KALIL;

³⁷ Bolsonaro demonstra apoio à manifestação favorável a seu governo. Disponível em: <<https://is.gd/LDkrFF>>. Acesso em: 17 maio 2020.

³⁸ Balanço do número de infectados e mortos pelo novo coronavírus. Disponível em: <<https://is.gd/NVDclF>>. Acesso em: 27 maio 2020.

SANTINI, 2020), o que sugere outra tentativa estratégica do uso da rede como forma de atrair apoio político.

Como pesquisadora do campo educacional interessada na forma como os sujeitos se mobilizaram politicamente por meio das redes sociais, é preocupante o fato de que tem se tornado cada vez mais comum a “propagação de perfis *fakes*, *bots* e notícias falsas que disseminavam ódio, desinformação e confusão em busca de convocar, nesses espaços, simpatizantes dispostos a atuar nas trincheiras da mais nova frente de combate da política brasileira” (ALMEIDA; SANTOS, 2020a, p. 184, grifo dos autores). Compreendendo o meu papel político e social, procurei questionar os acontecimentos cotidianos que repercutiram nas redes digitais e que fizeram do meu perfil um espaço importante para fomentar debates políticos com outras/os professoras/es e estudantes.

Figura 12 – Exército de robôs pró-Bolsonaro



Fonte: Imagem capturada do Facebook no mês de abril de 2020.

Concordo com Santos e Weber (2013, p. 300), para quem o digital em rede vem alterando “as formas de comunicação, produção, criação e circulação de informação, redesenhando uma configuração social e cultural”. Dito isso, embora a internet permita emitir/trocar em rede, isso não significa que as interações entre os sujeitos sejam sempre harmônicas, pois comumente há divergência de ideias-reflexões. Nesse contexto, inquieta-me a guerra de narrativas produzidas e disseminadas na rede, em que a avalanche de desinformação requer uma análise cuidadosa (ALMEIDA; SANTOS, 2020a). Em tempos de pandemia de *fake news*, estive diante de uma grande quantidade de (des)informações produzidas nas redes sociais, impulsionadas muitas vezes pelo uso dos *bots*, que dão visibilidade a um suposto apoio ao “mito”³⁹ Bolsonaro (Figura 12). A produção e a disseminação de desinformação nas redes foram utilizadas como estratégia política

³⁹ Mito vem sendo um adjetivo comumente atribuído ao presidente brasileiro por um grupo de pessoas que continuam apoiando os discursos e atos do governo.

do presidente desde o período eleitoral, com as redes se constituindo como um meio de comunicação importante do governo Bolsonaro (SILVEIRA, 2019).

Por estarmos imersas/os na era da pós-verdade, os princípios que despertam o desejo pelo compartilhamento estão diretamente relacionados a emoções, sejam elas positivas ou negativas (BUCCI, 2018). Como consequência direta, acontece a “disseminação de pós-verdade, cujo poder de proliferação aumenta em situações ultrapartidárias, quando a veracidade ou falsidade da informação é o que menos importa” (SANTAELLA, 2019a, p. 52). Sob essa perspectiva, problematizo o compartilhamento leviano e a velocidade da ação impensada das/dos internautas na rede, que colocam suas emoções à frente do compromisso ético com a verdade, disseminando conteúdos independentemente da veracidade das informações publicizadas (SANTAELLA, 2019a).

Os *memes* que circulam na rede e aqueles incorporados a este texto convidam a olhar para a complexidade do contexto político brasileiro. O Brasil se encontra em uma crise social instaurada pela pandemia do novo coronavírus, ao mesmo tempo em que há a diminuição da popularidade do governo Bolsonaro. Apesar de uma fala convicta sobre a capacidade de lutar contra a COVID-19, as afirmações do presidente comumente desalinham-se das orientações da própria OMS: “Alguns vão morrer? Vão, ué, lamento. Essa é a vida”⁴⁰, “Não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar”⁴¹, “Outras gripes mataram mais do que essa”⁴², “Não podemos entrar ‘numa’ neurose, como se fosse o fim do mundo”⁴³ ou “‘Tá’ sendo superdimensionado o poder destruidor desse vírus”⁴⁴. Diante dessas afirmações, as falas de Bolsonaro motivaram determinados grupos a se tornarem potenciais emissores de *fake news*, tendo em vista que “o próprio governo contraria e desmoraliza instituições confiáveis e passa a propagar desinformação e embasar discursos baseados em alucinações ou não fazendo a estes nenhum tipo de contra-ação” (ALMEIDA; SANTOS, 2020a, p. 186).

⁴⁰ Bolsonaro sobre as mortes pela COVID-19. Disponível em: <<https://is.gd/vXWGpa>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

⁴¹ Bolsonaro diz que não será uma “gripezinha” que irá derrubá-lo. Disponível em: <<https://is.gd/PWLPP0>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

⁴² Em pronunciamento, Bolsonaro afirma que outras gripes mataram mais do que o novo coronavírus. Disponível em: <<https://is.gd/MvPUGI>>. Acesso em: 17 maio 2020.

⁴³ Bolsonaro diz que não é o fim do mundo. Disponível em: <<https://is.gd/aGBuLH>>. Acesso em: 17 maio 2020.

⁴⁴ Bolsonaro afirma que estão superdimensionando o poder do coronavírus. Disponível em: <<https://is.gd/Oea8E1>>. Acesso em: 21 de abr. 2020.

Figura 13 – Sobre as dificuldades de colocar a máscara durante pronunciamento ao vivo



Fonte: Imagem capturada do Twitter no mês de março de 2020.

Quando a própria máscara de proteção recomendada pela OMS para evitar a contaminação pelo novo coronavírus é manuseada incorretamente durante o discurso presidencial, conforme a crítica feita pelo *meme* mostrado na Figura 13, o que se pode esperar das ações do Governo Federal voltadas para o cuidado com a saúde da população em tempos de pandemia? Minha escrita é política; portanto, não consigo me dissociar do contexto em que estou inserida, tampouco ignorar a forma como o novo coronavírus foi percebido pelo presidente brasileiro durante o desenvolvimento do trabalho de campo.

Diante desse cenário, frente ao compartilhamento da *hashtag* #FechadoComBolsonaro, concordo com Santaella (2019a, p. 27) quanto à importância de planejar “ações criativas como antídotos à propaganda enganadora, às falas de ódio, aos conteúdos preconceituosos e às notícias falsas”. Nesse sentido, procurei analisar como os *memes* refletem o engajamento da sociedade civil na rede como forma de questionar a pandemia de *fake news* disseminadas por *bots*; somando-se a isso, o discurso presidencial vem forjando uma realidade baseada em “um processo de suspensão do debate público e uma destruição da racionalidade e sua substituição pelo confronto dogmático, semelhante às guerras religiosas” (SILVEIRA, 2019, p. 34). Desse modo, é preocupante o agir político de Bolsonaro em plena pandemia, pois suas políticas de enfrentamento ao novo coronavírus partiram de convicções pessoais que colocam em xeque as orientações da própria OMS. Como resultado, a produção e a reiteração de um discurso que minimiza/banaliza o novo coronavírus são evidentes quando o presidente “sai às ruas sem máscara ou com máscara no pescoço, toca, abraça, beija e faz *selfies* com apoiadores enquanto

tosse e fala de perto às pessoas que correm para vê-lo, apoiá-lo e segui-lo” (COUTO; COUTO; CRUZ, 2020, p. 211, grifo dos autores).

Diante do exposto, as inquietações da pesquisa encontraram-se alinhadas com uma perspectiva que reconhece o quanto determinadas políticas de morte (MBEMBE, 2018) colocam em prática um conjunto de ações que vulnerabilizam vidas, fazendo com que muitas delas não sejam dignas de luto (BUTLER, 2015). O cenário de barbárie instaurado pelas decisões governamentais brasileiras durante o desenvolvimento da pesquisa me fez questionar até quando estaremos dispostos/os a tolerar o massacre social que vivemos hoje pela falta de políticas de enfrentamento à COVID-19. Longe de concordar que essas mortes sejam simplesmente provocadas pela nova doença, considero que essas mortes foram e vêm sendo provocadas por políticas que matam (MBEMBE, 2018).

Figura 14 – #CoronaBozo, o vírus brasileiro em plena pandemia de COVID-19



Fonte: Imagem capturada do Facebook no mês de fevereiro de 2020.

Figura 15 – Bolsonaro: o vírus do Ipiranga



Fonte: Imagem capturada do Facebook no mês de março de 2020.

Sobre as políticas do “deixar morrer” (MBEMBE, 2018): o novo coronavírus não foi o único responsável pela morte de milhares de pessoas no Brasil em 2020 e 2021. Alguns *memes* evidenciam essa crítica ao sugerir que a maior ameaça em tempos de pandemia foi o vírus que se instala no gabinete presidencial. Após ser “diagnosticado” com aumento da impopularidade, o #CoronaBozo apropriou-se das redes sociais para disseminar *fake news*, possivelmente fazendo dos *bots* um de seus grandes aliados no Brasil.

4.2 “Não vejo a hora de nevar”: cartografando o fenômeno da pós-verdade na rede

Durante minha entrada em campo, a rotina marcada pelo luto e a recomendação da quarentena mostraram o quanto foi necessária a invenção de estratégias de resistência em/na rede. A partir dessa perspectiva de luta, analisei como a COVID-19 trouxe outros perigos iminentes que não foram instaurados pelo novo coronavírus, mas que se intensificaram junto a ele – como as dificuldades do setor da saúde em atuar em um contexto social marcado pela proliferação de *fake news*, responsáveis por (retro)alimentar o fenômeno da pós-verdade. Ainda sobre o setor da saúde, destaco o conturbado cenário político para lidar com emergências e agir com prontidão em prol do monitoramento, da detecção e da busca pela desaceleração do contágio do novo coronavírus.

Na cidade do Rio de Janeiro (RJ), houve um planejamento para que fossem inaugurados sete hospitais de campanha no mês de abril de 2020⁴⁵. No final de junho, apenas as unidades do Maracanã e de São Gonçalo funcionavam parcialmente, tendo em vista que os dois somavam juntos mais de 350 leitos indisponíveis devido à falta de equipamentos, insumos e profissionais. As unidades de Casimiro de Abreu, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Nova Friburgo e Nova Iguaçu não tiveram suas obras concluídas e, em decorrência, foram desmontadas. Em agosto daquele mesmo ano, o governador Wilson Witzel (PSC) foi afastado do cargo pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) devido a uma série de denúncias sobre possíveis desvios de recursos do setor da saúde no Rio de Janeiro. Ouso dizer que a pandemia de COVID-19 no Brasil acabou como mero pano de fundo de um cenário (necro)político alimentado por uma série de escândalos que contribuíram para dificultar ainda mais o combate ao novo coronavírus.

O cenário brevemente descrito anteriormente mostra não somente a falta de infraestrutura para garantir o atendimento às/aos pacientes infectadas/os pela COVID-19, mas

⁴⁵ Planejamento dos hospitais de campanha no Rio de Janeiro e as atuais dificuldades. Disponível em: <<https://is.gd/7DxUiF>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

a própria instabilidade no Ministério da Saúde. Desde o início da vigência do governo de Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019, Luiz Henrique Mandetta assumiu o cargo de ministro da Saúde e permaneceu até abril de 2020, quando foi demitido após divergências com o presidente frente à política de isolamento físico, medida recomendada pela OMS. Mandetta foi substituído por Nelson Luiz Sperle Teich, que se demitiu da pasta em maio, antes mesmo de completar um mês na função, por discordância em alguns aspectos, incluindo a mudança no protocolo do uso da cloroquina para o tratamento da COVID-19 e a ampliação do número de atividades tidas como essenciais.

Além do expressivo número de óbitos no país, foi preocupante também a forma como o presidente se posicionou diante deles. Em uma das interações de Bolsonaro com apoiadoras/es na portaria do Palácio da Alvorada, em Brasília, uma religiosa pediu uma palavra de conforto para aquelas/es que estão em luto. Em resposta, Bolsonaro declarou: “Eu lamento todos os mortos, mas é o destino de todo mundo”⁴⁶. Essa afirmação do presidente caminha na mesma linha de pensamento do que Santos (2020, s/p) denomina “darwinismo social”, cuja perspectiva é eliminar todas as pessoas “que já não interessam à economia, nem como trabalhadores nem como consumidores, ou seja, populações descartáveis, como se a economia pudesse prosperar sobre uma pilha de cadáveres ou de corpos desprovidos de qualquer rendimento”. Com base nas proposições de Santos (2020), é indiscutível a frieza com que o governo brasileiro lidou com o aumento diário do número de pessoas infectadas e de pessoas que perderam suas vidas para a COVID-19 em 2020 e 2021.

Em pleno cenário de caos no âmbito da saúde e da política brasileira, Eduardo Pazuello foi exonerado do cargo de secretário-executivo do Ministério da Saúde e nomeado ministro interino no início de junho de 2020. Diferentemente das outras gestões, a pasta não foi ocupada por um médico, mas por um general de divisão do Exército, graduado como oficial de Intendência (especializado em tarefas logísticas ou administrativas) pela Academia Militar das Agulhas Negras (Aman). Poucos dias após assumir o cargo, Pazuello virou alvo de críticas ao afirmar que a pior fase da pandemia já havia passado nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Para defender seu ponto de vista, o ministro explicou⁴⁷:

⁴⁶ “Bolsonaro diz que a morte é o destino de todos”. Disponível em: <<https://is.gd/VNrzdW>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

⁴⁷ “Pazuello afirma que as regiões Norte e Nordeste estão mais ligadas ao inverno do Hemisfério Norte”. Disponível em: <<https://is.gd/3tWIEp>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

Para efeito da pandemia, podemos separar o Brasil em Norte e Nordeste, que é a região que está mais ligada ao inverno do Hemisfério Norte, são as datas do Hemisfério Norte que temos inverno, e ao Centro-Sul, Sudeste, Centro-Oeste, que é a região que “tá” mais ligada ao inverno do Hemisfério-Sul.

Com base nos dados de 2020 do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), cabe questionar essa afirmação (equivocada) de Pazuello. Para tanto, destaco duas capitais brasileiras que estariam supostamente bastante ligadas ao “inverno do Hemisfério Norte”, ou seja, aquelas que estão geograficamente localizadas ao norte da Região Norte e ao norte da Região Nordeste. A primeira delas é Boa Vista, capital de Roraima, que registrou a temperatura mínima de 20,3°C e a temperatura máxima de 38°C em 2020. A segunda é São Luís, capital do Maranhão (MA), que registrou a temperatura mínima de 21,6°C e a temperatura máxima de 34,5°C em 2020. Com base nesses dados, não se pode negar que, quando há desconhecimento básico sobre a ciência, os sujeitos são aprisionados dentro de suas bolhas e passam a negar até mesmo as evidências mais claras (SANTAELLAb, 2019). Dessa forma, parto do pressuposto de que existe “uma dimensão epistemológica em jogo na disputa por histórias políticas, na medida em que todas pretendem ser verdadeiras mesmo quando os fatos que narram são altamente implausíveis” (GOMES; DOURADO, 2019, p. 33).

Diante desse cenário, acompanhei *memes* que viralizaram em redes sociais – notadamente Facebook e Twitter – em junho de 2020. A viralização só é possível porque qualquer pessoa hoje com acesso a internet tem potencial de produzir/compartilhar, em tempo real, qualquer tipo de informação, evidenciando o quanto há de “uma crescente troca e processos de compartilhamento de diversos elementos da cultura a partir das possibilidades abertas pelas tecnologias eletrônico-digitais” (LEMOS, 2007, p. 36-37). Arquivos de todo tipo “inundam” a internet, favorecendo importantes debates sobre o cenário político cotidiano em tempos de pandemia.

Além dos *memes*, acompanhei a página oficial do Ministério da Saúde no Facebook⁴⁸ durante o mesmo período, buscando ler comentários postados por internautas que demonstraram tanto apoio como insatisfação com as ações governamentais. Os *memes* e comentários selecionados para análise forneceram importantes questionamentos e percepções que evidenciam a forma como internautas posicionam-se frente à declaração de Eduardo Pazuello. São *memes* e comentários que revelam diferentes visões de mundo que sensibilizam

⁴⁸ Página oficial do Ministério da Saúde no Facebook. Disponível em: <<https://is.gd/3qSBFV>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

porque expressam a polarização política no Brasil em um período marcado por uma profunda crise socioeconômica que vem sendo acentuada pela pandemia.

Figura 16 – Redefinição da Linha do Equador
Nova linha do Equador, redesenhada
hoje pelo "ministro" Pazuello. Agora
sim, Norte e Nordeste inclusos... não
vejo a hora de nevar.



Fonte: *Meme* capturado no Facebook em junho de 2020.

Figura 17 – Preparativos para o inverno brasileiro no Norte e Nordeste em tempos de
pandemia

Esperando nevar no Norte e Nordeste pra fazer um boneco de neve,
segundo o inverno de Pazuello:



Fonte: *Meme* capturado no Twitter em junho de 2020.

Os *memes* criados apropriam-se de elementos culturais da vida cotidiana, (re)contando situações de acordo com interesses ou inquietações do/a idealizador/a. A linha imaginária do Equador, ao ser redesenhada para incorporar as regiões Norte e Nordeste do Brasil, sugere ainda que o país enfrente as nevascas do Hemisfério Norte, com o *meme* acima ironizando essa ideia

ao frisar: “não vejo a hora de nevar”. Justificar a alta mortalidade por COVID-19 em determinadas regiões do país não exime a responsabilidade dos governantes em razão da forma como eles lidaram com a pandemia no Brasil em 2020 e 2021.

Internautas responsáveis pela confecção e compartilhamento dos *memes* aliam o desejo por mudança na esfera política, fazendo do humor e da criatividade importantes estratégias disparadoras de questionamentos das cenas cotidianas (COUTO JUNIOR; POCAHY; CARVALHO, 2019). Dessa forma, esse tipo de produção imagética surpreende ao tornar-se figura-chave nas redes sociais digitais, justificada pela necessária consciência política por parte das/os internautas responsáveis tanto pela sua criação como pela disseminação.

De forma alguma considero que os diferentes saberes precisam passar pelo crivo da ciência para legitimarem-se; no entanto, busco frisar a preocupação pela falta de compromisso com a verdade em tempos de pandemia. Parece-me que o interesse em justificar o alto número de mortes pela COVID-19 foi motivo de maior preocupação do que a construção efetiva de políticas de enfrentamento à própria doença. O fenômeno é notório quando percebo que a formação da opinião pública privilegia o despertar das convicções pessoais e/ou das emoções em detrimento dos fatos (SANTAELLAa, 2019).

Figura 18 – Inverno do Hemisfério Norte no Amazonas

O norte e nordeste acompanham o **inverno** do hemisfério norte.

Indo pesquisar sobre onde os índios da Amazonas moram, encontrei essa linda oca, simplesmente incrível

Pazuello tem razão



Fonte: *Meme* capturado no Twitter em junho de 2020.

De forma alguma considero que os diferentes saberes precisam passar pelo crivo da ciência para legitimarem-se; no entanto, busco frisar a preocupação pela falta de compromisso com a verdade em tempos de pandemia. O fenômeno é notório quando percebo que a formação da opinião pública privilegia o despertar das convicções pessoais e/ou das emoções em

detrimento dos fatos (SANTAELLAa, 2019). Outro fator que gerou preocupação foi assistir a uma quantidade considerável de escândalos no cenário político brasileiro e que não colaboram para o enfrentamento da pandemia de COVID-19, pelo contrário. D’Ancona (2018, p. 35) é enfático ao argumentar que a tendência é não mais esperar “que nossos políticos eleitos falem a verdade: isso, por enquanto, foi eliminado do perfil do cargo ou, no mínimo, relegado de forma significativa da lista de atributos requeridos”. Reitero a importância do compromisso com a verdade, defendendo o questionamento constante sobre aquilo que é produzido e postado na rede, ampliando, dessa forma, o debate acerca da perspectiva de que *precisamos aprender a pensar diferente*. Não tenho dúvida de que isso é um desafio porque há tendência de evitar o contato com “novas informações que não se alinham com aquilo que cremos ser verdade, pois isso nos desobriga de pensar diferente, sentir diferente e, conseqüentemente, agir diferente” (SANTAELLA, 2019a, p. 19).

Frente ao fenômeno da pós-verdade, cartografei na rede em busca de entradas de problematização que ajudassem na análise da complexa conjuntura sociopolítica na qual estamos inseridas/os. Pesquisei os e em meio aos *memes*, acompanhando o que se produzia em/na rede não com o objetivo de validar discursos ou fatos, mas de discutir a busca incessante pela legitimidade de determinados discursos descompromissados com a verdade em tempos de pandemia. Meu interesse também foi trazer considerações relevantes a respeito de determinados comentários na página oficial do Ministério da Saúde no Facebook, conforme apresento a seguir (Figuras 19, 20, 21 e 22).

Figura 19 – Internauta concordando com as proposições de Pazuello

PARABÉNS trabalho sério é o negócio
 agora fiscalizar o Nordeste os Estados
 que fazem oposição ao Presidente
 Bolsonaro vê os números que são altos
 isso é muito estranho . Tem que
 fiscalizar ministro

Fonte: Comentário capturado no Facebook em junho de 2020.

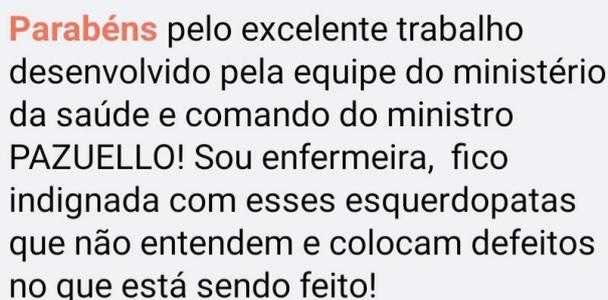
Sobre esse comentário, destaco a junção de dois aspectos que são de suma importância para reflexão: 1 – A “estranheza” dos dados oficiais, ou seja, a descrença nos órgãos competentes e pesquisadoras/es da área; 2 – A ideia de que os sujeitos contrários ideologicamente ao presidente Bolsonaro estariam forjando números com interesses políticos. Esses dois pontos foram fundamentais para a discussão pela recorrência na página oficial do Ministério da Saúde no Facebook e pela concordância com o discurso do ministro Pazuello.

Quanto ao primeiro ponto, preocupou-me a ideia de que estudos científicos e pesquisas tão importantes estivessem sendo questionados quanto à sua veracidade, principalmente quando o questionamento é realizado por uma parcela da sociedade que privilegia os discursos políticos e os coloca em uma posição de verdade inquestionável. Com isso, interessou-me buscar uma melhor compreensão dos pontos de vista de pessoas que vêm sendo comumente identificadas na pandemia como “negacionistas”, que agem como se o novo coronavírus provocasse apenas uma “gripezinha”. Essas pessoas criam fantasias mirabolantes sobre a pandemia e produzem verdades legitimadas por elas mesmas a partir de suas convicções pessoais, em um “mar” de (des)informação que vem se espalhando por diferentes redes sociais, como Facebook e Twitter.

Com base em uma pesquisa realizada pelo Instituto Gallup, Andrade (2019) argumenta que a crise de confiança na qual a ciência se encontra é percebida principalmente em sociedades que possuem como característica a polarização política, em que parcela da população ataca determinados discursos de acordo com os interesses políticos ou suas crenças. No que se refere ao segundo ponto, voltei meu olhar para a intensa polarização política brasileira para contextualizar a fala da internauta (Figura 19). De posse dos resultados do segundo turno da eleição para presidente em 2018 no Brasil⁴⁹, identifica-se, com 69,7% dos votos, o apoio político do Nordeste a Fernando Haddad, candidato de oposição a Bolsonaro. Por essa razão, percebo uma tentativa de desqualificar as/os nordestinas/os, assim como todos os outros sujeitos que estão localizados em estados que se opuseram à eleição do presidente atual.

Essa polarização política é identificada também em vários outros comentários na rede que permitem verificar opiniões divergentes que carregam intolerância frente ao pensamento alheio. Isso é percebido na postagem a seguir.

Figura 20 – Profissional da saúde demonstra apoio ao ministro Pazuello



Parabéns pelo excelente trabalho desenvolvido pela equipe do ministério da saúde e comando do ministro PAZUELLO! Sou enfermeira, fico indignada com esses esquerdopatas que não entendem e colocam defeitos no que está sendo feito!

Fonte: Comentário capturado no Facebook em junho de 2020.

⁴⁹ Resultado da eleição presidencial no Brasil em 2018. Disponível em: <<https://is.gd/MZRHQU>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

Ao utilizar o termo “esquerdopatas”, a internauta busca (des)qualificar aquelas/es que possuem aproximação com os ideais políticos de esquerda, considerando-as/os fanáticas/os. Nesse sentido, há uma tentativa de justificar de forma pejorativa todas/os as/os que, segundo sua opinião, “não entendem” e “colocam defeitos” no que está sendo feito. Esses pensamentos, guiados por interpretações equivocadas ou por fontes próprias de informação, ganham força ao serem disseminados nas redes sociais (ANDRADE, 2019). A importância de refletir sobre discursos políticos como o de Pazuello, aliada às respostas das/os internautas “negacionistas”, aponta para o perigo que o próprio Ministério da Saúde representou para a sociedade frente à produção de *fake news* que alimentam o fenômeno da pós-verdade. Na Figura 20, o comentário da internauta feito no Facebook em junho de 2020 destaca alguns elementos presentes nas principais narrativas disseminadas desde o início da propagação da COVID-19 no Brasil, assim como a descrença na ciência e na doença, mesmo quando o país já havia superado a marca de 50 mil óbitos e 1 milhão de infectadas/os. Nesse sentido, houve uma tentativa de questionar os números oficiais com base em *fake news* que insistiram em afirmar que os hospitais estavam ignorando outras possíveis causas de mortes e classificando todas como COVID-19.

Outra narrativa que se fez presente nos discursos das/os apoiadoras/es das ações governamentais em tempos de pandemia foi a de desqualificação dos ministros Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich. Essa desqualificação se encontrou diretamente relacionada à descredibilização da ciência por uma parcela da população brasileira, principalmente considerando que, em pesquisa encomendada pela Wellcome Global Monitor e realizada pelo Instituto Gallup sobre como o mundo se sente sobre a ciência e a saúde, 23% das/os brasileiras/os acreditam que a ciência não beneficia a maior parte da sociedade (ANDRADE, 2019). Esses dados ajudam a entender as críticas feitas aos ex-ministros (Figura 21) quando questionado o fato de que os seus estudos dentro e fora da área da saúde não foram suficientes para conter a propagação da COVID-19 no Brasil. Ressalto a necessidade da busca pela informação para evitar análises simplistas que desconsideram elementos fundamentais, assim como o fato de que Mandetta e Teich buscavam informar a população sobre a importância do isolamento físico, principal orientação da OMS para conter a propagação da doença.

Figura 21 – Descredibilização da COVID-19 e das/os profissionais de saúde

quiser e achar melhor. E todos sabem que morrem muitas pessoas de outras doenças e complicações que não estão envolvidas com o coronavírus e mesmo assim colocavam nos óbitos como corona vírus sem ter adquiridos. Então por favor deixa os profissionais de verdade trabalhar, porque estamos de saco cheio de pessoas como vc que so critica e julga como se fosse Deus. Por favor da um tempo... E lembrando tivemos vários profissionais da saúde com doutorado no poder e nenhum fez sua parte e so queriam puxar o tapete do presidente e afundar o país. O que manda é a competência e a responsabilidade e o conhecimento o resto é vaidade...
#BolsonaroMelhorPresidente

Fonte: Comentário capturado no Facebook em junho de 2020.

Além de internautas que apoiaram discursos e ações do ministro e do presidente, em meu percurso cartográfico percebi também um movimento contrário. Na página oficial do Ministério da Saúde no Facebook, questionava-se a motivação da indicação de Pazuello como ministro interino; um dos principais fatores apontados foi o fato de ele não ser médico, tampouco do setor da saúde. Essa proposição trazida pela internauta na postagem da Figura 22 sugere que todos os ex-ministros que se alinhavam às recomendações da OMS tiveram desentendimentos com Bolsonaro e, conseqüentemente, não fazem mais parte do Ministério da Saúde.

Figura 22 – Internauta ironiza a escolha de Pazuello por Bolsonaro

Logicamente não seria um médico, pois discordaria do excelentíssimo.

Fonte: Comentário capturado no Facebook em junho de 2020.

Com base nos comentários selecionados da página oficial do Ministério da Saúde e analisados aqui, identifiquei uma multiplicidade de pontos de vista. Essas múltiplas vozes, cujos pontos de vista nem sempre convergem, evidenciam duas especificidades das redes sociais: o poder da emissão e o poder da conexão (LEMOS, 2010). Com isso, hoje é possível olhar para

o modo como internautas de todo o mundo fazem da rede um espaço de grande visibilidade de seus questionamentos cotidianos. Não tenho dúvida de que é necessário, cada vez mais, ocupar os espaços das redes, ampliando o diálogo com as/os internautas sobre os perigos existentes na disseminação de *fake news* em tempos de pandemia.

Percebi como o uso do humor em relação à presença de Pazuello no comando de um setor vital como o da Saúde, principalmente durante uma pandemia, tornou-se uma das formas que as/os internautas encontraram para questionar diferentes ações governamentais. Os discursos proferidos e as ações realizadas pelo Ministério da Saúde desencadearam repercussões negativas para o Brasil, principalmente quando, ao final de 2021, ainda éramos um dos países com maior número de óbitos por COVID-19 no planeta.

5 NEGACIONISMOS CIENTÍFICOS EM MEIO À PANDEMIA DE COVID-19: GRIPEZINHA, CLOROQUINA E OS MOVIMENTOS ANTIVACINA *ONLINE*

5.1 Por entre a gripezinha, a cloroquina e a guilhotina: o que dizem os *memes* que colocam em xeque as *fake news* brasileiras?

Os *memes* produzidos e compartilhados na internet em 2020 e 2021 refletiram um cenário de crescente insatisfação das/os brasileiras/os diante dos acontecimentos sociais em tempos de quarentena. Nesse contexto, cabe frisar que a internet não é uma espécie de mundo virtual paralelo “descolado” das práticas cotidianas face a face; pelo contrário, a rede é constituída de pessoas de carne e osso que participam de experiências sociais mediadas pelo digital ao mesmo tempo em que habitam os espaços físicos (COUTO JUNIOR; OSWALD, 2014). Dito isso, selecionei *memes* que evidenciam alguns episódios brasileiros que trouxeram à tona temas como a banalização do novo coronavírus e possíveis tratamentos de cura da doença, além da crescente insatisfação social na rede diante da forma com a qual o Governo Federal lidou com o início da pandemia.

Figura 23 – Homem-Aranha preocupado com o discurso do presidente



Fonte: Imagem capturada do Facebook no mês de março de 2020.

Esses *memes* foram capturados de diversos perfis e páginas da rede social Facebook, em março e abril de 2020. A escolha deles deu-se em função das importantes críticas que as imagens trazem e que dizem respeito ao descontentamento de parte da população brasileira com os discursos do presidente em tempos de pandemia. Refleti sobre o que narram esses *memes* postados na rede em resposta às *fake news*, analisando aqueles que me tocam/afetam, uma vez

que suas imagens-dizeres apresentam uma dimensão crítica e criativa responsável pelo questionamento do próprio contexto político brasileiro.

Os enunciados proferidos pelo presidente têm capacidade de produzir efeitos na construção de realidades sociais. Nesse contexto, a linguagem, quando repetida, pode fazer alguma coisa acontecer ou trazer algum fenômeno à existência, característica que postula os atos de fala como performativos (PINTO, 2007; BUTLER, 2018). A linguagem performativa torna-se predicado para a linguagem no geral, como afirma Pinto (2007, p. 2), pois defini-la como participante dos sentidos que criam realidades sociais “traz à tona que todos os enunciados, todos os atos de fala, tudo o que dizemos faz”. Desse modo, a performatividade é um modo de nomear o poder que a linguagem tem de atuar na criação de uma nova situação ou de acionar um conjunto de efeitos que trabalham na produção de diversos sentidos sociais que podem materializar-se. Isso é o que exemplifica Butler (2018, p. 35):

Não é por acaso que Deus geralmente receba o crédito pelo primeiro ato performativo: “Faça-se a luz”, e então de repente a luz passa a existir. Ou presidentes que declaram guerra e geralmente a veem se materializar como resultado de suas declarações, assim como em geral também os juizes que declaram duas pessoas casadas, sob as condições adequadas, produzem casais casados como resultado de seu enunciado. A questão não é apenas que a linguagem atua, mas que atua de maneira poderosa.

Com isso, a realidade criada pelos efeitos performativos enunciados pelo presidente fez com que em muitas cidades do país suas/seus apoiadoras/es organizassem manifestações (Figura 24) contra as medidas de quarentena, com o objetivo de fazer com que a economia voltasse a se aquecer, colocando a saúde da população em risco. Além disso, recorrentemente as manifestações colocaram em pauta a volta da ditadura, exigindo a extinção do Congresso Nacional. Não é a intenção aqui discutir de forma detalhada as questões sociais e políticas que atravessaram os discursos proferidos pelo presidente, mas entender que não se trata simplesmente de informações mal apuradas ou recortes específicos de um contexto.

Figura 24 – Cartaz convocando a população para as ruas em tempos de pandemia no Brasil



Fonte: Imagem capturada do Facebook no mês de abril de 2020.

Figura 25 – *Meme* fazendo a crítica às manifestações nas ruas



Fonte: Imagem capturada do Facebook no mês de abril de 2020.

Muitos *memes* produzidos no contexto da pandemia alertaram para os perigos dos discursos proferidos pelo presidente. Entendendo que a linguagem é capaz de criar e materializar realidades (BUTLER, 2018), percebe-se a necessidade de questionar a força que as palavras apresentam no fluxo da dinâmica comunicacional. Dado o exposto, um episódio que resultou em grande repercussão na internet ocorreu em Brasília, em frente ao Palácio do Planalto, no discurso matinal proferido por Bolsonaro em abril de 2020, no qual afirmou: “Eu

sou, realmente, a Constituição”⁵⁰. Seu posicionamento viralizou nas redes sociais, não demorando muito para ser comparado com o rei francês Luís XIV, a quem é atribuída a frase “O Estado sou eu”. Enquanto Luís XIV é considerado na história como um símbolo da monarquia absolutista no período compreendido entre 1643 e 1715 (OLIVEIRA, 2009), Jair Bolsonaro, presidente no Brasil desde 2019 sob regime democrático, cuja representação direta dos ideais da população deveria “reinar”, se apropriou da ideia de poder soberano para colocar em prática uma política muito criticada (não somente) durante a pandemia.

Figura 26 - Luís Bolsonaro XIV em tempos de pandemia



Fonte: Imagem capturada do Facebook no mês de abril de 2020.

O *meme* acima, ao substituir o rosto de Luís XIV pelo de Bolsonaro, ressignifica a frase do rei francês para o contexto político brasileiro atual: “A Constituição sou eu”. A presença do médico Drauzio Varella no *meme* é justificada pela sua participação em um quadro do programa de televisão *Fantástico*, apresentado pela Rede Globo, no qual abordou o tema das mulheres trans em presídios brasileiros. Durante a reportagem, Drauzio questiona há quanto tempo uma das detentas não recebia visitas e se emociona ao ouvir dela: “8 anos, 7 anos, bastante tempo...”. Como resposta, o médico diz: “solidão, né, minha filha?”⁵¹. A reportagem viralizou principalmente pela comoção das/os internautas – em posições distintas: contrária e favorável à abordagem da matéria –, e a fala do médico acabou tornando-se uma espécie de bordão que

⁵⁰ Bolsonaro diz que ele é a Constituição. Disponível em: <<https://is.gd/Z33VSd>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

⁵¹ Drauzio Varella em reportagem para o *Fantástico*. Disponível em: <<https://is.gd/1LVV3l>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

sofre ressignificações a todo tempo, conforme evidenciado nos dizeres do *meme*: “Que falta faz uma guilhotina, né, minha filha?”⁵².

Diante dos inúmeros elementos visuais-discursivos presentes nesse *meme*, destaco ainda o uso do termo “guilhotina”, instrumento utilizado para aplicar a pena de morte por decapitação, retomado durante a Revolução Francesa, como no caso de Luís XVI, em nome das necessidades de revolução e da salvação pública (VOVELLE, 2012). Essa forma criativa de produzir uma crítica ao discurso do presidente, abarcando imagens-dizeres frutos de contextos espaço-temporais diversos, revela o quanto os *memes* não são “unidades fechadas em si, mas que vão mudar de sentido ao serem recombinadas e produzir *memes* derivados, num processo de variação sem controle” (BENTES, 2015, p. 12, grifo meu).

De todo modo, em meu percurso cartográfico não pude ignorar a força das redes sociais como espaço de ativismo político. Interessante pensar aqui no quanto as redes sociais mobilizaram usuárias/os de todos os cantos do planeta no período pandêmico e o quanto o conceito de ciberativismo⁵³ é importante nos estudos voltados à análise das experiências sociais de internautas que discutem e colocam em prática estratégias de resistência contra ideologias machistas, sexistas e fascistas (COUTO JUNIOR; VELLOSO; SANTOS, 2020). É pelas tantas vidas precárias não dignas de luto (BUTLER, 2015) que reconheço a necessidade da ampliação das alianças políticas, aumentando a visibilidade das denúncias contra todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação, inclusive os discursos na rede que incitam o ódio às chamadas minorias sociais. Novamente recorro a Butler (2015, p. 53), para quem

essas populações são “perdíveis”, ou podem ser sacrificadas, precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência ilegítima do estado, a fome e as pandemias.

Com os *memes*, percebo a oportunidade de agenciar mobilizações políticas em um contexto que exige enfrentar a descredibilização da ciência em pleno momento de pandemia. O *meme* a seguir é uma crítica às afirmações de Bolsonaro em defesa do uso da hidroxiquina. Embora tenha apontado que não houve ainda a finalização do protocolo de testes, o discurso de

⁵² Na repercussão gerada pela matéria do *Fantástico*, diversos *memes* foram criados em cima da frase de Drauzio nesse processo de ressignificação de sua fala na reportagem. Entre esses *memes*, destacam-se aqueles que condenavam a matéria jornalística por performatizar um novo sentido para uma pessoa presa e que, supostamente, teria cometido um crime. Tal sentido, nessa crítica dos *memes*, buscava um olhar de reconhecimento para uma mulher trans presidiária, invisibilizando assim os crimes que cometeu e o fato de estar presa pagando pelo ato.

⁵³ O conceito de ciberativismo e as suas implicações no cenário político atual serão aprofundados na seção 6.1.

autoconfiança do presidente deposita esperança em um medicamento que, de acordo com ele, pode “entrar para a história como tendo salvo milhares de vidas no Brasil”⁵⁴. Não há dúvida da importância de questionar os efeitos produzidos por discursos que constituem e materializam determinadas realidades (BUTLER, 2018).

A hidroxicloroquina é utilizada no tratamento de malária, artrite, lúpus e reumatismo, entre outras doenças. A divulgação dessa *fake news* em rede nacional tornou-se um perigo, fazendo com que os sujeitos, mesmo aqueles que não apresentavam sintomas da COVID-19, fossem às farmácias comprá-la para automedicação. A gravidade da situação fez com que a própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) enquadrasse a hidroxicloroquina na categoria dos controlados⁵⁵, de modo a impedir a escassez do medicamento para as pessoas que fazem uso dele sob prescrição médica.

Frente ao cenário caótico instaurado pela pandemia, Bolsonaro tornou-se alvo de críticas nas redes sociais, protagonizando *memes* que evidenciam o uso do humor como estratégia comunicativa para explorar elementos socioculturais distintos (SANTOS; COLACIQUE; CARVALHO, 2016). As imagens divulgadas na rede podem ser importantes disparadores de reflexões, permitindo entender um pouco melhor nosso tempo presente. Determinados *memes* fazem parte de um movimento de recordar o passado na medida em que o presente é colocado em debate.

Figura 27 - (Hidroxi)cloroquina, o remédio “salvador” da pátria



Fonte: Imagem capturada do Facebook no mês de abril de 2020.

⁵⁴ Bolsonaro defende o uso de hidroxicloroquina. Disponível em: <<https://is.gd/gHJgLp>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

⁵⁵ Anvisa enquadra hidroxicloroquina e cloroquina na categoria controlada. Disponível em: <<https://is.gd/eRzigX>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

A construção narrativa-imagética do *meme* da “Rainha Louca - Carlota Cloroquina” (Figura 27) aponta uma complexidade de elementos que se cruzam de modo a personificar a figura do presidente. Dona Maria I (1734-1816) ficou popularmente conhecida como “Rainha Louca” devido à sua doença mental. Carlota Joaquina (1775-1830), acionada no *meme* como “Carlota Cloroquina”, apresentava imagem polêmica e caricata, reconhecida pela “vocação para o poder e a ambição desmedida que a levaram a participar de inúmeras conspirações e tentativas de golpe” (GOMES, 2007, p. 71).

Além das duas personagens, a montagem insere o rosto de Bolsonaro   imagem da Rainha de Copas do livro *Alice no País das Maravilhas*. De autoria de Lewis Carroll, o livro apresenta a Rainha como uma personagem marcada por um sentimento de impaciência e com uma postura autoritária que, ao menor sinal de desrespeito, ordena a decapita o. A sanidade mental de Bolsonaro   colocada em debate no *meme*, uma vez que seu discurso fica desalinhado com as recomendações da OMS quando indica o uso da hidroxicloroquina como medicamento “salvador” na cura da COVID-19. Além disso, existem *memes* (Figura 28) que se alinham com as orienta es da OMS e, de forma criativa, mostram a importância de permanecer em casa com o objetivo de evitar o aumento do número de pessoas contaminadas pelo novo coronavírus durante a pandemia.

Figura 28 - Bundanosofá, eficácia cientificamente comprovada em tempos de COVID-19



Fonte: Imagem capturada do Facebook no mês de março de 2020.

Ao acompanhar esse processo de produ o de *memes* na rede, reitero a potência de algumas dessas imagens, cujos dizeres agem como forma de conscientizar a popula o,

ressignificando a propagação de notícias falsas por meio do ativismo político. Seguindo as recomendações da OMS, a embalagem do “Bundanosofá” brinca com a ideia de que seria classificado como o único medicamento com eficácia comprovada na prevenção do novo coronavírus, alertando para a importância de permanecer em casa e desconsiderar a falácia de que “tivemos vírus muito mais graves que não provocaram essa histeria”⁵⁶. Cabe aqui reiterar que não se trata de culpabilizar as redes sociais da internet pela produção e pelo compartilhamento de *fake news*, mas questionar os motivos pelos quais essas notícias são produzidas e quais estratégias devem ser adotadas para colaborar com a ressignificação de certas visões de mundo que acreditam veementemente que tudo que reluz é ouro.

5.2 “Vou morrer, mas não tomo isso!”: os movimentos antivacina *online* no Facebook

No período pandêmico, como já apontado, as recomendações das/os cientistas-pesquisadoras/es para evitar o contágio permaneceram as mesmas, dentre elas o isolamento físico, o uso de máscaras ao sair de casa e a utilização contínua de álcool 70° nas mãos e na higienização de produtos, objetos e superfícies. Nesse contexto, cientistas de todo o mundo trabalharam intensamente e participaram de redes de colaboração internacional, produzindo pesquisas para conter o avanço do coronavírus e colocar fim à crise sanitária instaurada por ele (ALMEIDA, 2020).

No dia 8 de dezembro de 2020, no Reino Unido, iniciou-se um período de esperança após a aprovação da vacina Comirnaty, desenvolvida em parceria pelos laboratórios Pfizer e BioNTech. Margaret Keenan, uma senhora de 90 anos, ganhou o título de primeira pessoa vacinada contra a COVID-19 no mundo⁵⁷. No Brasil, esse momento aconteceu no dia 17 de janeiro de 2021⁵⁸, após a aprovação da vacina CoronaVac, desenvolvida pela farmacêutica Sinovac em parceria com o Instituto Butantan. A primeira brasileira vacinada foi Mônica Calazans, enfermeira da UTI do Instituto de Infectologia Emílio Ribas. Outras vacinas de diferentes laboratórios/farmacêuticas também tiveram aprovação para uso emergencial ou

⁵⁶ Bolsonaro afirma que não entende a histeria em relação ao coronavírus. Disponível em: <https://is.gd/vfikUD>. Acesso em: 14 abr. 2020.

⁵⁷ Reino Unido inicia campanha de vacinação contra a COVID-19. Disponível em: <<https://is.gd/Rqm7oS>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

⁵⁸ Primeira pessoa é vacinada no Brasil contra o coronavírus. Disponível em: <<https://is.gd/Pb4P71>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

tiveram registro definitivo, e diversos países iniciaram oficialmente suas campanhas de vacinação.

Durante o trabalho de campo, apesar do avanço contra a pandemia de COVID-19, foi comum encontrar pessoas na rede que integravam os movimentos antivacina *online*. Acompanhei e participei de algumas interações envolvendo “a emergência de discussões inflamadas, discursos agressivos e ofensivos” (RECUERO, 2013, p. 62). Esses movimentos fizeram (e continuando fazendo) da internet um território fértil para produzir e propagar *fake news* que colocam em risco a vida da população ao questionar aquilo que poderia salvá-la contra o novo coronavírus: as vacinas.

A hesitação vacinal pode ser compreendida como “o atraso em aceitar ou a recusa das vacinas recomendadas quando elas estão disponíveis nos serviços de saúde, sendo um fenômeno que varia ao longo do tempo, do local e dos tipos de vacinas” (SATO, 2018, p. 1). O atraso mencionado por Sato (2018) também é alimentado pelos incontáveis depoimentos de um presidente que minimizou a pandemia no país, questionando o isolamento físico recomendado pelas/os profissionais da saúde (COUTO; COUTO; CRUZ, 2020). Não somente isso: a própria eficácia das vacinas foi colocada em xeque por Jair Bolsonaro, conforme depoimento realizado em dezembro de 2020: “Se você virar um jacaré, é problema de você. [...] Se você virar Super-Homem, se nascer barba em alguma mulher aí, ou algum homem começar a falar fino, eles não têm nada a ver com isso. E, o que é pior, mexer no sistema imunológico das pessoas”⁵⁹. Embora fuja do foco discutir o conteúdo LGBT+fóbico presente nesse e em outros depoimentos do presidente⁶⁰, o que me interessa aqui é destacar seu questionamento sobre a imunização da população brasileira contra o novo coronavírus pela vacina.

Essa comparação que Bolsonaro faz sobre o virar jacaré me remete às proposições de Chagas (2021, p. 177), para quem “o humor de Bolsonaro é discutível e agressivo, mas em grande medida é o seu apelo para o senso comum, que o legitima como um sujeito que diz o que pensa, sem constrangimentos”. Esse movimento de menosprezo à vacina com o uso do humor, por exemplo, ceifou milhares de vida devido a discursos que fazem parte das políticas de morte.

⁵⁹ Declaração do presidente Jair Bolsonaro sobre a vacina contra a COVID-19. Disponível em: <<https://is.gd/ICdhBc>>. Acesso em: 4 jan. 2021.

⁶⁰ Para isso, ver Couto Junior, Velloso e Santos (2020) e Tiburi (2021).

Figura 29 – Qual jacaré você quer ser depois da vacina?

E você? Já decidiu que jacaré vai ser após a vacina? 🐊



Fonte: Imagem capturada do Facebook no mês de março de 2021.

Os movimentos antivacina geram inquietação porque seus efeitos na população brasileira já vêm sendo percebidos nos últimos anos, principalmente com o retorno de doenças que já estavam controladas na sociedade (ALMEIDA, 2020). É o caso do sarampo, doença que havia sido eliminada das Américas em 2016, de acordo com a OMS, e o Brasil detinha até mesmo certificação da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) como país livre da doença. No entanto, apenas dois anos depois, surgiram novos surtos da doença. Segundo dados do Ministério da Saúde disponibilizados no portal da Fiocruz⁶¹, a principal causa foi relacionada à baixa cobertura vacinal, cuja meta era de 95% em 2017, mas correspondeu a apenas 84,9% na primeira dose e 71,5% na segunda. A contraposição à vacina do sarampo não foi o primeiro episódio dos movimentos antivacina no Brasil, e a negação em relação à vacina contra o coronavírus certamente não será a última.

Para isso, entre 2020 e 2021 selecionei comentários de internautas que criticaram o uso da vacina para a imunização contra a COVID-19 embasados em teorias/opiniões que caminhavam na contramão do discurso da ciência. Com o objetivo de conhecer alguns argumentos desses sujeitos que integram os movimentos antivacina no Facebook, utilizei o recurso da lupa para realizar um mapeamento de publicações que faziam uso das seguintes

⁶¹ Sarampo de volta ao mapa. Disponível em: <<https://is.gd/bQ1kC7>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

palavras e expressões: antivacina; vacina não; perigo das vacinas; e vacina mata. Nessa busca, localizei o grupo “Vacinas: o lado obscuro das vacinas”⁶², criado em dezembro de 2014 e que em 2021 apresentava mais de 14 mil membros que alimentavam constantemente as discussões, tanto produzindo e compartilhando informações quanto realizando comentários nas postagens de outros membros.

A figura a seguir apresenta a descrição do grupo, com regras e critérios para aprovação das publicações realizadas pelos membros, esclarecimentos sobre os objetivos do grupo, sinalização sobre o respeito necessário e a recomendação de que as/os usuárias/os que acreditam na vacina devam procurar outros grupos do Facebook.

Figura 30 – Descrição do grupo do Facebook “Vacinas: o lado obscuro das vacinas”

GRUPO ABERTO ! LEIAM ESSA POSTAGEM!

OBS: 1. Postagens em inglês, sem tradução não serão liberadas! Por favor, usem o google tradutor. A demanda é muito grande. Precisamos de vocês ajudando na tradução.

2. Nem todas as postagens serão liberadas por alguns motivos especiais, aonde geralmente admin e moderadores discutem risco e benefício.

3. Uma dica: Tenha paciência, e não ataque alguém que lhe atacou primeiro, me avise, que tenho uma solução pacífica!

4. Este grupo destina-se principalmente para divulgar informações sobre todas as possíveis vacinas e seus conteúdos que podem fazer mal para nosso corpo. A decisão de vacinar, deveria caber aos pais, e não a obrigatoriedade do governo.

5. Se você não está convencido de que as vacinas fazem mal, existe certamente um outro grupo, que poderia servi-lo melhor: Discussões de vacinação somos contra. Paz! ❤️

Fonte: Captura de tela realizada no Facebook em maio de 2021.

Nesse mesmo grupo, percebi outro movimento acontecendo por meio de comentários com o uso da *hashtag* #vacinanao, instigando-me a investigar se ela também era compartilhada

⁶² Grupo do Facebook “Vacinas: o lado obscuro das vacinas”. Disponível em: <<https://is.gd/X5680t>>. Acesso em: 13 maio 2021.

por outros sujeitos para além daquele espaço. Com isso, utilizei a lupa de busca do Facebook para localizar possíveis usos da *hashtag* #vacinacao e identifiquei postagens e comentários sobre a forma como a vacina contra a COVID-19 era percebida por aquelas/es que integram os movimentos antivacina *online*. Diante da quantidade de postagens, adotei dois critérios para auxiliar na seleção dos comentários a serem analisados. O primeiro deles deu-se em razão da recorrência, ou seja, argumentos que foram reiterados diversas vezes por pessoas distintas. Além dele, busquei trazer para o texto comentários que pudessem fornecer um panorama sobre a forma como as/os internautas posicionaram-se diante da recusa em reconhecer a eficácia da vacina contra o novo coronavírus. Isso significa que selecionei postagens a partir do que Santaella (2018), no contexto da (des)informação *online*, denomina de conteúdos baseados em *crenças infundadas e teorias da conspiração*.

Diante do cenário pandêmico, foi preocupante perceber o constante questionamento à credibilidade dos trabalhos e pesquisas produzidos, não raramente encarados como opiniões (SILVA JUNIOR; COUTO JUNIOR; RODRIGUES, 2020); isso apontou nitidamente para uma verdadeira guerra discursiva envolvendo disputas acirradas que buscam (des)qualificar determinados conhecimentos. Conforme destaca Santaella (2019b, p. 10, grifos da autora), “como se não bastasse, as crenças são tão cegas que chegam a devolver com rótulos de *fake news* notícias sadicamente filtradas como verdadeiras”.

Um dos fatores percebidos é a falta de confiança no método científico, que pode ser justificada pelas proposições de Pôrto e Pontes (2003, p. 729). De acordo com os autores, a vacina é “um objeto de difícil apreensão, constituindo-se, na realidade, em um fenômeno de grande complexidade em que se associam e se entrecrocavam crenças e concepções políticas, científicas e culturais as mais variadas”. Considerando a difícil apreensão, a produção e a disseminação das *fake news* impulsionaram a constituição de inúmeros movimentos em plena pandemia.

Comentários como o da Figura 31 foram comuns em meu percurso cartográfico na rede e expõem algumas das motivações para a não aceitação da vacina.

Figura 31 – Internauta desacredita da vacina contra a COVID-19

Poderiam marcar as pessoas vacinadas e respeitarem as que não querem vacinar e observar com o passar do tempo, qual grupo irá ficar doente ou apresentar sintomas graves ou morrer primeiro. Só assim pra todos acreditarem no mal da vacina.

Fonte: Comentário capturado no Facebook em março de 2021.

Um dos principais argumentos utilizados é a presença de sintomas, efeitos colaterais e/ou possíveis riscos à saúde após a aplicação do imunizante. Sobre esse aspecto, concordo com Sato (2018, p. 7), que afirma que “a interpretação do risco da vacina não é baseada na avaliação racional das evidências, mas sim na sensação de incertezas e ambiguidades que permanecem mesmo frente a evidências empíricas”. Em meio a incertezas e ambiguidades, reforço que o risco da exposição ao SARS-CoV-2 acaba sendo ainda mais grave por tratar-se de um vírus facilmente transmissível e que colocou milhões de brasileiras/os sob cuidado constante dos familiares e profissionais da saúde, principalmente durante os dois primeiros anos da pandemia.

Tendo em conta esse argumento, questiono o quanto ele pode, ainda, ser considerado frágil ao compará-lo com o amplo uso de medicamentos pela população brasileira, principalmente daqueles que são isentos de prescrição ou receita médica para tratar males/sintomas tidos como menores, como dores de cabeça. Partindo do pressuposto de que todos os medicamentos comercializados nas farmácias são acompanhados pela bula do fabricante com diversas informações, assim como as advertências e precauções, me inquietou a contradição presente naquelas/es que assumiram os riscos à saúde que podem ser provocados pelos medicamentos, mas que não aceitaram a ideia de serem imunizadas/os contra a COVID-19 pelo mesmo motivo.

Outro fator defendido pelo internauta no comentário da Figura 31 foi o respeito para com as/os que decidirem não se imunizar. Destaco a ameaça dessa proposição para a população ao compreender que a vacina não é apenas de uma proteção individual, mas uma proteção social. Ponto que o discurso presente no comentário não pode ser configurado como um caso isolado, principalmente considerando a disseminação de informações sem comprometimento científico. Nesse contexto, não haveria como não mencionar a afirmação do próprio presidente da República ao dar entrevista a uma emissora de televisão: “Eu não vou tomar vacina e ponto final. Minha vida está em risco? O problema é meu”⁶³. O presidente enxerga a vacina como uma decisão individual, diretamente relacionada à ideia de liberdade. No mesmo discurso em que supõe que quem se vacinar irá se transformar em jacaré, ele afirma:

Nós estamos mexendo com vidas, cadê nossa liberdade? Que a gente fala tanto em liberdade? E outra coisa, quem não quiser tomar vacina, se porventura ele contrair lá na frente, se for comprovadamente eficaz lá na frente, porque a gente não sabe ainda, a responsabilidade é dele, não podemos obrigar aqui, nós vivemos numa democracia⁶⁴.

⁶³ O presidente declara que não irá tomar a vacina contra a COVID-19. Disponível em: <<https://is.gd/R7CB6T>>. Acesso em: 7 mar. 2021.

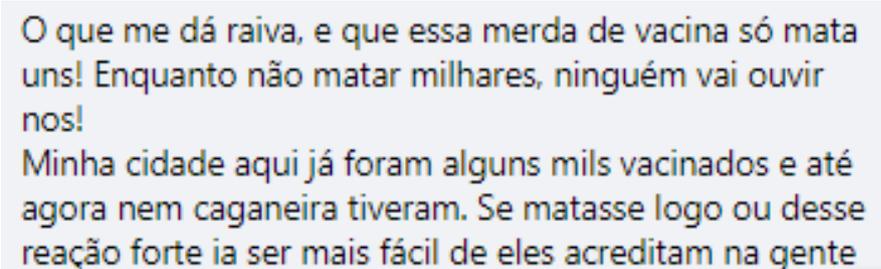
⁶⁴ Discurso do presidente na íntegra. Disponível em: <<https://is.gd/mlIEJj>>. Acesso em: 6 maio 2021.

A liberdade constitui um dos elementos centrais dos Direitos e Garantias Fundamentais mencionados na Constituição Brasileira, conforme já discutido⁶⁵; no entanto, questiono o seu acionamento para justificar um discurso que prejudicou o trabalho das/os profissionais da saúde e, conseqüentemente, colocou em risco a saúde da população. O perigo de declarações como essa é explicitado por Almeida (2020) quando retrata que uma parcela considerável das/os apoiadoras/es do presidente reproduziu os seus argumentos, desconsiderando as orientações da OMS e as evidências científicas.

Justifico ainda a problemática dessas informações/declarações com base no que as/os cientistas chamam de “imunização de rebanho” ou “proteção de rebanho”. Ou seja, algumas pessoas são protegidas indiretamente com a vacinação de outras. Outro ponto importante diz respeito ao controle da propagação da doença no país, que só pode ser garantido quando há um número considerável de pessoas vacinadas.

Na Figura 32, outro comentário postado no Facebook em 2021 merece destaque. A internauta mostra-se indignada, inferindo que apenas algumas pessoas vacinadas estão morrendo.

Figura 32 – Contradições nos discursos



O que me dá raiva, e que essa merda de vacina só mata uns! Enquanto não matar milhares, ninguém vai ouvir nos!
Minha cidade aqui já foram alguns mils vacinados e até agora nem caganeira tiveram. Se matasse logo ou desse reação forte ia ser mais fácil de eles acreditam na gente

Fonte: Comentário capturado no Facebook em março de 2021.

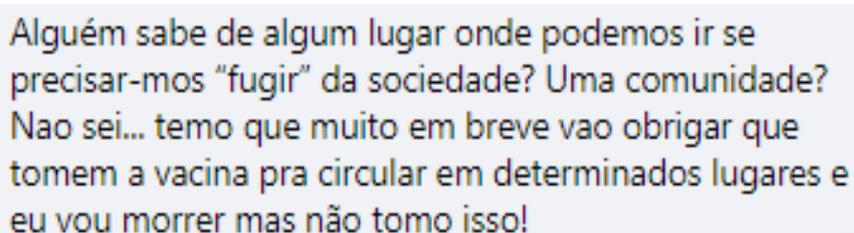
Além disso, ela ressalta que milhares de pessoas vacinadas em sua cidade não tiveram reação ao imunizante. Percebi, com essa afirmação, uma contradição a respeito da vacina contra a COVID-19, pois a internauta afirma que há o perigo mortal da vacina para quem decidir se imunizar; no entanto, segundo ela, quem foi imunizado na sua redondeza está sem sintomas. Essa avalanche de desinformação produzida e disseminada na rede configura-se também como uma “guerra de sentimentos” (ALMEIDA; SANTOS, 2020a), caracterizada por uma forma um tanto intransigente de ver e entender o mundo. Diante disso, questiono: como uma notícia falsa continua sendo disseminada com tanta veemência por uma pessoa, mesmo tendo sido

⁶⁵ Discussão realizada na seção 1.2 “Não dá mais”: do tema ao problema.

comprovado empiricamente que as vacinas para a COVID-19 são seguras para a população e eficazes contra o novo coronavírus? Além da descrença nas pesquisas, muitas/os duvidam até mesmo de suas percepções cotidianas quando argumentam que “se [a vacina] matasse logo ou se desse reação forte ia ser mais fácil de eles acreditam (sic) na gente”. Em outras palavras, anseiam mais pelas reações fortes e pelas mortes que supostamente são provocadas pelas vacinas do que pela expectativa de sucesso na imunização, o que romperia sua lógica antivacina.

As/os adeptas/os aos movimentos antivacina *online*, conforme a Figura 33, questionam ainda a existência de algum local a que possam recorrer para “fugir da sociedade”, para uma espécie de comunidade antivacina.

Figura 33 – Quando a morte parece melhor que a imunização



Alguém sabe de algum lugar onde podemos ir se precisar-mos “fugir” da sociedade? Uma comunidade? Nao sei... temo que muito em breve vao obrigar que tomem a vacina pra circular em determinados lugares e eu vou morrer mas não tomo isso!

Fonte: Comentário capturado no Facebook em março de 2021.

Esse argumento é construído com base na suposição de que a vacina poderia tornar-se obrigatória para que as pessoas tenham autorização para circular em determinados locais. O medo da vacina chega ao ponto de fazer com que queiram sair dos locais onde vivem, trabalham e constituem suas relações sociais. Além disso, ficou evidente para a internauta que a preocupação com os eventuais efeitos da vacina no organismo é maior do que a própria doença causada pelo novo coronavírus. Isso demonstra o quanto os movimentos antivacina não negam apenas os benefícios da vacina nas pessoas, mas os próprios estudos científicos que permitiram desenvolver o imunizante contra a COVID-19. Se entendo que os estudos estão constantemente aprimorando-se e que cientistas de todo o mundo estão permanentemente em contato entre si graças ao potencial comunicacional da rede mundial de computadores, é interessante perceber a contradição entre os discursos antivacina, que pouco mudaram mesmo com o exponencial avanço das pesquisas no campo da Saúde nas últimas décadas.

Diante do exposto, não posso negar as proposições de Almeida (2020) sobre a ideia de que especialistas divulgam diariamente novos estudos sobre o novo coronavírus e isso pode gerar dificuldade na apreensão por parte da população, principalmente quando esses mesmos dados passam a ser reconfigurados ou atualizados com o tempo. No entanto, é preciso reconhecer que o conhecimento científico sobre o novo coronavírus foi produzido exatamente

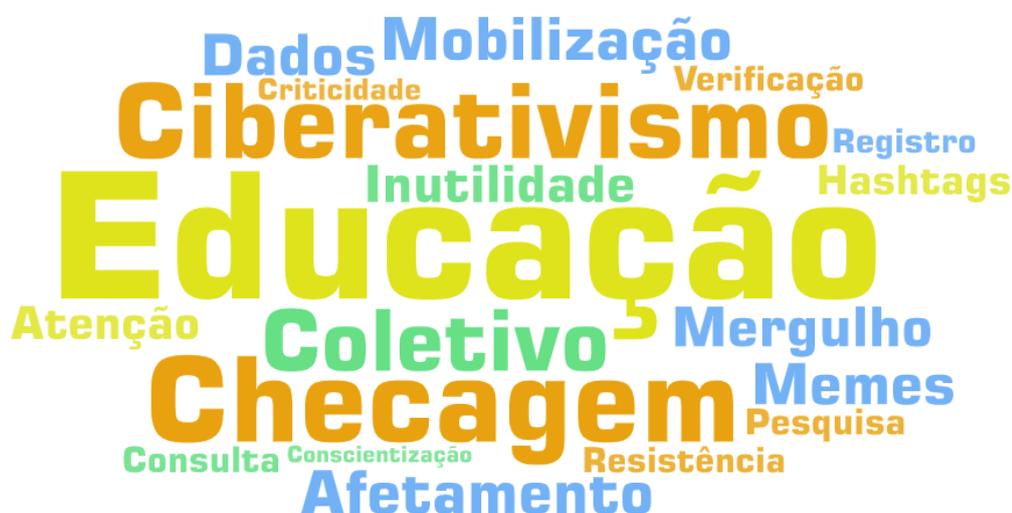
enquanto a COVID-19 se alastrava pelo mundo. Não existe estabilização das certezas; pelo contrário, as/os pesquisadoras/es do campo da Saúde têm muito trabalho pela frente para conhecer os impactos do SARS-CoV-2 no corpo humano.

Com base nas análises, é notório o apelo discursivo dos pronunciamentos governamentais que incitam os movimentos antivacina *online*. Esses movimentos fortalecem seus argumentos com *fake news*, produzindo e disseminando inverdades que se propagam pela população em diversos grupos. Em tempos de pandemia, não pude ignorar o quanto o país vem sofrendo “com as *fake news*, com o descaso para com as instituições, com o orgulho ignorante contra visões fundamentalistas na ciência, com o desprezo pelos fatos (pós-verdade), com a manipulação de sentimentos em redes sociais” (LEMOS, 2021a, p. 34, grifos do autor) envolvendo diferentes plataformas e dispositivos. Com isso em mente, argumento quanto à importância de maior investimento no campo da Educação, auxiliando na construção de uma educação em/na rede para atuar na linha de frente contra as *fake news*.

6 APOSTANDO EM UMA EDUCAÇÃO EM/NA REDE NO COMBATE ÀS *FAKE NEWS*: ALGUMAS PISTAS

Com base nas discussões tecidas até o momento, não poderia encerrar o trabalho de pesquisa senão apostando na escrita de um capítulo voltado para discutir sobre a importância de uma educação/na rede no combate às *fake news* e ao fenômeno da pós-verdade. Para isso, trago abaixo uma imagem constituída por um conjunto de palavras que me ajudam a sistematizar e a traduzir minha trajetória investigativa (única e singular!) experienciada durante meu percurso cartográfico na rede. Essa imagem pode fornecer pistas sobre como podemos pensar na construção de uma educação em/na rede; essa educação é uma aposta, não pode simplesmente ser “aplicada” em sala de aula e não existe receituário para sua implementação.

Figura 34 – Pistas para uma educação em/na rede contra as *fake news*



Fonte: A autora, 2022.

No que se refere às palavras da figura acima, meu objetivo foi trazê-las agrupadas, em um emaranhado, entendendo que a educação se faz presente por meio de um conjunto de práticas que são fortalecidas quando pensadas juntas. Essa nuvem de palavras organiza as discussões realizadas no capítulo 6, a saber: 1) o exercício da checagem de informações; 2) a importância do movimento ciberativista como prática de resistência; 3) o uso de *memes* e *hashtags* como estratégia de conscientização coletiva; 4) a aposta por uma *educação inútil* (RIBEIRO; SKLIAR, 2021) em tempos de pandemia.

6.1 Das redes para as ruas e das ruas para as redes: o movimento ciberativista como estratégia de resistência à desinformação

Por defender o poder da educação e da informação, analisei um importante movimento orquestrado nas redes sociais digitais, que me ajudou a pensar em alguns caminhos possíveis na luta contra à desinformação. Durante o trabalho de campo, percebi o quanto as/os internautas estiveram implicadas/os no questionamento do cenário político brasileiro contemporâneo, mobilizando outras pessoas em/na rede com a intenção de ampliar as vozes e fortalecer as práticas ciberativistas. O ciberativismo constitui “um conjunto de práticas em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais, realizadas nas redes” (SILVEIRA, 2010, p. 31). Em outras palavras, o ciberativismo se traduz como “a capacidade de participação política através da mediação do diálogo em rede, proporcionando o envolvimento de muitos internautas, geograficamente dispersos, em torno de práticas sociais de interesse comum” (COUTO JUNIOR; OSWALD, 2017, p. 163). Tais práticas podem ocorrer por meio da produção e do compartilhamento de *memes*, comentários e *hashtags*, evidenciando as diferentes estratégias utilizadas pelas/os internautas na mobilização coletiva.

Nesse movimento, cabe pensar a cibercultura para além de um conjunto de técnicas, mas como uma forma de entender que sujeitos geograficamente dispersos encontram-se interconectados e manifestam suas subjetividades, particularidades e emoções (BONILLA, 2002). Essas manifestações políticas na rede se fazem necessárias, principalmente diante da quantidade de *fake news* disseminadas durante a pandemia do novo coronavírus e que dificultaram o trabalho das/os profissionais da saúde e de outras áreas que insistiam na luta pela defesa da ciência. As redes, como espaço de luta e resistência, “configuram-se como importantes canais de informação e comunicação, mas também, como canais de circulação e criação significativa de debates entre as/os internautas de todos os cantos do país sobre os mais variados temas” (COUTO JUNIOR; VELLOSO; SANTOS, 2020, p. 93).

A rede, portanto, pode se configurar como um importante espaço em que o engajamento político entre sujeitos geograficamente dispersos é possível. O uso de dispositivos conectados à internet permite que todo acontecimento seja registrado e compartilhado nas redes sociais, fomentando interações e trocas (SOUZA; COUTO; BONILLA, 2018). Sob essa perspectiva, não poderia deixar de trazer para a pesquisa minhas impressões sobre dois episódios que ocorreram no final de 2021 e que repercutiram nas redes. O primeiro deles foi uma mobilização coletiva contra o negacionismo em resposta à visita de Bolsonaro a Nova Iorque (EUA) para participar da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de

2021. Devido às restrições sanitárias provocadas pela pandemia de COVID-19, somente as pessoas com o esquema vacinal completo foram autorizadas a frequentar os estabelecimentos fechados da cidade, como restaurantes, cinemas, academia e teatros. Devido a esse quadro, Bolsonaro e vários integrantes da sua comitiva, assim como ministros do seu governo, foram flagrados comendo pizza em pé, na calçada de um restaurante. Conforme registrado em diversos momentos da pandemia, Bolsonaro afirmou que não se imunizou contra a doença, sendo, inclusive, o único com postura negacionista⁶⁶ entre os líderes das maiores economias do mundo (G20) que estavam presentes na Assembleia Geral.

Figura 35 – Bolsonaro e sua comitiva comendo pizza na calçada de Nova Iorque



Fonte: Captura de tela realizada no Facebook em setembro de 2021.

O registro do episódio teve alcance internacional, manchando ainda mais a imagem do Brasil, que durante as ondas da pandemia esteve entre os principais países mais atingidos tanto no número de infecções como no de óbitos. A presença de Bolsonaro em Nova Iorque repercutiu também nas redes, com um *tweet* publicado pelo prefeito da cidade, Bill de Blasio, que marcou o presidente brasileiro para indicar em quais locais ele poderia ter acesso gratuito à vacinação contra o novo coronavírus (Figura 36). Diversas mensagens foram enviadas por rede social pelo prefeito de Nova Iorque para Bolsonaro⁶⁷, e apelavam para a necessidade da vacinação. Algumas dessas mensagens foram: “Mande seu marido se vacinar também para que ele deixe

⁶⁶ Bolsonaro diz que não irá se imunizar contra a COVID-19 para estar presente na Assembleia Geral da ONU. Disponível em: <<https://is.gd/ES723g>>. Acesso em: 04 jan. 2022.

⁶⁷ *Twitter* do prefeito de Nova York, Bill de Blasio. Disponível em: <<https://is.gd/1KLZAY>>.

de ser um perigo para outras pessoas”⁶⁸, direcionado a Michele Bolsonaro, que se vacinou em sua estadia na cidade; “Não seja um Jair Bolsonaro, seja como Harry e Meghan. Vacine-se”⁶⁹, quando elegeram em quais líderes mundiais a população deveria se inspirar para garantir a imunização.

Figura 36 – Prefeito de Nova Iorque divulga *link* de vacinação para Bolsonaro



Fonte: Imagem capturada no Twitter em setembro de 2021.

Diante de tais acontecimentos, percebi a movimentação política nas redes como forma de indignação e repúdio. Esse movimento pode ser percebido com base no que Fernandes e Santos (2020, p. 4) discutem sobre as formas de atuação social e política em tempos de cibercultura, argumentando que “não há fronteiras geográficas nem espaciais para as experiências e criações de narrativas individuais e coletivas”. Bolsonaro e sua comitiva foram comparados a ratos, por meio do questionamento “o que é o que é: come pizza nas ruas, entra pelos fundos⁷⁰ e transmite doença?”. Essa comparação do presidente com os ratos virou alvo de *memes* e refletiu o descontentamento da população pela forma como Bolsonaro agiu no cenário pandêmico. Nesse sentido, trago abaixo uma das expressões de humor produzidas e compartilhadas por internautas que questionaram o desempenho do presidente brasileiro durante sua ida à Assembleia Geral da ONU.

⁶⁸ Tweet original: “Send your husband to get vaccinated too so he can stop being a danger to others”. Disponível em: <<https://is.gd/DA4G7V>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

⁶⁹ Tweet original: “Don’t be a @jairbolsonaro, be a #HarryAndMeghan. Get vaccinated”. Disponível em: <<https://is.gd/PM9H7t>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

⁷⁰ Bolsonaro entra pela porta dos fundos do hotel devido à manifestação contrária ao seu governo que ocorria na entrada. Disponível em: <<https://is.gd/X2DNoj>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

Figura 37 – Bolsonaro e sua comitiva sendo comparados a um rato

O que é o que é: come pizza nas ruas, entra pelos fundos e transmite doença. Acertou quem disse comitiva do Bolsonaro na Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque. #ONU #UNGA #Bolsonaro #NY #Covid19 #Pizza #Bolsonarovergonhamundial



Fonte: Captura de tela realizada no Twitter em dezembro de 2021.

Considero importante trazer para o debate a repercussão de um movimento contra as ações de Bolsonaro que não ficou restrito ao espaço das redes sociais digitais, mas se ampliou para as ruas. Sob essa perspectiva, parto do pressuposto de que “a internet é o tecido das nossas vidas” (CASTELLS, 2003, p. 7) e retomo o pensamento que iniciei na seção de cibercultura⁷¹ sobre a indissociabilidade do *online* e *offline*. Dito isso, a rede tem o potencial de promover a organização de práticas ciberativistas, fazendo do Facebook, do Instagram e do Twitter importantes espaços de encontro entre internautas que se organizam para ir às ruas questionar as ações governamentais em tempos de pandemia. Conforme defendem Pretto e Pinto (2006, p. 19), “não podemos continuar a pensar que as redes se instalam sobre espaços vazios [...] [,] não podemos nos contentar com simples apropriações dessas tecnologias, como se elas fossem, por si sós, capazes de reverter situações”. A presença de sujeitos na rede faz com que o ciberespaço seja um aliado importante na constituição de práticas de resistência voltadas para o questionamento da (necro)política.

Percebo, então, como o fenômeno ciberativista emerge com as dinâmicas comunicacionais *online*, com a internet inaugurando uma nova era para os movimentos sociais,

⁷¹ Para isso, ver seção 2.1 “Cibercultura: produzindo e compartilhando em/na rede”.

permitindo que pessoas de todo mundo convoquem, divulguem e acompanhem em tempo real o que está acontecendo nas ruas (QUEIROZ, 2017). Com isso, não podemos

ignorar a força dos movimentos espontâneos em rede, cujos efeitos antes não eram possíveis em uma sociedade de massa. As próprias práticas do ciberativismo comprovam a força dos meios digitais para a articulação, mobilização e ações políticas (PRIMO, 2013, p. 17).

Sob essa perspectiva, trouxe para a pesquisa minha participação em duas manifestações orquestradas no ciberespaço e que ganharam também espaço de mobilização política nas ruas. Embora a pesquisa de campo tivesse privilegiado o espaço das redes, não pude ignorar, em meu percurso cartográfico, o desejo de ir para as ruas diante da oportunidade que surgiu. Na pesquisa cartográfica, “falamos de uma carta de intenções, um desejo de pesquisar de um determinado modo que pode (e deve) refazer-se no decorrer da mesma, realizando dobras que nunca cessam” (RAMOS, PEDRINI E RODRIGUES, 2020, p. 147 e 148). Ir às ruas em tempos de pandemia significou conhecer outros pontos de vista, perceber como o espaço público foi habitado e como os sujeitos produziram sentidos sobre a política praticada no país.

A minha primeira ida foi na manifestação ocorrida na Avenida Paulista, região central da cidade de São Paulo, no dia 01 de agosto de 2021. Minha participação não foi programada, o que se constituiu como uma oportunidade investigativa da ordem do acontecimento, principalmente considerando que o percurso cartográfico é “construído no próprio processo de pesquisa” (ALVAREZ; PASSOS; 2009, p. 135). Estava em viagem pela cidade e, ao retornar para o hotel, ouvi o hino nacional brasileiro, despertando-me curiosidade. Sobre esse princípio da atenção, Kastrup (2019, p. 105) ressalta que é preciso praticar para que se possa aprender, entendendo que “a atenção se abre e deixa que cheguem as forças da matéria. Trata-se de um contato aberto e interrogativo. Olha! Sente!”. Apesar da insegurança não somente em relação à exposição ao vírus, mas com a presença em massa de sujeitos que defendem pautas que se distanciam das que eu venho defendendo, não pude ignorar os possíveis achados e inquietações que este evento despertaria em mim como pesquisadora/cidadã.

O ciberativismo, conforme defende Queiroz (2017), provoca o empoderamento de grupos que visam reivindicar direitos e, nesta manifestação, a principal pauta era a defesa do voto impresso, alimentada pelos discursos de Bolsonaro ao alegar que as urnas eletrônicas apresentam problemas, mesmo sem provas⁷². Essa alegação foi julgada posteriormente como

⁷² Bolsonaro alega fraude nas urnas eletrônicas. Disponível em <<https://is.gd/oKVbuk>>. Acesso em: 4 jan. 2021.

inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A manifestação contou com a presença massiva de sujeitos que, em sua maioria, estavam utilizando roupas das cores da bandeira brasileira, carregando a própria bandeira ou fazendo uso de roupas camufladas, exaltando o nacionalismo e reforçando o desejo pela reeleição de Bolsonaro em 2022.

Figura 38 – Manifestantes pró-Bolsonaro em São Paulo



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Outra imagem bastante representativa desta manifestação, que incide diretamente sobre os meus interesses de pesquisa, trata-se da junção de bandeiras do Brasil com as placas indicando “NÃO SOMOS COBAIAS” e “SOMOS BOLSONARO”. O uso do termo cobaia ficou popularmente conhecido para indicar aquelas/es que acreditam na imunização via vacinas para a proteção contra a COVID-19. Parte das/os apoiadoras/es de Bolsonaro, portanto, defendem que não são cobaias, ou seja, não são objetos de testes e/ou experiências. Apesar dos diversos estudos científicos que comprovam a eficácia da vacina, a aplicação em escala global e a queda do número de óbitos após a campanha de imunização, muitas/os continuam desacreditando do poder da vacina, realizando campanha contra a sua utilização. Parte das justificativas se dão pelo tempo em que o imunizante foi desenvolvido e aprovado. No entanto, em um mundo globalizado, o compartilhamento de informações relevantes entre as/os cientistas se tornou fundamental (HARARI, 2020) para que pudessem produzir uma vacina capaz de reduzir as chances de internação e de óbito, no menor tempo possível.

Nesse sentido, aposto em uma educação em/na rede para priorizar informações respaldadas pela ciência, assim como nas/os especialistas; uma educação que seja capaz de ampliar o debate acerca das teorias sem fundamentos ou, ainda, políticos que tenham intenções escusas (HARARI, 2020). Cabe ressaltar que a proposição “SOMOS BOLSONARO” caminha

de encontro à escolha realizada pelo presidente brasileiro pela não imunização. Ele acaba se tornando uma referência para suas/seus apoiadoras/es e influenciando na tomada de decisões, tal como a vacinação. Como seria possível desconstituir essa e outras proposições, dando maior visibilidade sobre a importância das vacinas e sobre os perigos do negacionismo?

Figura 39 – Não somos cobaias, somos Bolsonaro



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Frente a esse cenário, embora os tablets e celulares viabilizem o fenômeno da pós-verdade com a avalanche de desinformação, esses dispositivos também podem ser utilizados na construção de uma aprendizagem colaborativa voltada para questionar o que é produzido em/na rede (ALMEIDA; SANTOS, 2020b). Isso porque “uma técnica não é boa, nem má (isto depende dos contextos, dos usos e dos pontos de vista), tampouco neutra (já que é condicionante ou restritiva, já que de um lado abre e de outro fecha o espectro de possibilidades) [o que nos impõe a necessidade de] situar as irreversibilidades às quais um de seus usos nos levaria” (LÉVY, 2020, p. 26). Ou seja, é necessário retomar a ideia de que, por trás de um dispositivo conectado à rede, existe um sujeito de carne e osso que produz e compartilha informações. Apostar em uma educação em/na rede é reconhecer o ciberespaço como um espaço de (intensas) disputas políticas e, conseqüentemente, entender o importante papel das/os internautas na luta por mudanças sociais.

Também estive na manifestação contrária ao governo Bolsonaro no dia 07 de setembro de 2021, que ocorreu na Avenida Presidente Vargas, região central da cidade do Rio de Janeiro. Por ter sido no Dia da Independência do Brasil, aconteciam ao mesmo tempo manifestações na Zona Sul do Rio de Janeiro, a favor de Bolsonaro. No metrô, a caminho, observei que grande parte dos vagões eram ocupados por apoiadoras/es do atual governo, gerando-me preocupação, por ser minoria. Apesar disso, não pude ignorar que fazer parte da manifestação contrária me pareceu um sopro de esperança em meio a dias tão ruins e a tantas vidas ceifadas pela ineficiência de políticas públicas no enfrentamento à pandemia de COVID-19.

Figura 40 – Manifestantes contra Bolsonaro no Rio de Janeiro



Fonte: Acervo da autora, 2021.

No ato contrário ao governo, as principais pautas levantadas estavam atreladas às políticas de morte, como a necessidade por mais vacinas, o grave cenário de desemprego que atingiu grande parte das/os brasileiras/os e a fome gerada pelo aumento dos preços dos alimentos. Sobre esse último ponto, uma parte da população precisou recorrer a restos de carnes e ossos⁷³ antes descartados por supermercados.

Na imagem abaixo, “NUNCA FOI POR VACINA SEMPRE FOI POR PROPINA #FORABOLSONARO GENOCIDA”, temos uma resposta de enfrentamento pelos sujeitos diante do escândalo envolvendo a negociação da aquisição de doses de vacina pelo governo Bolsonaro. Conforme apresentado anteriormente, houve a denúncia de que o ex-diretor do Ministério da Saúde, Roberto Dias, havia solicitado propina no valor de US\$ 1 dólar por dose

⁷³ Caminhão dos ossos é disputado no Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://is.gd/NCGE4i>>. Acesso em: 6 jan. 2022.

de AstraZeneca. Desse modo, por meio de gritos, bandeiras e cartazes, manifestantes desejavam a saída de Jair Bolsonaro da presidência. A intenção era escancarar as políticas de morte praticadas pelo governo que, no lugar de garantir a ampla vacinação para as/os brasileiras/os, fizeram da pandemia um “grande negócio”.

Figura 41 – Sempre foi por propina



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Os movimentos ciberativistas do século XXI vêm fazendo da rede um espaço importante de mobilização/organização, com grande repercussão também nas ruas, aspecto que evidencia a relação indissociável entre os espaços eletrônicos e os espaços físicos. Conforme aponta Pretto (2013, p. 73), os movimentos ciberativistas estão mobilizando “o mundo em defesa das liberdades e estão pautando as discussões contemporâneas, trazendo profundas reflexões – e modificações – no comportamento de jovens e adultos e, quiçá, de políticos e governantes”. Ou seja, há uma expectativa de mudança a partir das mobilizações que são realizadas nas ruas, por meio do questionamento do que vem sendo praticado, principalmente no contexto político e social. Dessa forma, esses atos vêm se constituindo como importantes movimentos de transformação do cenário brasileiro.

6.2 A emergência do exercício da checagem no combate à desinformação

Além do ciberativismo e das práticas de resistência nas ruas, considero fundamental discutir a quantidade de notícias falsas compartilhadas na rede a todo momento. Em uma

ocasião, o Facebook e o Instagram derrubaram mais de 1 milhão de comentários, postagens e *stories* de internautas brasileiras/os que estavam publicando conteúdo de desinformação sobre a COVID-19⁷⁴. Em outra ocasião, o *streaming* de música mais popular do mundo, o Spotify, disse já ter removido mais de 20 mil *podcasts* que espalhavam *fake news*, ou seja, informações que estavam desalinhadas com as orientações da OMS, principalmente após algumas/alguns artistas declararem boicote por esse motivo⁷⁵. Diante desses fenômenos, faz-se urgente exercitarmos a prática do *fact checking*, ou checagem. Essa prática pode ser realizada de diferentes formas, tanto por sujeitos que praticam em seu dia a dia o exercício da verificação dos conteúdos que recebem/compartilham, como também por empresas e/ou agências especializadas que dedicam seus esforços no combate à desinformação.

O *fact checking* é entendido como uma forma de resistir às *fake news* por meio de ações, “dentre as quais aquelas orientadas para a educação nas redes sociais, que consideram, especialmente, a checagem da veracidade das informações e o emprego crítico das mensagens compartilhadas” (MESQUITA; SANTANA; SILVA; SANTOS, 2020, p. 414). O exercício da checagem é imprescindível para se pensar em uma educação em/na rede, especialmente porque existe um universo de informações *online* que são produzidas e compartilhadas a todo momento e que requer nossa capacidade de busca e de filtro sob uma visão crítica.

De acordo com Santos e Santos (2012, p. 161), “é no ciberespaço e especificamente nos ambientes virtuais de aprendizagem que saberes são produzidos pela cibercultura, principalmente no que se refere a aprender com o outro e em conjunto, criando uma rede de aprendizagem em um ambiente aberto, plástico, fluido, atemporal e ininterrupto”. Diante disso, considero importante reconhecer a necessidade de se colocar em prática um olhar atento sobre as informações produzidas e compartilhadas na rede. Nesse sentido, busco nesta seção realizar uma análise do papel das principais agências de checagem; essa análise pode contribuir para pensar sobre como o campo da Educação pode enfrentar a pandemia de desinformação.

Para isso, destaco o Código de Princípios da International Fact-Checking Network (IFCN), criado em 2016, durante o *Global Fact 3*, evento que reúne agências de checagem de todo o mundo. O código destaca um conjunto de diretrizes éticas que devem guiar as/os checadoras/es ao verificarem as informações, conteúdos e notícias: 1) Compromisso com o

⁷⁴ Facebook e Instagram derrubam mais de 1 milhão de postagens de desinformação sobre a COVID-19. Disponível em: <<https://is.gd/SRZ6Se>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

⁷⁵ Spotify remove mais de 20 mil podcasts devido à desinformação contra o novo coronavírus. Disponível em: <<https://is.gd/DbGUBA>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

apartidarismo e a justiça; 2) Compromisso com a transparência das fontes; 3) Compromisso com a transparência ao financiamento e à organização; 4) Compromisso com os padrões e transparência da metodologia; 5) Compromisso com uma política de correção aberta e honesta. Ainda sobre a IFCN, de acordo com Almeida e Santos (2020b, p. 8 e 9), sua atuação:

se estende ao monitoramento de tendências, formatos e elaboração de políticas sobre verificação de fatos em todo o mundo; ajuda a consolidar posições comuns entre os verificadores de fatos do mundo; promove padrões básicos por meio do código de princípios e projetos dos verificadores de fatos para rastrear o impacto da verificação de fatos; financia diversas iniciativas de inovação em verificação de fatos através de um programa de financiamento coletivo; convoca verificadores de fatos em uma conferência anual (Fato Global) e promove esforços colaborativos na verificação de fatos internacionais, fornecendo treinamento presencial e online em busca de defender e promover mais verificação de fatos, inclusive por meio de um dia internacional anual de verificação de fatos.

No Brasil, apenas três agências de verificação possuem o selo ativo de membro verificado da IFCN: a Agência Lupa, o Estadão Verifica e o *site* Aos Fatos. A Agência Lupa é a primeira agência especializada em *fact checking* do Brasil, fundada em 2015. Em uma matéria intitulada “Como a Lupa faz suas checagens?”, encontram-se algumas pistas fundamentais para a reflexão, assim como os três critérios de relevância para que uma notícia seja verificada: “preferência a afirmações feitas por personalidades de destaque nacional, a assuntos de interesse público (que afetem o maior número de pessoas possível) e/ou que tenham ganhado destaque na imprensa ou na internet recentemente”. Dessa forma, há uma preocupação, como eles apontam, com “quem fala”, “o que fala” e “que barulho faz”. Com isso, não há como desconsiderar a importância desses três pontos, principalmente ao cartografar algumas falas de representantes do governo em tempos de pandemia, quando os critérios adotados funcionam de forma precisa. Interessa, de fato, não somente a informação que foi disseminada, mas o/a seu/sua autor/a e o alcance obtido, entendendo que quanto maior for o número de sujeitos que tiverem contato, maior será a propagação da (des)informação.

Após a seleção do conteúdo, a Lupa realiza uma busca por todas as informações que já foram produzidas e publicadas sobre aquele conteúdo, principalmente através de *sites*, revistas e jornais. Além destes, consultas públicas e dados oficiais também se tornam materiais de pesquisa. Abaixo, na figura 42, destaco o que a agência denomina como “etiquetas”, ou seja, marcadores para cada conteúdo que é analisado.

Figura 42 - Etiquetas da Agência Lupa

VERDADEIRO A informação está comprovadamente correta	CONTRADITÓRIO A informação contradiz outra difundida antes pela mesma fonte
VERDADEIRO, MAS A informação está correta, mas o leitor merece mais explicações	SUBESTIMADO Os dados são mais graves do que a informação
AINDA É CEDO PARA DIZER A informação pode vir a ser verdadeira. Ainda não é	INSUSTENTÁVEL Não há dados públicos que comprovem a informação
EXAGERADO A informação está no caminho correto, mas houve exagero	FALSO A informação está comprovadamente incorreta
CONTRADITÓRIO A informação contradiz outra difundida antes pela mesma fonte	DE OLHO Etiqueta de monitoramento

Fonte: Como a Lupa faz suas checagens? Revista Piauí, [2015]. Disponível em: <<https://bit.ly/3BijmpC>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

Considero importante essa captura de tela para mostrar a complexidade do exercício da checagem, entendendo que não existem somente as notícias verdadeiras e falsas. Entre uma e outra existem múltiplas possibilidades, assim como informações verdadeiras, porém incompletas; informações que não conseguem ser sustentadas com base nos dados públicos; ou até mesmo aquelas informações que não são verdadeiras, mas podem vir a ser futuramente.

As etiquetas da Agência Lupa fornecem pistas sobre como podemos pensar em uma educação em/na rede no combate às *fake news*, ampliando a ideia de que a produção e o compartilhamento de informações vão muito além do binômio verdadeiro x falso. Vale destacar ainda a “dificuldade em carimbar muitas afirmações taxativamente de verdadeiras e falsas. Muitos enunciados têm contexto, têm timing, têm subtextos, usam números e estatísticas como argumento para sustentar um ponto de vista” (GENESINI, 2018, p. 53). Ou seja, até mesmo os princípios e elementos utilizados para a construção de um texto jornalístico, por vezes, são aplicados nas notícias/informações que não estão comprometidas com a verdade. Esse processo faz com que muitas/os acabem nem mesmo desconfiando do que estão lendo, justamente pela riqueza de sua produção, que em muito se assemelha ao que vem sendo lido nos principais jornais. Com isso, é importante a ampliação do número de agências especializadas em checagem e que essas informações sejam priorizadas nos *feeds* pelos algoritmos em prol de uma rede mais democrática.

Com esta pesquisa, também voltei meu olhar para o Estadão Verifica, que é o núcleo de checagem de fatos do jornal O Estado de S. Paulo fundado em 2018. Devido ao excesso de conteúdos que recebem, há uma priorização “dos rumores que podem provocar danos a grupos e a indivíduos, conforme seu grau de viralização”. Com os conteúdos selecionados, a metodologia utilizada se baseia principalmente na busca de bancos de dados públicos, órgãos governamentais, pesquisas, relatórios e entrevistas com especialistas. Devido ao alto índice de checagens realizadas sobre a pandemia de COVID-19, o Estadão Verifica destacou uma página dedicada a esse conteúdo, reunindo as análises feitas. Além disso, antes dessas checagens, foram realizados alguns lembretes/alertas sobre o cuidado necessário com os conteúdos que são recebidos pelas/os internautas sobre esse assunto, tais como:

Ainda não existe remédio que cure a covid-19. Não acredite em mensagens que prometem cura milagrosa; As vacinas contra a covid-19 são aprovadas pela Anvisa e são seguras e eficazes; Verifique se a mensagem que você recebeu no whatsapp foi publicada em veículos profissionais de imprensa ou por órgãos oficiais (secretarias municipal e estadual da Saúde, Ministério da saúde, Organização Mundial da Saúde); Desconfie de textos com erros de ortografia e pontuação exagerada⁷⁶.

Até outubro de 2021, o Estadão Verifica já havia desmentido 642 boatos⁷⁷ em relação ao novo coronavírus, mostrando sua implicação no combate à desinformação. Conforme matéria realizada pelo próprio jornal, existem três prioridades: desinformação em relação à COVID-19, falsos tratamentos e a vacinação. Devido ao alto número de verificações realizadas, percebi que houve uma quantidade significativa de *fake news* produzidas e compartilhadas nas redes em tempos de pandemia; diante desse cenário, é humana e tecnicamente impossível investigar e ter acesso a todas, principalmente porque elas estão não somente nas redes sociais e publicadas de modo público para que todas/os tenham acesso. Muitas vezes estão em grupos secretos, em publicações somente para amigas/os, em grupos no Whatsapp ou no Telegram cujas/os participantes são previamente selecionados, entre outros espaços.

A agência Aos Fatos, que se define como especializada na investigação e no monitoramento das campanhas de desinformação na internet, assim como em checagem dos fatos, também se mostrou uma ferramenta importante no combate às *fake news*. A agência foi fundada em 2015 e se concentra em investigar a fala de políticos e autoridades que tenham

⁷⁶ Recomendações do Estadão Verifica sobre notícias que envolvam a informações sobre a pandemia de COVID-19. Disponível em: <<https://is.gd/bQmRaf>>. Acesso em: 6 jan. 2022.

⁷⁷ Estadão verifica desmentiu 642 boatos sobre a COVID-19. Disponível em: <<https://is.gd/QSH0XL>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

reconhecimento nacional, verificando se as afirmações estão comprometidas com a verdade. As checagens são feitas com base em sete critérios estabelecidos: 1) Relevância da informação; 2) Responsável pela divulgação da informação; 3) Busca por fontes confiáveis para realizar a checagem; 4) Consulta de fontes oficiais quando existe a necessidade; 5) Caso seja insuficiente, há a consulta de fontes alternativas; 6) Contextualização; 7) Classificação. Nesta última etapa, eis as categorias adotadas pela agência: verdadeiro, impreciso, exagerado, contraditório, insustentável, distorcido ou falso. Ao longo dessas checagens, foi realizado um mapeamento dos discursos de Jair Bolsonaro, que teve como resultado a média de 6,9 declarações falsas ou distorcidas divulgadas por dia em 2021⁷⁸. Especificamente sobre a COVID-19, somaram-se 1.278 no mesmo ano. Esses números materializam o perigo das *fake news* e da necessidade de formular estratégias para o seu combate.

Cartografando na rede, identifiquei que essas três agências também fazem parte do programa de verificação de fatos independente do Facebook. Percebe-se que há uma preocupação na identificação das páginas e das/os internautas que compartilham informações não comprometidas com a verdade. O programa do Facebook possui etapas que devem ser seguidas, entre elas: identificar notícias falsas, analisar o conteúdo, rotular as informações que são incorretas e sinalizar as/os usuárias/os sobre, restringir o alcance para que atinja menos internautas e adoção de medidas contra infratoras/es recorrentes.

Apesar da política do Facebook, considerei frágeis as medidas adotadas verificadas como falsas, uma vez que as penalidades adotadas são pouco eficazes, incluindo a redução da distribuição do conteúdo, perda da possibilidade de monetizar as publicações e a restrição para que não possam se registrar como uma página de notícias. A remoção só acontece nos casos em que os Padrões da Comunidade são violados, assim como conteúdos que contribuem para dano físico ou risco de violência. Dito isso, a verificação dos fatos, mesmo nos casos em que há o registro de informação falsa, não realiza a exclusão de contas e/ou páginas, tampouco removem o conteúdo. O alcance pode ser reduzido, mas continuou chegando às pessoas. Com isso, não seria demais supor a necessidade por maiores investimentos em políticas que contribuam para a construção de uma educação em/na rede. Se as redes sociais da internet se constituem como importantes espaços de produção e compartilhamento de informação, questiono: como podemos fazer com que essas redes sejam espaços ainda mais profícuos de combate às *fake news*?

⁷⁸ Média de declarações falsas ou distorcidas por Bolsonaro em 2021. Disponível em: <<https://is.gd/rXDLIG>>. Acesso em: 5 jan. 2021.

Faz-se necessário, portanto, pensar em ações que contribuam para a redução da produção e do compartilhamento de *fake news*, entendendo o perigo que elas representam para a sociedade. Nesse sentido, trouxe algumas pistas ao longo deste capítulo que podem contribuir para o planejamento dessas ações, principalmente entendendo que podemos aprender muito com o movimento ciberativista, o exercício da checagem, a utilização de *memes* e *hashtags* e a *educação inútil*. Tratam-se de pistas e não de respostas conclusivas, uma vez que tamanho é o desafio de enfrentar uma pandemia de *fake news*; afinal, “a mentira é muito mais frequente do que estamos preparados para reconhecer” (SANTAELLA, 2021a, p. 48). Essas mentiras, quando forjadas no âmbito das redes sociais, têm a possibilidade de viralizar, conforme sugere a autora: “enquanto uma informação falsa necessita de aproximadamente dez horas para alcançar 1500 usuários no Twitter, uma informação verídica precisa de 60 horas” (2021a, p. 61). A capilaridade da rede, assim como os algoritmos e os interesses das/os internautas, propicia o cenário da pós-verdade, cuja mobilização coletiva acontece de maneira subjetiva e emocional. Quando o conteúdo da mensagem se aproxima da forma como penso, o compartilhamento tende a ser mais provável, mesmo quando não há certeza do fato que está sendo compartilhado.

Esses pontos me levam a defender a urgência de ações que ensinem às pessoas a questionar o que acessam na rede. Retomo então a reflexão sobre o programa do Facebook que diz não verificar as falas de políticos por estes não serem qualificados, segundo a plataforma. A justificativa se dá “na crença fundamental do Facebook na liberdade de expressão, no respeito ao processo democrático e de que o discurso político é o mais analisado que existe, especialmente em democracias maduras com uma imprensa livre”. Através dessas reflexões, trouxe algumas problemáticas enfrentadas em relação ao exercício da checagem, especialmente a realizada pelas agências, assim como pontuei acima sobre a fragilidade das medidas adotadas pela política do Facebook. Além deste, concordo com Costa (2018) sobre o tempo que uma checagem cuidadosa requer, assim como a insuficiência de mão de obra especializada, principalmente considerando a falta de recursos para tais contratações. Isto significa dizer que os recursos disponibilizados atualmente não são suficientes para combater o número expressivo de publicações criadas e que viralizam na rede.

Não quero dizer com isso que as medidas adotadas pelas agências devem ser deixadas de lado. Minha aposta é em uma educação em/na rede, que insista na necessidade de avaliarmos aquilo que produzimos, consumimos e compartilhamos na rede. Para isso, faz-se urgente apontar os perigos da desinformação, que se mostraram evidentes em tempos de COVID-19, quando a ausência de um olhar cuidadoso fez com que muitas famílias em todo o mundo

enfrentassem a morte precoce de suas/seus entes. Isso caminha junto com a proposição de Santaella (2021a, p. 11), quando reforça que “a falsidade, nas mais diversas embalagens, atingiu um tal nível de abundância que acabamos por nos distrair da necessidade de pensar sobre a verdade como antídoto e como possível freio”.

Resgatar a verdade tem sido de suma importância para combatermos as *fake news*, buscando, com isso, colocar em debate a necessidade de uma educação em/na rede que entenda a importância da checagem dos fatos e do compromisso ético na produção e no compartilhamento de uma informação. Isso me faz pensar sobre o fato de que sete em cada dez brasileiras/os com acesso à internet já acreditaram em alguma informação falsa sobre a COVID-19, assim como nove em cada dez já receberam pelo menos uma *fake news*⁷⁹. Considerando ainda que esse dado foi divulgado em maio de 2020, apenas dois meses após a OMS decretar a pandemia, o número talvez seja ainda maior no final da era pandêmica. Em minha trajetória de pesquisa, percebi que a todo momento uma nova desinformação surgia, seja pelo compartilhamento de pessoas as quais sigo/tenho como amiga/o nas minhas próprias redes, seja pela leitura de notícias em portais nos quais confio e que acesso constantemente.

Como discutido em outros capítulos, acreditar que a vacina mata, confiar no uso de medicamentos cuja comprovação científica contra o novo coronavírus já havia sido refutada, fazer uso de remédios caseiros considerados milagrosos, não acreditar nas formas de transmissão e desconsiderar os cuidados necessários foram algumas das principais causas de contaminações/óbitos. No entanto, não pude ignorar que todas essas informações já haviam sido investigadas por diferentes sujeitos ou agências, que apontaram para a disseminação de conteúdos falsos. Não existem respostas ou propostas conclusivas sobre saídas assertivas e seguras para o fenômeno da pós-verdade, mas aposto que a educação, com toda certeza, será nossa maior aliada na luta contra a desinformação no século XXI.

Sobre o digital em rede, concordo com o pensamento de Hoshino (2018, s/p), de que “se as tecnologias atuais ampliam as possibilidades de compartilhar informações, elas também impactam e diversificam a maneira como essas informações são produzidas e lidas, estabelecendo novas práticas sociais no mundo digital”. Essas práticas oportunizam a constituição de aprendizados coletivos, tendo em vista que, se a rede é um espaço de troca entre seres humanos, então ela já é, por si só, um espaço educativo que pode contribuir para colocar em xeque as próprias *fake news* que, paradoxalmente, ela mesma vem ajudando a disseminar.

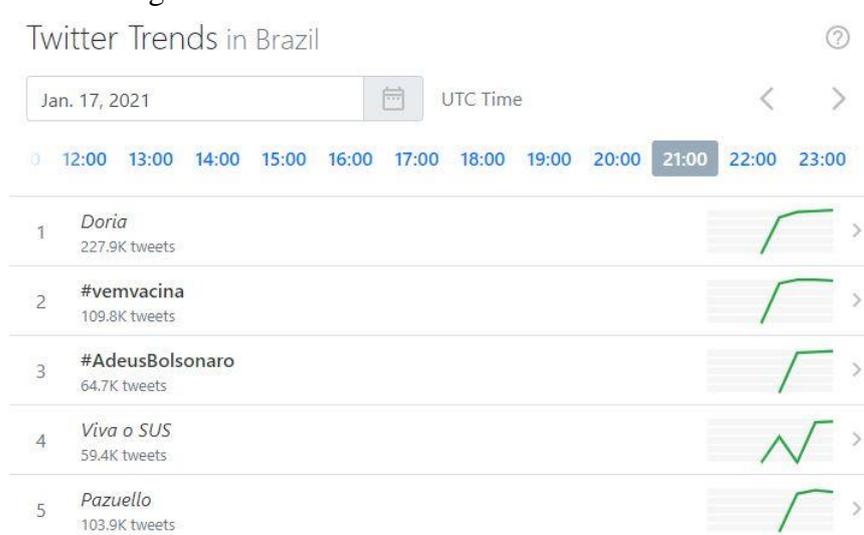
⁷⁹ 70% das/os brasileiras/os já acreditaram em uma *fake news* sobre a COVID-19. Disponível em: <<https://is.gd/yL8lTE>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

6.3 Por entre *hashtags* e *memes*: outras pistas para uma educação em/na rede

Conforme Ribeiro e Skliar (2020), a pandemia evidenciou aquilo que muitas/os docentes reforçam sobre a educação não se restringir ao conteúdo programático e ao currículo mínimo. Além do movimento ciberativista como estratégia de resistência e a emergência do exercício da checagem no combate à desinformação, também me deparei, durante o trabalho de campo, com a prática do uso de *hashtags* e *memes* em prol da conscientização coletiva. Esse movimento mostrou-se presente em meu contato com postagens no Facebook e no Twitter de amigas/os, conhecidas/os, familiares, artistas, professoras/es, influenciadoras/es e outros sujeitos que reconhecem a importância dos estudos científicos e do comprometimento com a verdade. São postagens que me afetaram como cidadã e como pesquisadora, uma vez em que, após cartografar diversos episódios de barbárie no cenário político brasileiro em 2020 e 2021, comecei a ter contato com escritas e imagens que celebram a chegada da vacina e a oportunidade da imunização contra a COVID-19. Essas postagens me trouxeram esperança, me despertaram o sentimento de que não estou sozinha e que a luta envolve uma aprendizagem coletiva.

As *hashtags* tiveram muita visibilidade nas minhas redes a partir do dia 17 de janeiro de 2021, quando houve o registro da primeira pessoa vacinada no Brasil, a enfermeira Mônica Calazans⁸⁰.

Figura 43 – Assuntos mais comentados no Twitter



Fonte: Twitter Trends in Brazil. GETDAYTRENDS, [2021]. Disponível em: <<https://is.gd/svJqC7>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

⁸⁰ O registro desse acontecimento é descrito na seção 5.2: “Vou morrer, mas não tomo isso!”: os movimentos antivacina *online* no Facebook.

A movimentação no Twitter pode ser percebida por meio da captura de tela acima, realizada com base nos registros de *tweets* no mesmo dia, às 21:00h, cujas cinco primeiras *hashtags* ou frases, que representam os cinco assuntos mais comentados no Brasil naquele horário, circulavam entorno deste acontecimento. O nome de João Doria, governador da cidade de São Paulo (SP), aparece em primeiro lugar por ter iniciado a campanha de vacinação em sua cidade logo após a Anvisa ter autorizado o uso emergencial da vacina contra o novo coronavírus. O Governo Federal, por sua vez, ainda não havia iniciado a distribuição do imunizante pelo Brasil, que estava programada para o dia seguinte. Além disso, em diversos episódios o governador de São Paulo e o presidente brasileiro declararam incompatibilidade ideológica⁸¹. Desse modo, a *hashtag* #AdeusBolsonaro foi uma das mais comentadas, devido ao fato de a campanha não ter se iniciado com uma cerimônia do Governo Federal, conforme aguardado, aumentando a divergência política entre os dois. Outro ponto importante a ser destacado, com base na captura de tela acima (Figura 43), foram as mais de 550 mil postagens no Twitter, demonstrando o forte engajamento político das/os internautas. Destaco também o amplo uso da *hashtag* #vemvacina e a expressão “Viva o SUS”⁸², como forma de apoio e celebração à chegada do imunizante ao país.

Esse engajamento aconteceu não somente a partir do uso de *hashtags* e de frases que incentivam o movimento pró-vacinação, mas também por meio do compartilhamento de *memes* que, com o uso do humor, ajudaram na disseminação de informações importantes para evitar o contágio do novo coronavírus. Antes de iniciar essa discussão, cabe destacar que os *memes* escolhidos para serem discutidos nessa seção desconstruem as *fake news* acerca do novo coronavírus. No entanto, não podemos ser ingênuas/os e acreditar que tais imagens-dizeres sempre atuam como forma de resistência. Os *memes* também têm o potencial de propagar *fake news*, conforme sinalizam Nolasco-Silva, Soares e Lo Bianco (2019, p. 128, grifo dos autores): “os *memes* informam e divertem, podendo ser veículos de boas ou más ações, visto o papel ativo dos usuários”. Ou seja, as/os internautas são as/os responsáveis pela produção dessas imagens-dizeres, que podem servir como questionadoras de um cenário de barbárie ou como apoiadoras.

⁸¹ João Doria chama Jair Bolsonaro de “bobão” e “Messias da morte”. Disponível em: <<https://is.gd/fEv9vE>>. Acesso em: 29 jan. 2022. Jair Bolsonaro chama João Doria de “patife”. Disponível em: <<https://is.gd/DP4GtF>>. Acesso em: 29 jan. 2022.

⁸² O Sistema Único de Saúde (SUS), é um sistema de saúde público universal totalmente financiado pelo Estado.

Fernandes e Santos (2020, p. 3) apontam que a cultura contemporânea mediada pelo digital em rede “possibilita a comunicação e a circulação de informações e saberes em múltiplos meios e plataformas, redimensionando os modos de atuação dos sujeitos e potencializando novas formas de organização, engajamento”. Assim sendo, esse espaço pode também ser utilizado como uma forma de comunicação e conscientização entre os sujeitos que ali interagem. Os *memes* analisados abaixo trazem muito dessa perspectiva, entendendo que o seu contexto de produção acontece pela importância percebida na divulgação do cuidado necessário frente ao novo coronavírus. Harari (2020) defende que a *informação* é provavelmente a forma mais importante de cooperação, tendo em vista que, sem ela, não haveria a produção de vacinas contra o novo coronavírus, mas não somente para isso: “na verdade, até o isolamento depende da informação. Sem compreender como a doença se alastra, como será possível colocar as pessoas em quarentena para combatê-la?” (HARARI, 2020, p. 89).

Os *memes* não são criados por acaso; assim como as *fake news*, eles possuem intencionalidades definidas. Conforme apontam Chagas, Freire, Rios e Magalhães (2017, p. 179), “como produto cultural, um meme depende de um repertório cultural extraído de relações sociais, memórias, referências históricas, geográficas, econômicas, e de aspectos conjunturais específicos”. Essa complexidade atravessou diretamente a produção de *memes* que, por meio de diversos formatos, auxiliaram na disseminação de medidas contra a COVID-19, tal como as orientações da OMS.

Figura 44 – Use máscara como a Rainha Elizabeth II

Essa é a Rainha Elizabeth II a mulher que:
 -Enterrou 8 presidentes dos EUA.
 -Enterrou 5 Papas
 -Enterrou o Rei do Pop.
 -Ela viu os Beatles virem e irem.
 -Ela viu o Muro de Berlim subir e cair.
 -Ela viu o homem chegar à lua.
 - Já sobreviveu a três pandemias.
 - lutou em 2 guerras mundiais.
 E mesmo com tudo isso, ela está usando máscaras faciais.
 Basta pensar nisso.... se um ser imortal decidiu fazer isso, não sei porque você se recusa a usar máscara, você! Um simples mortal.

Use máscara!



Fonte: Imagem capturada no Twitter em julho de 2021.

Essa complexidade pode ser percebida no *meme* acima (Figura 44), por meio do uso da imagem da Rainha Elizabeth II (Reino Unido), que desde o seu nascimento (1926) vivenciou diversos acontecimentos importantes e trágicos ao longo da história. O *meme* aponta que a Rainha continua viva, sugerindo que a suposta imortalidade dela deve-se ao fato de que Elizabeth II soube enfrentar situações difíceis. Na imagem ela utiliza duas máscaras, protegendo a si e a outros sujeitos da exposição ao novo coronavírus.

Figura 45 – Aprendendo com o Darth Vader



Fonte: Imagem capturada no Facebook em julho de 2021.

Além do *meme* da Rainha Elizabeth II, fui afetada por outras imagens-dizeres que buscaram, por meio do uso do humor, fazer com que os sujeitos refletissem sobre os cuidados necessários contra a COVID-19. Nesse sentido, os *memes* que constituem essa seção se apresentam como uma aposta importante de aprendizado porque operam no sentido de divulgar informações relevantes que visam assegurar a saúde da população em tempos de pandemia. Apostar em uma educação em/na rede é criar oportunidades educativas envolvendo sujeitos geograficamente dispersos dispostos a (com)partilhar ideias, saberes. Caminhando com essa perspectiva, Oliveira e Porto (2020, p. 231) defendem:

um indivíduo que recebe um meme sobre Ciência, no sofá de casa não tem um tubo de ensaio, um microscópio, ou um artigo científico na mão, alguém desenvolveu aquele tipo de conhecimento [...] entretanto, não se trata de um mero suporte material para acesso a conteúdos, mas um artefato digital, que permite, por meio de uma ação de autoria visual problematizar sentidos e significados e possibilitar participação por meio de uma produção própria e articulada ao conteúdo. Isso tudo, numa linguagem popular mediada por cores, sons, imagens e movimentos, discursos, singularidades.

Desse modo, percebi que as orientações da OMS foram divulgadas por meio de *memes*, que auxiliaram na tarefa de alertar para os perigos das infecções, internações e óbitos no período pandêmico. O *meme* acima é protagonizado pelo personagem Darth Vader, um dos personagens mais importantes da série de filmes *Star Wars* (Guerra nas Estrelas). Lançada em 1977, a produção criada pelo cineasta George Lucas arrecadou diversas premiações, conquistou milhões de fãs e tornou-se um fenômeno mundial. A partir do personagem Darth Vader, as/os idealizadoras/es do *meme* realizaram uma associação com as orientações médicas e científicas indicadas no combate ao novo coronavírus, como o uso de máscara e o isolamento físico.

Figura 46 – Bob Esponja e Lula Molusco em: uso correto da máscara



Fonte: Imagem capturada no Twitter em março de 2021.

O *meme* acima fez uso de personagens conhecidos para ajudar na conscientização das pessoas sobre a importância do uso de máscara. Nele, o personagem Bob Esponja aparece utilizando a máscara corretamente, cobrindo completamente o nariz e a boca. Em oposição, o personagem Lula Molusco aparece utilizando a máscara incorretamente, cobrindo somente a boca. Quando o uso de máscara tornou-se obrigatório na maior parte dos estabelecimentos, como cinemas, academias e restaurantes, muitas/os passaram a utilizar, no entanto, da forma como consideravam mais confortável. A circulação de *memes* como esse pode se tornar uma estratégia de conscientização, especialmente porque a máscara funciona como uma barreira

física, evitando que uma pessoa contaminada pelo novo coronavírus espalhe o vírus através do espirro, da fala ou da tosse. Para as/os que não estão contaminadas/os, é uma forma de evitar que partículas contaminadas tenham contato com as mucosas do nariz e da boca. Dessa forma, a máscara dificulta a entrada e saída do vírus no organismo das pessoas e deve ser utilizada corretamente.

Conforme aponta Harari (2020), as pessoas que confiam nas informações conseguem realizar mudanças temporárias no comportamento durante o período pandêmico. Faz-se necessário, portanto, instaurar a confiança nas informações que circulam em prol da desaceleração do contágio. Em meu trabalho de campo, percebi a potência dos *memes* na divulgação de informações importantes alinhadas com as recomendações da OMS. Apostar na rede como um espaço de enfrentamento ao cenário (necro)político pandêmico é também apostar em uma educação que valorize a partilha, que teça novas redes de solidariedade e apoio, auxiliando ainda na desconstrução de *fake news* que colocam em risco a vida da própria população.

6.4 Pela defesa de uma educação (*inútil*) em/na rede

Chega de sermos educadores! A vida, em sua pulsão e acontecer, convida-nos a sermos educação. E ser educação talvez seja inútil, porque não serve para nada: é ser escuta, pergunta, convite, herança e testemunho.

(Tiago Ribeiro; Carlos Skliar)

Diante de todas as barbáries discutidas neste trabalho, não posso negar que a pandemia surgiu como um convite para novas entradas de problematização. Como toda pesquisa que visa o mergulho e o afetamento, não pude ignorar as palavras de Ribeiro e Skliar (2020, p. 17): “no meio do caminho, havia uma pandemia”. Com o cenário de caos agravado pela pandemia do novo coronavírus e a (re)configuração social global provocada por ele, fiz do cenário pandêmico meu foco investigativo, com ênfase nas *fake news* e no fenômeno da pós-verdade. Com o isolamento físico sendo uma das apostas para a redução do contágio, tivemos como desafio reinventar nossas dinâmicas pedagógicas, fazendo das redes nossa grande aliada.

É com a provocação de Ribeiro e Skliar (2020) acima que finalizo o último capítulo da dissertação, na certeza de que temos ainda muito o que aprender sobre como podemos colocar em prática uma educação da escuta e da pergunta. O convite pela *inutilidade* se faz com base na necessidade de rompermos com uma educação que seja voltada exclusivamente para

“preparar” o sujeito para o mercado de trabalho. Os autores questionam as políticas educacionais atuais, buscando tensionar se essas estariam considerando a educação como uma mercadoria e o conhecimento como produto; nas palavras deles, “se não há produto resultante, dá a impressão de que o vivido é inútil, não serve para nada, não produz efeitos, não dá lucro (aprendizado)” (RIBEIRO; SKLIAR, 2020, p. 24).

A *inutilidade* se apresenta como uma possibilidade de valorizar a calma, a experiência, a/o outra/o, a vida, o afetamento, a mobilização... Com isso, entende-se que a educação acontece para além de uma base comum curricular, de conteúdos mínimos os quais devem ser seguidos exatamente como foram propostos, culminando na valorização de saberes homogêneos e de narrativas pobres em experiências (RIBEIRO; SKLIAR, 2020). Os autores destacam ainda uma série de elementos os quais podemos encarar como princípios de uma *educação inútil*, como a conversa, a escuta atenta, o olhar sensível, o corpo disponível, gestos que aproximam, a invenção, a criação, o questionamento do mundo e das injustiças, a implicação com o outro, a construção e a partilha de práticas, afetos e experiências.

Essa educação (*inútil*) em/na rede na qual aposto valoriza “gestos educativos potentes na construção de relações na/s diferença/s, na educação como conversação e comunidade: espaço-tempo de partilha e indagação de saberes, experiências, histórias, de expressar e expressar-se, de pensar com os outros, de sermos no coletivo” (RIBEIRO; SKLIAR, 2020, p. 17). Essa forma de ser educação na pandemia me fez pensar que precisamos da/o outra/a para sobreviver (LE MOS, 2021a). Desde o início da pandemia observei a importância das relações humanas para tornar a experiência pandêmica menos dolorosa. Quase dois anos depois, experienciamos a perda de pessoas que amamos, a preocupação a todo momento com o perigo da contaminação e o adiamento de planos programados há tempos. Vivemos em um período cuja importância da/o outra/o em nossas vidas se tornou latente. Aquelas/es que usufruíram do luxo da quarentena não permaneceram sozinhas/os, mas tiveram a possibilidade de continuar trocando/aprendendo com outras pessoas a partir do uso das redes sociais e dos aplicativos de mensagens instantâneas. Lemos (2021a, p. 123) traz para a reflexão a ideia de que

Dependemos dos objetos para viver (a comida que chega, o produto do mercado, o corrimão da escada, a maçaneta da porta, a materialidade dos transportes...) e, dependemos também de outros vivos (plantas, bactérias, outros animais...), e dos humanos que nos rodeiam (familiares e amigos; trabalhadores de limpeza, entrega, transporte, informação, saúde, educação...).

Essa dependência da/o outra/o pode ser compreendida também quando o autor aponta para a necessidade de sermos solidários. Lemos (2021a) coloca como condição de existência a

solidariedade, que é compreendida por ele como a consolidação, o fortalecimento e o entrelaçamento entre os sujeitos. Tal condição pode ser pensada também em relação à urgência de um pensamento coletivo em tempos de pandemia, envolvendo um cuidado que se inicia no âmbito individual, ao seguir as orientações sanitárias indicadas pelas/os médicas/os, pesquisadoras/es e a OMS, e que se estende no coletivo, com a redução de pessoas infectadas, internadas e mortas. Viver com um vírus circulando pelo mundo requer que estejamos atentas/os para a importância não somente das nossas vidas, mas das vidas daquelas/es que estão ao redor. Com isso em mente, Ribeiro e Skliar (2020, p. 16) questionam: “em que medida tem sido a vida (e não o mercado ou o trabalho) a tônica de nossas preocupações, ações e políticas educativas? Em defesa de quem e desde que experiências, narrativas e vozes tais políticas têm sido escritas?”.

Em consonância com o pensamento acima, concordo que o contexto contemporâneo exige repensarmos “a educação, não numa perspectiva imediatista, que dure o tempo da pandemia, mas numa educação/formação humana, que possibilite aos sujeitos se assumirem como atores e autores, na cibercultura” (AMARAL; ROSSINI; SANTOS, 2021, p. 337). Apesar de a pandemia do novo coronavírus ter escancarado a necessidade de exercitarmos nossos olhares sobre a educação, na defesa de um cuidado maior sobre as práticas realizadas, faz-se necessário ir além do imediatismo. Estivemos em um estado de emergência em que todo o mundo se viu obrigado a redesenhar o fluxo da vida, no entanto, essas reflexões e ensinamentos devem continuar no período pós-pandêmico.

Com base nessas reflexões, como pesquisadora, percebi a necessidade de pensar uma educação em/na rede a partir da compreensão do caráter danoso das *fake news* e do fenômeno da pós-verdade. Isso significa dizer que caminho na perspectiva de que o questionamento é desejável e necessário em tempos de intensa produção e disseminação de (des)informações na internet. Acreditar veementemente em tudo o que é disseminado na rede é perigoso, cabe olharmos atentamente para o contexto de produção das informações e para a forma como o sujeito, na perspectiva foucaultiana, pensa da forma como pensa e se torna o que ele é (FISCHER, 2003). Para isso, entendo que as “análises precisarão dar conta das pequenas lutas, das lutas por imposição de sentidos, das lutas pelo poder da palavra, num certo foco específico de relações de poder; ora, essas lutas [...] existem lado a lado, por todos os lados, e não são linearmente compreensíveis” (FISCHER, 2003, p. 380). Desse modo, aposto na construção de uma educação em/na rede no combate às *fake news* por meio da checagem, para que cada vez mais os sujeitos exercitem um olhar atento e crítico sobre informações falsas ou distorcidas, confrontando-as a partir da consulta de dados, registros e pesquisas disponíveis.

Como apontam Ribeiro e Skliar (2020, p. 19), “a suspensão de muitas atividades, no mundo inteiro, faz aflorar especialistas de plantão e avaliadores de vocação: opiniões e mais opiniões sobre como fazer, o que fazer, quais estratégias e instrumentos”. Nesse momento, é como se todas/os estivessem aptas/os para discorrer sobre temas complexos que ainda exigem uma análise mais cuidadosa e menos conclusiva. No entanto, “podemos optar por acreditar na ciência, e não em teorias conspiratórias” (HARARI, 2020, p. 9). Com isso, argumento para a necessidade de formar sujeitos a partir de uma educação (*inútil*) em/na rede, considerando que experienciamos tempos de intensa disseminação de *fake news* que alimentam o fenômeno da pós-verdade.

Nolasco-Silva, Bianco e Delgado (2020, p. 348-349) trazem algumas perguntas sobre o momento em que vivemos e que me ajudam a pensar: “Devemos fazer alguma coisa? Devemos esperar? Podemos esperar? Temos tempo para esperar? Estamos no controle? Perdemos o controle? Estávamos, antes disso tudo começar, controlando alguma coisa?”. Na pandemia, notei o aumento de *fake news* disseminadas nas redes sociais, influenciando a tomada de decisões por parte da população. Ao mesmo tempo, não pude ignorar a quantidade de alertas sobre essas produções, desmistificando e reforçando a importância do comprometimento com a verdade. Nesse sentido, respondo o questionamento de Nolasco-Silva, Bianco e Delgado (2020) acreditando que não temos mais tempo para esperar. Para isso, é urgente apostarmos em práticas educativas para enfrentar a disseminação das mentiras; uma educação (*inútil*) da escuta que auxilie também no enfrentamento do cenário (necro)político experienciado no Brasil.

EM DEFESA DA PESQUISA E DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: PALAVRAS FINAIS

Depois de dois anos mergulhada na pesquisa de campo, tenho em minhas mãos a difícil tarefa de encerrar o texto. Aprendi com o Grupo de Pesquisa e com meus referenciais teóricos que as “conclusões”, na verdade, são sempre provisórias. No contexto da pesquisa, não pude ignorar esse caráter de provisoriedade quando me vejo no desafio de investigar/estudar um tema que emerge com as dinâmicas ciberculturais e que vem alterando profundamente a forma como as pessoas produzem e compartilham informações e, conseqüentemente, leem o mundo. Ao cartografar as redes Facebook e Twitter durante o trabalho de campo, analisei as *fake news* e o fenômeno da pós-verdade em tempos de pandemia no contexto das ações necropolíticas praticadas pelo Governo Federal.

Por vezes, ouvi de amigas/os e professoras/es (até mesmo nos eventos em que apresentei a pesquisa) que eu precisava de “estômago” para cartografar esse cenário de barbárie. Não discordo disso, principalmente porque, conforme já dito em outros momentos do texto, eu estava vivenciando esse período enquanto pesquisadora. No início, não conseguia vislumbrar o perigo que o novo coronavírus representava para o mundo, questionava até mesmo como se daria a pesquisa após vencermos a batalha contra o novo coronavírus. As proporções puderam ser percebidas somente ao longo dos meses, junto com o aumento do número de internações e óbitos e, também, conforme ocorreu o contato com o material empírico compartilhado nas redes.

Mesmo em meio a um governo que cada vez mais tem cortado investimentos na pesquisa e na educação, ousamos resistir. Em meio às políticas de morte praticadas, nos mobilizamos em/na rede para combater o vírus. Mesmo diante de tantas *fake news* disseminadas, continuo apostando na educação. Precisamos continuar defendendo a ciência e o conhecimento produzido nas universidades, reconhecendo a necessidade de combatermos o negacionismo científico escancarado pela pandemia de COVID-19.

Me comprometi com a pesquisa, com o campo da Educação, a fim de investigar determinados episódios brasileiros durante a pandemia. Quando digo que estive mergulhada, me permitindo ser afetada, de fato é a forma como me senti ao longo desses últimos dois anos. Constantemente atualizava o texto da dissertação, fazendo da escrita meu espaço de denúncia e de resistência diante do cenário pandêmico brasileiro. Essa é uma das memórias que conseguem traduzir a força da pesquisa na minha vida: quando me vi caindo no choro, entendendo que não

estava apenas atualizando dados, mas registrando as vidas que haviam sido ceifadas pelo vírus e por políticas de morte praticadas pelo governo.

Apesar desse sentimento, me fortaleço quando percebo as contribuições da dissertação para (re)pensar as estratégias na luta contra as *fake news* e o fenômeno da pós-verdade, que se intensificaram em tempos de COVID-19. Nesse sentido, busco trazer algumas considerações, alguns achados de pesquisa e algumas reflexões sobre a investigação na qual me debrucei entre os anos de 2020 e 2021. Adotei a cartografia *online* como metodologia de pesquisa e aprendi que a mesma não se trata de um método a ser aplicado, mas um método que é construído durante o próprio percurso da pesquisa. Nesse sentido, busquei romper com a lógica de um receituário, caminhando na contramão de um pensamento que valoriza prescrições e caminhos lineares a serem seguidos para atingir metas e objetivos. A imprevisibilidade, portanto, se constituiu como um dos elementos que me fizeram olhar diferente para o campo, considerando que, “ao que tudo indica, parece que não existe ‘modelo’ de pesquisa minimamente confiável que justifique o descarte do inesperado sem dar-lhe uma chance de ‘falar’” (COSTA, 2001, p. 5).

Por meio da cartografia *online*, me permiti ser afetada pelos acontecimentos sociais e políticos que repercutiram nas minhas redes, me mobilizando a pensar, escrever e denunciar o vivido. Ela se apresentou, ainda, como um convite para o exercício do olhar sensível, evidenciando as minhas inquietações como pesquisadora. Inquietações que foram forjadas em meio à implicação social e política, que rompe com qualquer perspectiva de objetividade e neutralidade. A minha escrita, portanto, surge como forma de resistência, de escancaramento às políticas de morte que foram planejadas e executadas no contexto da COVID-19.

Percebi, face ao exposto, a necessidade de investigar esses fenômenos logo após a OMS decretar o estado de pandemia, quando as primeiras *fake news* começaram a ser compartilhadas sobre a COVID-19, especialmente sobre a origem do vírus, medicamentos e ações para a prevenção da doença, relatos falsos de pessoas que supostamente estariam contaminadas, entre outros temas polêmicos. O perigo se mostrou latente, principalmente, ao reconhecer que a “desinformação pode circular e ser absorvida muito rapidamente, mudando o comportamento dos sujeitos, levando-os a correr riscos maiores” (BRANDÃO; SOUZA E CRUZ; ROCHA, 2020, p. 308). Reconheço que as *fake news* e o fenômeno da pós-verdade vinham se estabelecendo com cada vez mais força, principalmente desde a eleição presidencial dos EUA em 2016 com Donald Trump e na eleição presidencial do Brasil em 2018 com Jair Bolsonaro. Não podemos negar que esse fenômeno hoje é global e vem colocando em risco a população quando consideramos a disseminação de *fake news* em plena pandemia.

Mesmo antes de ingressar no mestrado eu já vinha reconhecendo a disseminação de informações falsas como um ataque à democracia. Os usos das redes sociais passaram a ser motivo de preocupação, tendo em vista a quantidade exponencial de informação gerada a todo tempo e a impossibilidade de controlar essa produção de modo a garantir que somente as informações comprometidas com a verdade chegassem às/aos internautas. Por essa razão, um dos aprendizados que tive com essa pesquisa é que ninguém está livre das *fake news*. Qualquer um de nós, mesmo aquelas/es que se posicionam ideologicamente contrárias/os ao fascismo e ao negacionismo por meio da defesa da ciência e das pesquisas, pode ser alvo dessas produções.

Diante desse cenário, me debrucei sobre os principais conceitos que balizaram a pesquisa, buscando, junto a outras/os pesquisadoras/es, refletir sobre a contemporaneidade. Pesquisar no contexto das dinâmicas sociais mediadas pelo digital em rede, a partir das redes sociais Facebook e Twitter, foi uma experiência que me permitiu abrir os horizontes para pensar o quanto que o campo da Educação também pode aprender com o que se passa nas redes *online*. Reafirmo que a educação se faz presente a todo momento nessas redes, que são constituídas, para além de um conjunto de técnicas, por sujeitos de carne e osso que estão do outro lado da tela construindo, escrevendo, compartilhando e pensando coletivamente.

A minha presença nas redes sociais Twitter e Facebook em 2020 e 2021 fez com que os meus horizontes fossem ampliados, de modo que eu pudesse refletir sobre as *fake news* e o fenômeno da pós-verdade. A partir do reconhecimento do alcance que as informações têm quando são publicadas nesses espaços, preocupou-me pensar na produção indiscriminada de conteúdos desalinhados com as orientações da OMS, das/os médicas/os, pesquisadoras/es e especialistas. Essa preocupação deu-se, principalmente, a partir de um cenário negacionista que já vinha se fortalecendo desde a campanha presidencial de Jair Bolsonaro, eleito em 2018. Se uma parcela da sociedade não confia na ciência e na informação, as redes sociais não estarão isentas de sua participação; pelo contrário, as redes serão palco de intensas disputas envolvendo a participação de sujeitos de todos os cantos do planeta.

Isso me leva a pensar no conceito de necropolítica, importante na análise interpretativa do material empírico. Diante da complexidade de se viver a pandemia do novo coronavírus atravessada pela pandemia de *fake news*, não poderia desconsiderar as políticas de morte que foram praticadas pelo governo. Cabe lembrar que a disseminação das *fake news* e o fortalecimento do fenômeno da pós-verdade também teve apoio de integrantes do próprio governo. A necropolítica pode ser percebida nas ações e, principalmente, na falta de planejamento para controlar a disseminação do vírus, de modo a reduzir o número de óbitos. A minimização da doença, assim como sua banalização, foram fundamentais para que uma

parcela da sociedade não percebesse a gravidade do cenário pandêmico da COVID-19. Negar a ciência teve um preço alto, que foi pago com as mais de 600 mil vidas brasileiras ceifadas; certamente esse número poderia ter sido menor caso o Governo Federal estivesse alinhado com as orientações da OMS.

Diante desse cenário, busquei pensar em alguns caminhos possíveis, algumas pistas que viessem a contribuir para uma melhoria no que tange à disseminação de *fake news*. Não se tratam de respostas acertivas, uma vez em que, se houvessem respostas prontas, o fenômeno da pós-verdade já teria sido erradicado. Como pesquisadora da cibercultura que pesquisa no campo da Educação, percebo a potência desse campo na criação de estratégias de resistência à necropolítica. Aposto, portanto, na educação como um antídoto às *fake news* que seguem circulando, mesmo após quase dois anos aprendendo a (con)viver com o vírus da COVID-19 e suas variantes.

No entanto, defendo também que a resposta ao novo coronavírus não seja somente uma demanda do campo da Educação, principalmente considerando que a segregação não é o caminho, mas sim a cooperação (HARARI, 2020). Caminhando nessa perspectiva concordo com Santaella (2021a, p. 32): “Somos responsáveis por buscar a verdade. Essa não é uma responsabilidade apenas de cientistas e filósofos, mas de cada um de nós, por mais modesta que seja a nossa vida. Viver na mentira implica submeter-se às suas consequências”. Essas consequências puderam ser percebidas ao longo da pesquisa, especialmente com a resistência que alguns sujeitos tiveram (e outros continuam tendo) para aceitar que estamos vivenciando um período pandêmico, que não existe remédio com eficácia cientificamente comprovada para a prevenção do novo coronavírus e que a vacina é um imunizante importante e fundamental para que possamos sair desse quadro o quanto antes.

Com a pesquisa, trouxe algumas pistas que podem nos ajudar a pensar sobre uma educação (*inútil*) em/na rede voltada para enfrentar a circulação de mensagens falsas. São alternativas para contra-argumentar e resistir. Entendendo que as apostas desta pesquisa, assim como o exercício da checagem, o compartilhamento de *memes* e *hashtags* e a defesa de uma educação inútil não são as únicas possibilidades de enfrentamento às *fake news* e ao fenômeno da pós-verdade, mas podem continuar sendo caminhos importantes para que novas educações continuem a ser constituídas e (re)pensadas em tempos de cibercultura.

Com Costa (2001, p. 7, grifo meu), entendo que “pesquisar é uma tarefa social. Divulgue sua pesquisa e procure conhecer as dos outros [...] a investigação científica é, sobretudo, um trabalho *coletivo*”. Enquanto finalizo este trabalho, existem outras/os pesquisadoras/es que acabaram de iniciar suas reflexões e outras/os que estão desenvolvendo pesquisas que podem

vir a dialogar com a minha. Essa é uma das belezas que enxergo no ato de pesquisar: pesquisar é um verbo que indica ação e, portanto, movimento. Que estejamos sempre nesse movimento contínuo que é a pesquisa, com humildade epistemológica para aprender com as/os demais e desde já reconhecendo que a educação pode nos ajudar a construir um futuro mais humano e solidário. A educação (muito provavelmente) não vai acabar com as *fake news*, mas (com toda certeza) pode tornar as/os internautas mais alertas sobre aquilo que produzem e compartilham em/na rede. #vivaosUS, #vivaaciência, #vivaeducação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso de; QUINAN, Rodrigo. Crise epistemológica e teorias da conspiração: o discurso anti-ciência do canal “Professor Terra Plana”. *Revista Mídia E Cotidiano*, v. 13, n. 3, p. 83-104, 2019. Disponível em: <<https://is.gd/orM03L>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

ALMEIDA, Carla. “Make science great again”?: o impacto da covid-19 na percepção pública da ciência. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, Reflexões na pandemia 2020, p. 1-24, maio 2020. Disponível em: <<https://is.gd/01ud1p>>. Acesso em: 7 mar. 2021.

ALMEIDA, Wallace; SANTOS, Edméa. De memes a fake news: desafios de uma pesquisa-formação na cibercultura. *Revista Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 25, n. 1, p. 173-196, jan./abr. 2020a. Disponível em: <<https://is.gd/2zsAqA>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

ALMEIDA, Wallace; SANTOS, Edméa. Reglus: uma proposta de prática pedagógica na cibercultura. *Acta Scientiarum Education*, v. 42, p. 1-14, 2020b. Disponível em: <<https://is.gd/lqayJx>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ALMEIDA, Wallace; SANTOS, Rosemary dos; SANTOS, Edméa. A discursividades dos memes – Memetizando-se nas redes educativas. *Revista Periferia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 57-89, maio/ago. 2019. Disponível em: <<https://is.gd/0vHRNS>>. Acesso em: 8 jul. 2021.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 131-149.

AMARAL, Mirian Maia do; ROSSINI; Tatiana Stofella Sodré; Santos, Edméa. A viralização da educação online: a aprendizagem para além da pandemia do novo coronavírus. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 46, jul./set., p. 334-355, 2021. Disponível em: <<https://is.gd/nbuEmf>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Resistência à ciência: crise de confiança suscita debate mundial sobre como enfrentar ataques ao conhecimento científico. *Revista Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n. 284, Ano 20, p. 16-21, out. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2Y1R2XJ>>. Acesso em: 3 mar. 2021.

BENTES, Ivana. *Mídia-multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2015.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 53, e185305, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2yB4pVv>>. Acesso em: 7 maio 2020.

BEZERRA, Roberto. A Terra plana é aqui. *Revista X*, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 21-29, 2020. Disponível em: <<https://is.gd/Y4y2w9>>. Acesso em: 2 nov. 2021.

BONILLA, Maria Helena. *Escola Aprendiz: desafios e possibilidades postos no contexto da Sociedade do Conhecimento*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2002. Disponível em: <<https://is.gd/dlGAPl>>. Acesso: 2 mar. 2022.

BUCCI, Eugênio. Pós-política e corrosão da verdade. *Revista USP*, São Paulo, n. 116, p. 19-30, jan./fev./mar. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2Olatpr>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra*. Quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BRANDÃO, Cleyton; CRUZ, Diego; ROCHA, Telma. Fake News em Tempos de COVID-19: discursos de ódio nas redes sociais como ressonância da desinformação. *Revista Interdisciplinar Artes de Educar (RIAE)*. Rio de Janeiro, v. 6, n. especial II, p. 303-327, 2020. Disponível em: <<https://is.gd/NknUoE>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

CARRARA, Sérgio. As ciências humanas e sociais entre múltiplas epidemias. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 1-6, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3j8wXrf>>. Acesso em: 27 set. 2020.

CARVALHO; Felipe da Silva Ponte de; POCAHY, Fernando; SANTOS, Edméa. Por uma formação não fascista: experimentações docentes na cibercultura. *Revista Educativa*, Goiânia, v. 20, n. 3, p. 752-768, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2zOuk9t>>. Acesso em: 7 dez. 2018.

CARVALHO; Felipe da Silva Ponte de; POCAHY, Fernando. Odiados pela nação: como ensinamos e aprendemos a odiar a diferença? *Interfaces Científicas – Educação*, Aracaju, v. 8, n. 2, p. 47-66, mar. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3bmOYxM>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CASTRO, Julio Cesar Lemes. Controle via agência em plataformas algorítmicas. *Galáxia*, São Paulo, n. 8, p. 129-148, ago. 2020. Disponível em: <<https://is.gd/ELc8Hw>>. Acesso em: 8 jul. 2021.

CHAGAS, Viktor. Meu malvado favorito: os memes bolsonaristas de WhatsApp e os acontecimentos políticos no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 72, p. 169-196, jan./abr. 2021. Disponível em: <<https://is.gd/3FESD3>>. Acesso em: 2 fev. 2022.

CHAGAS, Viktor; FREIRE, Fernanda; RIOS, Daniel; MAGALHÃES, Dandara. A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo de memes dos debates eleitorais de 2014. *Intexto*, Porto Alegre, v. 38, p. 173- 196, 2017. Disponível em: <<https://is.gd/3iuNko>>. Acesso em: 2 fev. 2022.

CORRÊA, Elizabeth Saad; BERTOCCHI, Daniela. A cena cibercultural do jornalismo contemporâneo: web semântica, algoritmos, aplicativos e curadoria. *Revista Matrizes*, v. 5, n. 2, ECA USP. Disponível em: <<https://is.gd/5aFBE6>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

COSTA, Caio Túlio. Verdades e mentiras no ecossistema digital. *Revista USP*, São Paulo, n. 116, p. 7-18, jan./fev./mar. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/35TU7ui>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

COSTA, Marisa Vorraber. *O diálogo entre ciência e o mundo – uma agenda para jovens pesquisadores e pesquisadoras*. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2001. Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), nov. 2001. Disponível em: <<https://is.gd/DOMDnQ>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

COUTO, Edvaldo; COUTO, Edilece Souza; CRUZ, Ingrid de Magalhães Porto. #Fiqueemcasa: educação na pandemia da COVID-19. *Interfaces Científicas – Educação*, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 200-217, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/35ZS4X8>>. Acesso: 15 maio 2020.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; AMARO, Ivan; TEIXEIRA, Marcelle Medeiros; RUANI, Ruann Moutinho. Do face a face às dinâmicas comunicacionais em/na rede: a conversa online como procedimento metodológico da pesquisa em educação. *Revista Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 25, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/35womZD>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; BRITO, Leandro Teofilo de; POCAHY, Fernando; AMARO, Ivan. Jovens em estado de alerta no Facebook: diálogos tecidos em/na rede como estratégia de (re-)existência à regulação das vidas precarizadas. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 14, n. 3, p. 1210-1229, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2oqqfW>>. Acesso em: 2 out. 2019.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos. Cibercultura, juventudes e heteronormatividade: ativismo e resistência no Facebook. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 153-174, maio/ago. 2017. Disponível em: <<https://is.gd/Ns9izP>>. Acesso em: 8 fev. 2022.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; POCAHY, Fernando; CARVALHO, Felipe da Silva Ponte de. Ensinar-aprender com os memes: quando as estratégias de subversão e resistência viralizam na internet. *Periferia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 17-38, maio/ago. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2EsoMEd>>. Acesso em: 22 maio 2019.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; VELLOSO, Luciana; SANTOS, Rosemary dos. Os movimentos ciberativistas de (re)existência nas redes sociais e suas implicações para a educação. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 60, p. 91-108, jan./mar. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2weX6Bj>>. Acesso em: 1 mar. 2020.

D'ANCONA, Matthew. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Tradução de Carlos Szlak. Barueri: Faro Editorial, 2018.

PASSOS, Eduardo. Psicologia, pesquisa cartográfica e transversalidade. *Revista Polis e Psique*, Porto Alegre, Número Especial, p. 128-139, 2019. Disponível em: <<https://is.gd/HqfVSN>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

FERNANDES, Terezinha; SANTOS, Edméa. Ciberfeminismos e multiletramentos críticos na cibercultura. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 36, p. 1-19, 2020. Disponível em: <<https://is.gd/142v8d>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault revoluciona a pesquisa em educação? *Perspectiva*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 371-389, jul./dez. 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2yhPafM>>. Acesso em: 7 abr. 2019.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Lígia M. P. Vassalo. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRIAS FILHO, Otavio. O que é falso sobre fake news. *Revista USP*, São Paulo, n. 116, p. 39-44, jan./fev./mar. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2R9JEoY>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: uma esfinge que ameaça a educação e a sociedade*. Rio de Janeiro: UERJ: LLP, 2017.

GENESINI, Silvio. A pós-verdade é uma notícia falsa. *Revista USP*, São Paulo, n. 116, p. 45-58, jan./mar. 2018. Disponível em: <<https://is.gd/UF5CSV>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

GARRIDO, Rodrigo Grazinoli; GARRIDO, Fabíola S. R. Grazinoli. COVID-19: um panorama com ênfase em medidas restritivas de contato interpessoal. *Interfaces Científicas – Saúde e Ambiente*, Aracaju, v. 8, n. 2, p. 127-141, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3cudw8I>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

GOMES, Wilson da Silva; DOURADO, Tatiana. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 16, n. 2, p. 33-45, jul./dez. 2019. Disponível em: <<https://is.gd/bhb7gA>>. Acesso em: 15 set. 2020.

HARARI, Yuval Noah. *Notas sobre a pandemia e breves lições para o mundo pós-coronavírus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HENRIQUE, Trazíbulo. COVID-19 e a internet (ou estou em isolamento social físico). *Interfaces Científicas – Humanas e Sociais*, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 173-176, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2KMPTG5>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

HOSHINO, Camilla. Humor, engajamento e *fake news*: como os memes afetam a educação?. *Portal Lunetas*. 2018. Disponível em: <<https://is.gd/8TKGEz>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JOBIM E SOUZA, Solange. O olho e a câmera: desafios para a educação na época da interatividade virtual. *Revista Advir*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 75-81, set. 2002.

JOBIM E SOUZA, Solange; SALGADO, Raquel Gonçalves. Mikhail Bakhtin e a ética das imagens nos estudos da infância: uma proposta de pesquisa-intervenção. In: CASTRO, Lucia Rabello; BESSET, Vera Lopes (Orgs.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008, p. 490-513.

KALIL, Isabela.; SANTINI, R. Marie. *Coronavírus, Pandemia, Infodemia e Política*. Relatório de pesquisa. São Paulo / Rio de Janeiro: FESPSP / UFRJ, 2020, 21p. Disponível em: <<https://is.gd/hP6JZV>>. Acesso em: 17 maio 2020.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 32-51.

KASTRUP, Virgínia. A atenção cartográfica e o gosto pelos problemas. *Revista Polis e Psique*, Porto Alegre, 20 ANOS DO PPGPSI/UFRGS, p. 99-106, 2019. Disponível em: <<https://is.gd/iHw4DZ>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 25, n. 2, p. 263-280, ago. 2013. Disponível em: <<https://is.gd/u09KeA>>. Acesso em: 9 fev. 2022.

KAUFMAN, Dora; SANTAELLA, Lucia. O papel dos algoritmos de inteligência artificial nas redes sociais. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 27, p. 1-10, jan/dez. 2020. Disponível em: <<https://is.gd/yxvfIH>>. Acesso em: 6 set. 2020.

KOO, Lawrence Chung. Web 3.0: impacto na sociedade de serviços uma análise da comunicação contemporânea. 2011. 228 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://is.gd/Lsqe0p>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

KRAMER, Sonia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 41-59, jul. 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/2Do3jgz>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

LIMA, Isaac de Araújo. Cibercriminalidade: discussões sobre a colisão de direitos fundamentais e a dificuldade punitiva. 2020. 33 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO, Fortaleza. Disponível em: <<https://is.gd/pG7IK9>>. Acesso em: 02 abr. 2022.

LEMOS, André. Cibercultura como território recombinate. In: MARTINS, Camila Duprat; CASTRO E SILVA, Daniela; MOTTA, Renata (Orgs.). *Territórios recombinate: arte e tecnologias*. São Paulo: Instituto Sérgio Motta, 2007, p. 35-48.

LEMOS, André. Os sentidos da tecnologia: cibercultura e ciberdemocracia. In: LEMOS, André; LÉVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010, p. 21-31.

LEMOS, André. *A tecnologia é um vírus: pandemia e cultura digital*. Porto Alegre: Sulina, 2021a.

LEMOS, André. Dataficação da vida. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, XXX, v. 21, n. 2, p. 193-202, maio-ago. 2021b. Disponível em: <<https://is.gd/vYOnNp>>. Acesso em: 07 dez. 2021.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2000.

LINS, Bernardo Felipe Estellita. A evolução da Internet: uma perspectiva histórica. *Cadernos Aslegis*, v. 17, n. 48, p. 11-45, 2013. Disponível em: <<https://is.gd/GyTUTr>>. Acesso em: 8 fev. 2022.

MADDALENA, Tania Lucia; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; TEIXEIRA, Marcelle Medeiros. O que dizem os memes da educação na pandemia? Dilemas e possibilidades formativas. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, Salvador, v. 5, n 16, p. 1518-1534, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/37WedIs>>. Acesso em: 29 dez. 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MESQUITA, Fernão Lara. A pós-verdade levará à pós-democracia? *Revista USP*, São Paulo, n. 116, p. 31-38, jan./fev./mar. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2QQFDa8>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

MESQUITA, Ofélia Alencar; SANTANA, José Rogério; SILVA, Daniela de Moraes; SANTOS, Alane de Moraes dos. Fake news: geração, propagação e educação para as redes sociais. *Textura*, Canoas, v. 22, n. 52, p. 397-416, out./dez. 2020. Disponível em: <<https://is.gd/KagrSf>>. Acesso em: 8 jul. 2021.

MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. 2. Ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014, p. 49-63.

MICHALSKI, Rafael; PAULA, Lorena Tavares de. Os bots de disseminação de informação na conjuntura das campanhas presidenciais de 2018 no Brasil. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, Minas Gerais, v. 9, n. 1, p. 1-16, jul. 2019. Disponível em: <<https://is.gd/ehQnJ3>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

NOLASCO-SILVA, Leonardo. “Os olhos tristes da fita rodando no gravador”: as tecnologias educacionais como artesanias docentes discentes. 2018. 205f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://is.gd/cYbGcE>>. Acesso em: 2 abr. 2022.

NOLASCO-SILVA, Leonardo; BIANCO, Vittorio Lo; DELGADO, Matheus Franco. A pedagogia do vírus: cotidianos e educações não presenciais. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, v. 6, n. 4, p. 361–377, 2020. Disponível em: <<https://is.gd/P1wmQr>>. Acesso em: 2 fev. 2022.

NOLASCO-SILVA, Leonardo; SOARES, Maria da Conceição Silva; BIANCO, Vittorio Lo. Os memes e o golpe. *Periferia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 111-130, maio/ago. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2kW2Pqq>>. Acesso em: 20 set. 2019.

OLIVEIRA, Maria Izabel Barboza de Moraes. *O príncipe pacífico: Bossuet, Luís XIV e Antônio Vieira*. 411 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <<https://is.gd/dlGAPI>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

OLIVEIRA, Kaio Eduardo de Jesus; PORTO, Cristiane de Magalhães. Da cultura dos memes a cultura científica: uma abordagem sobre divulgação científica on-line. In: PORTO, Cristiane; SANTOS, Edméa (Orgs.). *Processos formativos e aprendizagens na cibercultura: experiências com dispositivos móveis*. Aracaju/SE: EDUNIT, 2020, p. 229-246.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. 2. Ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, p. 25-47.

PEREIRA, Rita Marisa Ribes. Por uma ética da responsividade: exposição de princípios para a pesquisa com crianças. *Currículo Sem Fronteiras*, v. 15, n. 1, p. 50-64, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2QIFs3Z>>. Acesso em: 23 maio 2017.

PINTO, Cláudio da Costa; PRETTO, Nelson. Tecnologias e novas educações. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 31, jan./abr. 2006. Disponível em: <<https://is.gd/R419iA>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

PINTO, Joana Plaza. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. *Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada (DELTA)*, vol. 23, São Paulo, p.1-26, 2007. Disponível em: <<https://is.gd/BtWkDI>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

POCAHY, Fernando; SILVA, Ana Lúcia Gomes da; DOURADO, Emanuela Oliveira Carvalho. A cartografia como pesquisa-in(ter)venção do/no presente: modos de/para pensar-fazer a formação docente. *Revista Ciências Humanas*, Taubaté, v. 13, n. 1, p. 5-10, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3fqLU6O>>. Acesso em: 6 maio 2020.

PÔRTO, Ângela; PONTES, Carlos Fidelis. Vacinas e campanhas: imagens de uma história a ser contada. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, suppl. 2, p.725-742, 2003. Disponível em: <<https://is.gd/DGERPB>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

POZZANA, Laura; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 52-75.

PRETTO, Nelson De Luca. *Reflexões: ativismo, redes sociais e educação*. Salvador: EDUFBA, 2013.

PRIMO, Alex. Interações mediadas e remediadas: controvérsias entre as utopias da cibercultura e a grande indústria midiática. In: PRIMO, Alex (Org.). *Interações em rede*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013, p. 13-32.

QUEIROZ, Eliani de Fátima Covem. Ciberativismo: A nova ferramenta dos movimentos sociais. *Revista Panorama*, v. 7, n. 1, p. 2-5, jan/jun. 2017. Disponível em: <<https://is.gd/G50GAK>>. Acesso em: 4 de jan. 2022.

RAMOS, Hugo Souza Garcia; PEDRINI, Mateus Dias; RODRIGUES, Alexsandro. Cartografia e pesquisas com os cotidianos: um encontro metodológico. *Rebeh – Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 2, n. 2, p. 139-151, jan. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/33SkvVK>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

RIBEIRO, Tiago; SKLIAR, Carlos. Escolas, pandemia e conversação: notas sobre uma educação inútil. *Série-Estudos*, Campo Grande, v. 25, n. 55, p. 13-30, set./dez., 2020. Disponível em: <<https://is.gd/ktnNHF>>. Acesso em 26 out. 2021.

RECUERO, Raquel. Atos de ameaça à face e à conversação em redes sociais da internet. In: PRIMO, Alex (Org.). *Interações em rede*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013, p. 51-69.

RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. Cascatas de Fake News políticas: um estudo de caso no Twitter. *Galáxia*, São Paulo, n. 41, p. 31-47, maio/ago. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2xc0bCt>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SANTAELLA, Lucia. A crítica das mídias na entrada do século 21. In: PRADO, José Luiz Aídar (Org.). *Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas*. São Paulo: Hacker, 2002, p. 44-56.

SANTAELLA, Lucia. Mídias locativas: a internet móvel de lugares e coisas. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 35, p. 95-101, abr. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2UAL8xl>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SANTAELLA, Lúcia. *A ecologia pluralista da comunicação: conectividade, mobilidade, ubiquidade*. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTAELLA, Lucia. A tecnocultura atual e suas tendências futuras. *Signo y Pensamiento*, v. 30, n. 60, p. 30-43, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ui6yzd>>. Acesso em: 5 abr. 2021.

SANTAELLA, Lucia. Desafios da ubiquidade para a educação. *Revista Ensino Superior Unicamp*, p.19-28, 2013. Disponível em: <<https://is.gd/wwCCKM>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

SANTAELLA, Lucia. *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2019a.

SANTAELLA, Lucia. As ambivalências da divulgação científica na era digital. *Boletim Gepem*, Rio de Janeiro, n. 75, p. 7-17, jul./dez. 2019b. Disponível em: <<https://bit.ly/3frZvcU>>. Acesso em: 5 ago. 2020.

SANTAELLA, Lucia. *De onde vem o poder da mentira?* São Paulo: Estação das Letras e Cores editora, 2021a.

SANTAELLA, Lucia. *Humanos hiper-híbridos: Linguagens e cultura na segunda era da internet*. São Paulo: Paulis, 2021b.

SANTOS, Boaventura. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, Edméa. A cibercultura e a educação em tempos de mobilidade e redes sociais: conversando com os cotidianos. In: FONTOURA, Helena Amaral; SILVA, Marco (Orgs.).

Práticas pedagógicas, linguagem e mídias: desafios à Pós-graduação em Educação em suas múltiplas dimensões. Rio de Janeiro: ANPEd Nacional, 2011, p. 75-98.

SANTOS, Edméa. A mobilidade cibercultural: cotidianos na interface educação e comunicação. *Em Aberto*, Brasília, v. 28, n. 94, p. 134-145, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://is.gd/2pNfC1>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

SANTOS, Edméa; COLACIQUE, Raquel; CARVALHO, Felipe da Silva Ponte de. A autoria visual na internet: o que dizem os memes? *Quaestio*, Sorocaba, v. 18, n. 1, p. 135-157, maio 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2MGandy>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SANTOS, Edméa; WEBER, Aline. Educação e cibercultura: aprendizagem ubíqua no currículo da disciplina didática. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 13, n. 38, p. 285-302, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2MQrvZt>>. Acesso em: 20 set. 2018.

SANTOS, Rosemary dos; SANTOS, Edméa. Cibercultura: redes educativas e práticas cotidianas. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*, v. 04, n. 07, p.159-183, jan./jul. 2012. Disponível em: <<https://is.gd/w9MjBS>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SOUZA, Joana Dourado França de; COUTO, Edvaldo Souza; BONILLA, Maria Helena Silveira. Entre a efemeridade das stories e a memóriada escola. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 53, p. 167-181, abr./jun. 2018. Disponível em: <<https://is.gd/BxJ8dg>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SATO, Ana Paula Sayuri. Qual a importância da hesitação vacinal na queda das coberturas vacinais no Brasil?. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v.52, n. 96, p. 1-9, nov. 2018. Disponível em: <<https://is.gd/1S4PtY>>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SEGATA, Jean. Cibercultura, imagem e ética na pesquisa. *Revista Visagem*, Belém, v. 03, n. 2, p. 314-331, 2017. Disponível em: <<https://is.gd/bsP54b>>. Acesso em: 8 jul. 2021.

SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos. Digitalização e dataficação da vida. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, XXX, v. 21, n. 2, p. 186-192, maio/ago. 2021. Disponível em: <<https://is.gd/wiCOsE>>. Acesso em: 7 fev. 2021.

SILVA, Bento; ALVES, Elaine Jesus. Aprendizagem na cibercultura: um novo olhar sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação digital no contexto educativo ubíquo. *Interfaces Científicas – Educação*, Aracaju, v. 6, n. 3, p. 17-28, jun. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2NXMbTM>>. Acesso em: 20 set. 2018

SILVA JUNIOR, Jonas Alves; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; RODRIGUES; Liliana. Quando o fundo do poço é (ainda) mais profundo: sobre a importância das ciências humanas e sociais em tempos de pandemia e negacionismos. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, Rio de Janeiro, v. 6, n. Especial II, p. 6-17, jun./out. 2020. Disponível em: <<https://is.gd/vJfyp5>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SILVA, João Paulo de Lorena; PARAÍSO, Marlucy Alves. Para uma cartografia de infâncias queer no currículo escolar. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 57, n. 54, p. 1-21, out./dez. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2t5wHES>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SILVEIRA, Sergio amadeu da. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. *Revista USP*, São Paulo, v.1, p. 28-39. 2010. Disponível em: <<https://is.gd/b0efUJ>>. Acesso em: 6 dez. 2021.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. Governo dos Algoritmos. *Revista de Políticas Públicas*, v. 21, n. 1, p. 267-285, 2017. Disponível em: <<https://is.gd/aegQSa>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Concentração, modulação e desinformação nas redes. In: AZEVEDO, Jose Sergio Gabrielli de; POCHMANN, Marcio (Orgs.). *Brasil: incertezas e submissão?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019, p. 27-44.

TAVARES, Leonardo Pereira; MAGALHÃES, Marina; BRITO, Higor Costa de. Desinformação em meio à pandemia: análise da disseminação de *fake news* na rede social Twitter. *Revista Temática*, Paraíba, v. 16, n. 09, p. 294-310, set. 2020. Disponível em: <<https://is.gd/4cY4To>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

TEIXEIRA, Marcelle Medeiros. *A performatividade da mulher na indústria da beleza sob a ótica do consumo: um estudo de caso das marcas Avon e O Boticário*. 2018. 73 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Comunicação Social) - Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, 2018.

TIBURI, Marcia. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa, 1789-1799*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.